

**Informação, Patrimônio
e Memória: diálogos
interdisciplinares**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitor EDUARDO RAMALHO RABENHORST
Pró-Reitor PRPG ISAAC ALMEIDA DE MEDEIROS



EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

Conselho Editorial PRPG
BERNARDINA Mª JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA (CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (LINGUÍSTICA E LETRAS)
FABIANA SENA DA SILVA (MULTIDISCIPLINAR)
ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA)
ÍTALO DE SOUZA AQUINO (CIÊNCIAS AGRÁRIAS)
JOSÉ MARIA BARBOSA FILHO (CIÊNCIAS DA SAÚDE)
MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (ENGENHARIAS)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARD (CIÊNCIAS HUMANAS)
MARIA REGINA DE VASCONCELOS BARBOSA (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS)

Carlos Xavier de Azevedo Netto

Organizador

Informação, Patrimônio e Memória: diálogos interdisciplinares

Editora da UFPB

João Pessoa

2015

Direitos autorais 2015 - Editora da UFPB
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico Editora da UFPB

Editoração
Eletrônica e
Design de Capa Rildo Coelho

Catálogo na fonte:
Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

I43 Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares /
Carlos Xavier de Azevedo Netto, organizador.- João Pessoa:
Editora da UFPB, 2015.
176p.
ISBN: 978-85-237-1058-3
1. Ciência da informação. 2. Gestão da informação.
3. Patrimônio cultural. 4. Memória. 5. Cultura material.
I. Azevedo Netto, Carlos Xavier de.

CDU: 02

EDITORA DA UFPB Cidade Universitária, Campus I - s/n
João Pessoa - PB
CEP 58.051-970
www.editora.ufpb.br
editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:



Livro aprovado para publicação através do Edital da Chamada Interna PRPG/UFPB Nº 10/2013, financiado pelo Programa de Apoio a Produção Científica - PRÓ-PUBLICAÇÃO DE LIVROS da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

SUMÁRIO

PREFÁCIO - ENTRELACEAMENTO CONCEITUAL: imbricações de Informação, Patrimônio e Memória em três óticas distintas e convergentes.....07

Izabel França de Lima

A PERSPECTIVA MUSEOLÓGICA E A ARTICULAÇÃO ENTRE INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO11

Maria Cristina Oliveira Bruno

MUSEU, PATRIMÔNIO, MEMÓRIA24

Maria Lúcia Niemeyer Matheus Loureiro

TEMPOS MEMORIAIS E PATRIMONIAIS: notas de pesquisa sobre memória e informação44

Vera L. D. L. M. Dodebei

A REDESCOBERTA DO TRABALHO COLETIVO65

Marcos Galindo

INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: breves considerações97

José Mauro Matheus Loureiro

INFORMAÇÃO, PATRIMÔNIO E ARQUEOLOGIA: reflexões a partir da Amazônia107

Marcia Bezerra

DESCOLONIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: contribuições da Etnoarqueologia para a compreensão e preservação de cemitérios indígenas em Mato Grosso do Sul130

Jorge Eremites de Oliveira

A CULTURA MATERIAL VISTA COMO INFORMAÇÃO, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: o patrimônio arqueológico em sua função social153

Carlos Xavier de Azevedo Netto

SOBRE OS AUTORES168



PREFÁCIO - ENTRELAÇAMENTO CONCEITUAL: imbricações de Informação, Patrimônio e Memória em três óticas distintas e convergentes.

Izabel França de Lima¹

Os conceitos de informação, patrimônio e memória vem ganhando destaque dentro de várias áreas do conhecimento. Na área de Ciência da Informação ainda é recente a sua presença, com isso ainda não possui uma conceituação sólida sobre esses conceitos. Essa fragilidade conceitual levou ao **Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI** da Universidade Federal da Paraíba propor a realização de seminários com o objetivo de construir um arcabouço conceitual, a partir de uma discussão interdisciplinar, com áreas que também tratam dos fenômenos Informação, Patrimônio e Memória de modo independente e de suas ações integradas. A viabilização desse evento se dá por meio do projeto **Patrimônio Cultural, Gestão da Informação e Responsabilidade Social, do Programa Nacional de Pós-Doutoramento – PNPD da CAPES**. Nesta primeira versão os diálogos com a Ciência da informação serão com as áreas de Museologia e Arqueologia.

O referido evento contou com a presença de pesquisadores das áreas de Museologia, Ciência da Informação e Arqueologia, bem como de docentes do PPGCI/UFPB, oriundos das regiões Sul, Sudeste,

1 Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Diretora da Editora da Universidade Federal da Paraíba.

Nordeste e Norte do país. Em sua organização, foram distribuídas durante três dias, as palestras dos conferencistas e mediadas por membros do corpo docente do PPGCI. No primeiro dia foi discutida a relação dos conceitos sob o olhar da museologia, no segundo sob o olhar da Ciência da Informação e no terceiro dia pelo olhar da arqueologia. O presente livro conta com as reflexões e questionamentos oriundos das palestras proferidas.

Para a área de Museologia, foram convidadas a Prof^a Dr^a Maria Cristina Oliveira Bruno do Programa de Pós-graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, com o trabalho intitulado **“A perspectiva museológica e a articulação entre informação, memória e patrimônio”**, procurou tratar das questões referentes ao campo museológico e sua ação frente a demandas informacionais e patrimoniais, Para a Prof^a Dr^a Maria Lúcia Niemeyer Matheus Loureiro, do Programa de Pós-graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia do Museu de Astronomia e Ciências Afins, com o trabalho intitulado **“Museu, Patrimônio, Memória”**, a partir de suas observações a respeito da dinâmica dos acervos museológicos e seu uso social, demonstrou, sob sua ótica, quanto às relações que são estabelecidas entre o campo da Museologia e as questões patrimoniais e memoriais estão se efetivando. E ainda com o trabalho da Prof^a Dr^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, intitulado “Concepções de Memória: entre o fazer e o dizer”, quando trata das diferentes concepções de memória, voltando-se para aquelas que tratam das suas materializações coletivas.

Para a área de Ciência da Informação contou-se com a presença da Prof^a Dr^a Vera Lúcia L. D. M. Dodebei, do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com o trabalho intitulado **“Tempos memoriais e patrimoniais: notas de pesquisa sobre memória e informação”** onde tratou dos novos contornos que a memória vem assumindo em tempos de virtualização na web, através dos

caminhos da sociedade informatizada. Sendo seguida do Prof. Dr. Marcos Galindo Lima, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, com o trabalho intitulado ***“Sistemas & Redes memoriais: A redescoberta do trabalho coletivo”*** discutindo as relações e as dinâmicas entre os elementos que compõe e constroem a memória dentro de uma perspectiva coletiva, chamando-os de sistema memorial. Como também o do Prof. Dr. Jose Mauro Matheus Lourreiro, intitulado ***“Informação, Memória e Patrimônio: breves considerações”***, quando aborda a relação e a dinâmica entre informação, patrimônio e memória, por meio do uso e emprego da noção de nação.

E para a área de Arqueologia, apresentaram-se a Prof^a Marcia Bezerra, do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, com o trabalho intitulado ***“Informação, patrimônio e arqueologia: reflexões a partir da Amazônia”***, onde demonstrou a dinâmica de construção e apropriação de vestígios arqueológicos na história de vida de comunidade de Joanes na Ilha do Marajó, Pará, onde promove a imbricação da informação arqueológica acadêmica com as formas de construção de sentidos da comunidade. E o Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira, do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, com o trabalho intitulado ***“Memória, Patrimônio e Colonialismo: Contribuições da Etnoarqueologia para a compreensão e preservação de cemitérios indígenas (Kaiowá) em Mato Grosso do Sul”*** onde apresentou sua experiência na demarcação de terras indígenas, através da metodologia da etnoarqueologia, onde a informação arqueológica, para o objetivo da demarcação, é construída em parceria com a etnia que está na terra, demonstrando uma ampliação da noção de patrimônio, quando da incorporação de novos elementos, ou “coisas” (INGOLD, 2012²), no caso a terra e seus elementos constitutivos, apresentando a quebra

2 INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais, in **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

da dicotomia natureza cultura. Terminado com o trabalho do Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto, intitulado ***“A cultura material vista da relação informação, patrimônio e memória: O patrimônio arqueológico em sua função social”***, quando trata das questões da relação entre esses conceitos embasada na cultura material, a partir de uma noção mais fluídica e processual.

A PERSPECTIVA MUSEOLÓGICA E A ARTICULAÇÃO ENTRE INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Maria Cristina Oliveira Bruno³

A reflexão que permitiu a elaboração deste texto foi apresentada no 1º Seminário Informação, Patrimônio e Memória: Diálogos Interdisciplinares, realizado pela Universidade Federal da Paraíba. Está organizado em três segmentos. Em um primeiro segmento o enunciado é desvelado, em seguida há indicação sobre a problematização temática e, ao final, são apresentados alguns argumentos para a discussão.

Trata-se de um texto que pretende uma inflexão sobre o papel que a Museologia desempenha nas reciprocidades entre Patrimônio e Memória e a sua potencialidade de gerar, tratar e comunicar Informação, a partir da sua dinâmica metodológica que é orientada para prover um destino do ponto de vista patrimonial para aquilo que é relevante para as sociedades.

ENUNCIADO: REFLEXÃO CONCEITUAL SOBRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Hoje, para os estudiosos do campo da Museologia há a percepção que transitamos entre distintas tendências do pensamento

3 Docente dos Programas de Pós-Graduação Interunidades de Museologia e de Arqueologia, ambos da Universidade São Paulo, Diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP

museológico. Neste texto, partiremos das considerações de que o campo museal está inserido nas Ciências Sociais e Aplicadas e sua hierarquia epistemológica é organizada em torno da Museologia Geral, Museologia Especial e Museologia Aplicada (BRUNO, 2001), tendo como eixo gerador e definidor a compreensão que o seu objeto central de estudo está voltado para a compreensão da relação entre o Homem e o objeto em um Cenário (RÚSSIO, 1984 In: ARANTES, 1984).

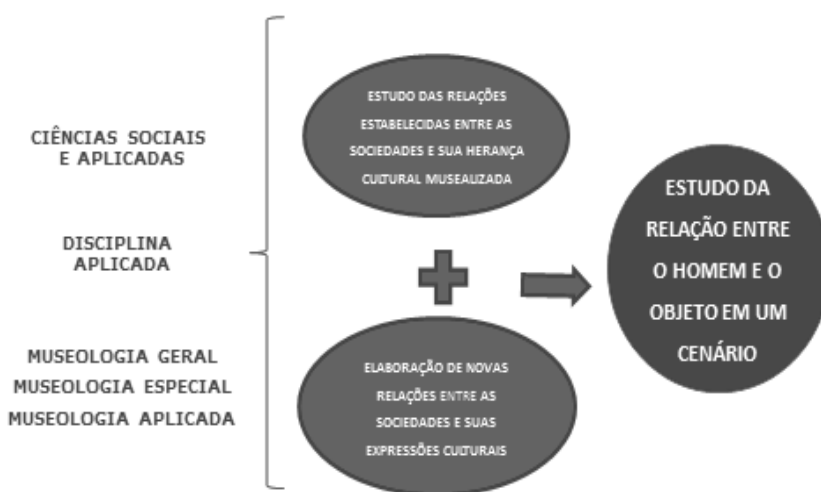


Figura 1- Esquema de composição do Campo Museológico

Nesse contexto a Museologia se debruça sobre duas vertentes de problemas. Por um lado, estuda as relações que as sociedades estabelecem com a sua herança cultural musealizada e, por

outro, em sua dimensão aplicada, elabora novas relações entre as sociedades e suas expressões culturais, com vistas a contribuir para a constituição do legado patrimonial. Nas duas vertentes, o campo de estudo museológico considera que o centro da sua atenção reside na Informação, implícita ao patrimônio material e imaterial por ser um indicador de memória.

Em sua hierarquia epistemológica o “fato museal”, como apresentado anteriormente, é compreendido como o seu eixo central, ou seja, a relação entre Homem, objeto e cenário. O “fenômeno museológico” corresponde à identificação do museu como unidade de análise e o “processo de musealização”, por sua vez, diz respeito aos sistemas museológicos de administração da memória.

A partir dessas considerações é possível delinear um olhar específico da Museologia para os conceitos de Memória e Patrimônio, levando em conta as palavras de Georges Canguilhem (1990) quando afirma que o que importa à historicidade de um conceito são, sobretudo, os seus campos de constituição e validade, as regras sucessivas de uso e os meios teóricos múltiplos.

Nessa perspectiva, pode-se apontar que a Memória é uma construção no presente, a partir de indicadores culturais relativos às experiências que os indivíduos e os grupos sociais elaboram com seus semelhantes (expressões), com as paisagens (lugares) e com as coisas (artefatos), em suas formas de subsistência, sociabilidade, celebração e representação. Já o Patrimônio é o conjunto seletivo e preservado de bens materiais e imateriais (indicadores culturais), fruto das relações que os Homens estabelecem, ao longo do tempo, com o meio ambiente e em sociedade, e suas respectivas interpretações.

Portanto, os conceitos de Memória e Patrimônio têm cumplicidades e ambos estão vinculados à construção e à preservação da Informação implícita às expressões culturais e bens patrimoniais.

A validação dessa plataforma conceitual, na perspectiva museológica, transitou por longa trajetória, ainda em curso, agregando

valores e características referentes às potencialidades deste campo de conhecimento gerar e tratar a Informação.

PROBLEMATIZAÇÃO: ANÁLISES SOBRE AS HERANÇAS EPISTEMOLÓGICAS

A historicidade do pensamento museológico tem como mito de origem as ideias vinculadas à organização e tratamento das coleções e acervos e remonta ao século XVI em um contexto europeu.

Os primeiros trabalhos registram o interesse por coleções de artefatos e espécimes da natureza, por edifícios especializados para o trabalho museológico e, também, evidenciam que estas instituições têm compromissos com a produção de conhecimento e apreciação estética, além de vocação para a preservação patrimonial e educação pública.

Essas heranças evidenciam facetas do colecionismo, das expedições, dos saques e dos processos de espoliação de referências patrimoniais, como também, estão na origem do surgimento de diversos campos de conhecimento que se estruturaram a partir dos estudos das evidências materiais da cultura e da natureza. Cabe sublinhar que, em sua origem, as ações curatoriais-museológicas estão impregnadas das atitudes de observar, coletar, tratar e guardar que, ao mesmo tempo, implicam em procedimentos de controlar, organizar e administrar. São, por sua vez, expressões do exercício do olhar, entendendo que:

O olhar tem que ter os atributos principais: lucidez e a reflexividade. Para ser lúcido, o olhar tem que se libertar dos obstáculos que cerceiam a vista; para ser reflexo, ele tem que admitir a reversibilidade, de modo que o

olhar que vê possa por sua vez ser visto. Sergio Paulo Rouanet (1989:131)

Ao longo dos séculos, a produção intelectual vinculada aos problemas museológicos explicita diversas superações de paradigmas que envolveram os museus. São constantes as abordagens sobre as mudanças dos museus enciclopédicos para especializados, sobre a abertura e multiplicação dos espaços museológicos ou mesmo sobre as distinções entre ações curatoriais e museológicas.

A passagem entre os séculos XIX e XX registra a construção das bases epistemológicas da Museologia como campo de conhecimento e a constante preocupação com a definição do seu eixo gerador inerente aos princípios teórico-metodológicos.

O século XX ficou marcado como o período relevante para a formulação das plataformas acadêmicas inerentes à formação profissional para o campo dos museus e para o enfrentamento das pressões socioculturais que têm exigido a democratização das instituições museológicas.

Trata-se, portanto, de um campo de conhecimento que se constituiu mediante a desconstrução de sua principal esfera de análise: a instituição museológica como geradora dos processos de musealização.

Na contemporaneidade, com os cenários da capacitação profissional e da produção de trabalhos acadêmicos consolidados, outros desafios têm permeado o universo da musealização.

Entre tradições e rupturas, a historicidade do pensamento museológico pode ser compreendida como a trajetória de estudos orientados para os processos de enquadramento dos indicadores da memória e para os processos de socialização dos bens patrimoniais, permeada por rotas entrecruzadas de procedimentos vinculados ao colecionismo e à ausência de coleções.

Dessa forma, é possível destacar os seguintes dilemas que tangenciam as discussões e as experimentações museológicas:

- Questionamentos sobre a função social dos museus;
- Consolidação de novos modelos de gestão museológica;
- Incorporação da noção de desenvolvimento na concepção dos programas de ações museológicas;
- Democratização dos critérios preservacionistas nos processos de constituição dos acervos;
- Apropriação de tecnologias eletrônicas no âmbito da cadeia operatória de procedimentos de salvaguarda e comunicação museológicas;
- Mediação nos confrontos entre patrimônio material e imaterial ou sobre a existência ou não de acervos.

MUSEOLOGIA : hierarquia epistemológica

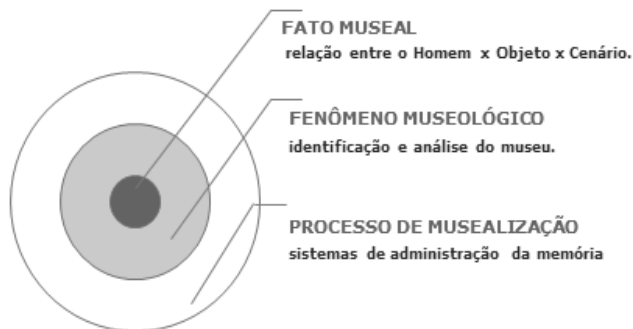


Figura 2 – Esquema da hierarquia epistemológica

O enfrentamento desses dilemas tem permitido a robustez das discussões que importam à consolidação dos museus na sociedade contemporânea e, sobretudo, tem possibilitado a organização do campo de conhecimento museológico.

É possível afirmar que, hoje, esse campo faz parte dos sistemas de administração da memória, elabora processos de representação do real e estabelece estratégias de educação para a memória e para o patrimônio. O campo dos museus também tem sido interpretado como um universo gerador de divisas econômicas, ou por seu tradicional vínculo com a valoração do patrimônio que está sob sua guarda, ou pelo fato de gerar fluxos turísticos e de lazer, alavancando economias locais e globalizadas.



Figura 3 – Esquema de das relações entre o campo museal, o patrimônio e o social

ARGUMENTAÇÃO: CAMPOS DE AÇÃO MUSEOLÓGICA

Entre as tendências do pensamento museológico, a problematização aqui apresentada está inserida na interlocução processual para a dinâmica das ações e reflexões museológicas, está apoiada na cadeia operatória de procedimentos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativa) e pretende que essa dinâmica e esses procedimentos sejam orientados por perspectivas de impacto sociocultural que justifiquem a aplicação de orçamentos públicos.

Nesse sentido e em mais um esforço de organização da disciplina museológica, cabe sinalizar para a equação dos seus subcampos constitutivos:

Campo Essencial: essência do fato museal e da potencialidade museológica (Homem x objeto x cenário⁴);

Campo de Interlocução: constituição do fenômeno museológico (museu) e suas respectivas necessidades interdisciplinares, multiprofissionais e de ações processuais;

Campo de Projeção: efetivação do processo museológico e da respectiva repercussão sociocultural.

⁴ Podendo ser entendido aí como tanto a instância cotidiana de origem do objeto, como a que é instaurada a partir do dispositivo expositivo.



Figura 4 – Esquema das relações das cadeias operatórias e a socialização da informação museológica

Finalmente, cabe sublinhar que na perspectiva museológica e de acordo com as ideias evidenciadas neste texto, a articulação entre Informação, Memória e Patrimônio ocorre na operacionalização das ações museológicas que, por sua vez, se organizam em uma pedagogia específica que vincula os bens patrimoniais à sociedade contemporânea.

CICLOS OPERACIONAIS

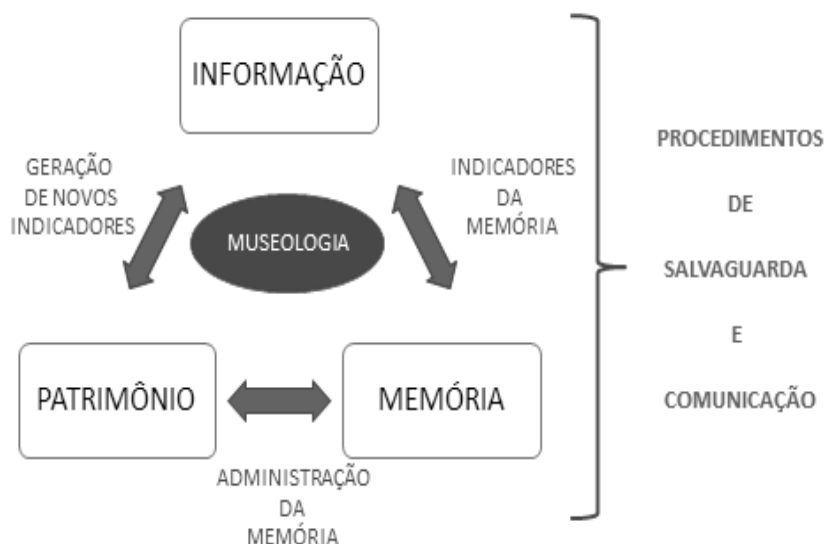


Figura 5 – Esquema dos ciclos operacionais

Por um lado, a Informação inerente aos Indicadores da Memória alimenta a sua constituição e exige procedimentos de administração (cadeia operatória museológica de salvaguarda e comunicação) que, uma vez realizados, representam a base para a constituição do Patrimônio. Por outro lado, o patrimônio constituído, gerenciado e usufruído, evoca a geração de novos Indicadores da Memória, dando sequência à dinâmica processual.

Portanto, os campos da Informação, Memória e Patrimônio, apesar das evidentes autonomias, têm cumplicidades que para as ações museológicas são fundamentais.

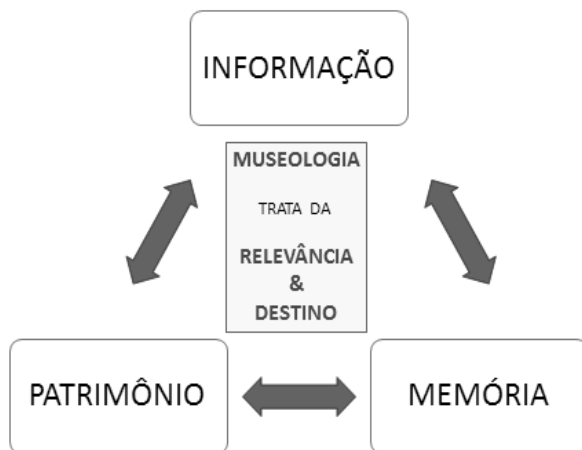


Figura 6 – Esquema das relações entre informação, patrimônio e memória sob a perspectiva da Museologia

REFERÊNCIAS:

BRUNO, M.C.O. **Museologia: a luta pela perseguição ao abandono.** Tese de Livre-Docência. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia / USP, 2001.

CANGUILHEM, G. **La santé: concept vulgaire et question philosophique.** Toulouse: Sables, 1999.

ROUANET, S. P. O Olhar Iluminista. In: **O Olhar.** São Paulo: Editora Schwarcz, 1989.

RUSSIO, W. Texto III - Cultura, Patrimônio, Preservação. In: ARANTES, A. A. (Org.). **Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1984. p.59-78.

MUSEU, PATRIMÔNIO, MEMÓRIA

Maria Lúcia Niemeyer Matheus Loureiro⁵

INTRODUÇÃO

Este texto, apresentado originalmente no Seminário “Informação, Patrimônio e Memória: diálogos e interdisciplinares”, tem como objetivo refletir sobre o trinômio que dá título ao evento sob o olhar da Museologia.

De início, é preciso ressaltar que os termos propostos para reflexão - informação, patrimônio e memória – parecem estar profunda e intimamente relacionados, sobretudo, talvez, no âmbito dos museus e da Museologia. Como dar conta, entretanto, dessa equação (ou inequação)?

Penso que pode ser útil começar pelas coleções dos museus e os objetos que a integram, que são simultaneamente informação, patrimônio e memória. Ainda que, como afirmou Pierre Nora (1993, p. 15, 21), o que chamamos memória seja na verdade “constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar”, museus são “lugares de memória” - lugares “nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional”.

Embora seja um conceito abstrato, a memória assume forma corpórea na mente, mas sua forma física é visível apenas através de representações. É por essa razão, e para prevenir a natural e inevitável degradação da memória, que os museus intencionalmente a recriam e lhe dão feição concreta e sensível. (cf. CRANE, 2000)

⁵ Docente do Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia – Museu de Astronomia e Ciências Afins

Esses “materiais de memória” (cf. LE GOFF, 2003) são transmitidos de geração a geração, o que nos leva à questão do patrimônio que os dicionários definem como o conjunto de bens de uma família, ou como o conjunto de bens (materiais ou imateriais) de uma nação, estado, cidade ou comunidade, transmitido como herança comum. A esta última definição corresponde o que chamamos de patrimônio cultural, profundamente relacionado com o conceito de memória, e cujos discursos contemporâneos vêm tendendo a ressaltar como construção ou invenção (cf. GONÇALVES, 2005).). “A Invenção do patrimônio” é, por sinal, o título de um capítulo do livro “A Alegoria do Patrimônio”, de Françoise Choay, que aponta como um marco no processo a Revolução Francesa, período em que o termo patrimônio, emanado do direito, foi utilizado pela primeira vez de forma metafórica para se referir aos bens expropriados da monarquia e do clero que passam a ser propriedades da nação (cf. CHOAY, 2001).

A história dos museus e da formação de coleções nacionais relaciona-se igualmente a esse período revolucionário, marcado por um nacionalismo popular que levou à apreensão e incorporação de inúmeras obras de arte às coleções do Louvre. (cf. POULOT, 2011)

Algumas instituições – entre elas o patrimônio, as coleções, os monumentos, os arquivos e os museus - estariam situadas entre a memória e a história. Todas essas instituições se articulariam com a memória, permanentemente construída e reconstruída no presente: “cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória”. Muitas vezes, entretanto, os bens culturais chancelados como patrimônio por agências do Estado (como o IPHAN, por exemplo, mas também por órgãos estaduais e municipais de proteção ao patrimônio) e protegidos por instrumentos como o tombamento, o inventário ou o registro não são valorizados ou reconhecidos junto à população.

... um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos e grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância junto a seu público. (GONÇALVES, 2005, p. 19)

Penso que aqui é preciso também introduzir algumas considerações sobre patrimônio a partir do ponto de vista da legislação relacionada e de seus instrumentos de proteção legal no Brasil. O Decreto-Lei 25, de 1937, instituído no primeiro ano do Estado Novo, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (DECRETO-LEI 25/1937)

As obras às quais se refere o artigo 1 devem ser inscritas em quatro livros de tombo:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (DECRETO-LEI 25/1937)

Passaram-se mais de cinquenta anos antes que fosse oficialmente ampliada, do ponto de vista legal, a noção de patrimônio cultural. A Constituição Federal de 1988 reconhece os bens culturais de natureza material e imaterial e estabelece formas outras de preservação que não apenas os Livros de Tombo - instrumentos utilizados para a proteção de bens como edificações e conjuntos históricos. Conforme o documento:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial seria instituído doze anos mais tarde, por meio de Decreto 3551 de 4 de agosto de 2000, que prevê quatro livros para registro de bens:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade. (DECRETO 3551/2000)



Ofício da Panelleiras – exemplo de patrimônio imaterial

É interessante frisar aqui que não só o reconhecimento dos bens de natureza imaterial, mas também a criação do Programa antecederam a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, aprovado em 2003 pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

A despeito de (ou em virtude do) caráter negavelmente material do patrimônio - como ressalta José Reginaldo Gonçalves (2005), o patrimônio “sempre foi e é material” - a nova categoria “imaterial” ou “intangível” foi criada para designar modalidades do patrimônio que escapam à definição tradicional, limitada, sobretudo, aos monumentos, edifícios, espaços urbanos e objetos. O autor, no entanto, expressa sua estranheza em relação ao uso da noção “patrimônio imaterial” para qualificar bens “tão tangíveis e materiais quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos”, e destaca a ambiguidade dessa categoria “que transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas

dimensões”. Essa noção, de acordo com o autor, “expressa a moderna concepção antropológica de cultura, na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas”. Uma vez que não haveria como falar sobre patrimônio sem considerar sua “dimensão material”, o autor sugere que se coloque em primeiro plano a materialidade da cultura como forma de compensação ao “uso analítico da categoria ‘patrimônio’ em relação às teorias antropológicas”. (GONÇALVES, 2005, p. 20-21)

Neste ponto, me parece imprescindível mencionar o conceito de cultura, que ocupa um lugar central na antropologia, de onde migra para diferentes áreas e para o domínio público. É nesse quadro, e também no movimento de ampliação gradual do conceito de patrimônio que se dá a emergência do conceito de Patrimônio Cultural Imaterial. Em nível internacional, o conceito seria definido formalmente em 2003 pela UNESCO na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, à qual o Brasil aderiu três anos mais tarde. Em seu artigo 2, o documento define como patrimônio cultural imaterial:

... as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (CONVENÇÃO ... 2003)

O primeiro bem inscrito no Livro dos Saberes foi o do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. No parecer que compõe o dossiê referente a esse bem o antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte ressalta a proximidade de interesses da antropologia com o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, enfatizando o “grande número de contribuições de profissionais dessa disciplina ouvidos no processo de estabelecimento da política do patrimônio imaterial”, e profetiza

uma aproximação com a Associação Brasileira de Antropologia - ABA, embora ressaltando a necessidade de competência de outras áreas para o desempenho das funções agregadas ao registro, entre as quais cita a história e a arquivologia. (DUARTE, 2002).

O fato é que, pela própria natureza do trabalho de registro desses bens, a Antropologia acaba por adquirir um papel fundamental. Essa metodologia, é interessante frisar, se afastava daquela adotada nos processos de tombamento, dominados primordialmente por arquitetos – aqui eu gostaria de anotar a conhecida expressão “patrimônio de pedra e cal” –, historiadores e, em menor escala, museólogos.

Claude Levi-Strauss (1993, p. 17) situa a antropologia como “ocupante de boa fé [do...] domínio da semiologia”, referindo-se a Ferdinand de Saussure, que havia apresentado a Linguística como “parte de uma ciência ainda por nascer” para a qual ele reservava o nome “semiologia” e atribuía como objeto de estudo “a vida dos signos no interior da vida social”. Uma das dificuldades que Lévi-Strauss aponta gira em torno da seguinte questão: todos os fenômenos pelos quais a antropologia se interessa têm esse caráter de signo? Ele exemplifica essa questão com um sistema de crenças (ex: totemismo) e uma forma de organização (clãs, por exemplo), que levam à pergunta: o que tudo isso significa?

Mas o antropólogo questiona também se ocorre o mesmo quando tratamos de aspectos da realidade social – como ferramentas, técnicas, modos de produção e consumo – porque nesse caso parece que tratamos de objetos e não de signos. Segundo a célebre definição de Charles Peirce, signo é “aquilo que representa alguma coisa para alguém”.

... o que substitui, portanto, um machado de pedra, e para quem?

... sobretudo nas sociedades das quais nos ocupamos, bem como em outras, estes domínios estão como que impregnados de significação. Por este aspecto, já nos dizem respeito.” (Levi-Strauss, 1993, p. 18)

... ao colocar a natureza simbólica de seu objeto, a antropologia social não pretende nem por isso afastar-se das *realia*. Como poderia fazê-lo se a arte, onde tudo é signo, utiliza veículos materiais? Não se pode estudar os deuses e ignorar suas imagens; os ritos, sem analisar os objetos e as substâncias que o oficiante fabrica ou manipula; regras sociais, independente de coisas que lhe correspondem. A antropologia social [...] não separa cultura material e cultura espiritual. [...] ela lhes atribui o mesmo interesse. Os homens se comunicam por meio de signos e símbolos; para a antropologia, que é uma conversa do homem com o homem, tudo é símbolo e signo que se coloca como intermediário entre dois sujeitos. (Levi-Strauss, 1993, p. 19)



Dimensão simbólica do objeto

A questão do objeto e da dimensão material do patrimônio leva à das conexões entre museu e informação, tema do próximo tópico.

MUSEU, INFORMAÇÃO, DOCUMENTO

Sempre que abordo o tema que dá título a esse tópico, resalto que a abordagem informacional contempla apenas uma das múltiplas dimensões de análise do museu. A abordagem do objeto de museu como documento também não é nova, mas parece ter surgido com o termo musealização nas décadas de 1970 e 1980.

Ivo Maroevic (1998) relaciona o amadurecimento teórico da disciplina Museologia diretamente ao reconhecimento do valor informativo do objeto (visto como documento), a partir da década de

1970. Para Peter Van Mensch (1992), o objeto é portador de dados⁶, enquanto Martin Schärer (2009, p. 85) vê os museus são coletores de informação e o processo de musealização como “a preservação dos valores ideais das coisas”.

Para Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, p. 111) a musealização tem como eixo o “processo de transformação do objeto em documento”. Para refletir sobre processos de musealização em sua forma clássica é essencial mencionar os objetos que integram as coleções dos museus. Uma das questões chave nas abordagens críticas ao tema é o deslocamento do objeto de seu contexto primário (natural) para um contexto artificial – o museu – onde ele se torna um documento que representa sua realidade original. Esse deslocamento pode ser entendido não apenas em seu sentido material e concreto - o objeto é fisicamente deslocado -, mas, sobretudo, como um deslocamento de ordem simbólica, em que o objeto passa por processos que o convertem em coisa de outra natureza: como documento, o objeto participa de uma função representacional, essencialmente diferente daquela para a qual foi criado. Passa a significar / conferir sentido a diferentes experiências, desprendem-se de uma realidade imediata, evocam realidades ausentes. Não se trata, entretanto, de um espelhamento ou reflexo, mas de uma operação de re-significação.

Como sublinha Waldisa Rússio (1990, p. 7), musealizar implica em preservar e atribuir significados, o que impõe recortes (como instituição memória, o museu incorpora também o esquecimento). Musealização é, portanto, um processo seletivo: “não musealizamos *todos* os testemunhos do homem e do seu meio [...] mas aqueles traços, vestígios ou resíduos que tenham significação”.¹² Vemos musealização, portanto, como um processo integrado por um conjunto de práticas voltadas a uma forma específica de preservação que, em sua feição clássica, tem no museu seu caso exemplar, embora, como

⁶ No original, “object as data carrier”.

bem ressaltou Waldisa Rússio, seja possível praticar um ação de musealização “retirando o objeto de seu contexto (museu tradicional) ou lhe atribuindo valor *in situ* em seu eco-contexto e sua eco-dinâmica (ecomuseu)”.

Para abordar a musealização *ex situ*, é necessária uma reflexão muito breve sobre o conceito de coleção. Susan Pearce (1993) ressaltava que as noções de conjunto ou de acumulação são insuficientes para dar conta da idéia de coleção, ressaltando seu caráter de artefato. Para Abraham Moles (1981, p.141), a formação de coleções seria uma expressão do “amor ao absoluto”, implicando na apropriação pelo homem de uma parte do mundo com o intuito de dominá-lo. Krzysztof Pomian (1984, p. 53), por sua vez, aborda o museu moderno como uma manifestação singular do fenômeno coleção, ou seja, “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas, sujeitas a uma proteção especial, num local fechado preparado para esse fim e expostos ao olhar do público”.

Para enfatizar o caráter informacional dos processos de musealização, penso que é preciso retomar, ainda que brevemente, as reflexões em torno da noção de documento ao longo do século XX, com ênfase na obra de Paul Otlet, cuja contribuição pioneira contribuiu para a ampliação do conceito para além dos textos escritos e inspirou inúmeros autores que retomaram sua obra. Nesta reflexão sobre o objeto musealizado como documento está implícita, portanto, uma concepção ampliada de documento.

Derivado do latim *docere*, o termo documento foi, na História, amplamente associado ao testemunho escrito, conforme a tradição da escola positivista. A utilização exclusiva das fontes textuais seria, no entanto, questionada a partir de 1929 pelos historiadores da Escola dos *Annales*. Na falta de documentos escritos, afirma Febvre (apud LE GOFF, 2003, p. 530), a História deve ser feita “com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime

o homem, depende do homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”. Na década de 1960, Samaran (apud LE GOFF 2003, 531) adverte que o termo “documento” deve ser compreendido “no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”.

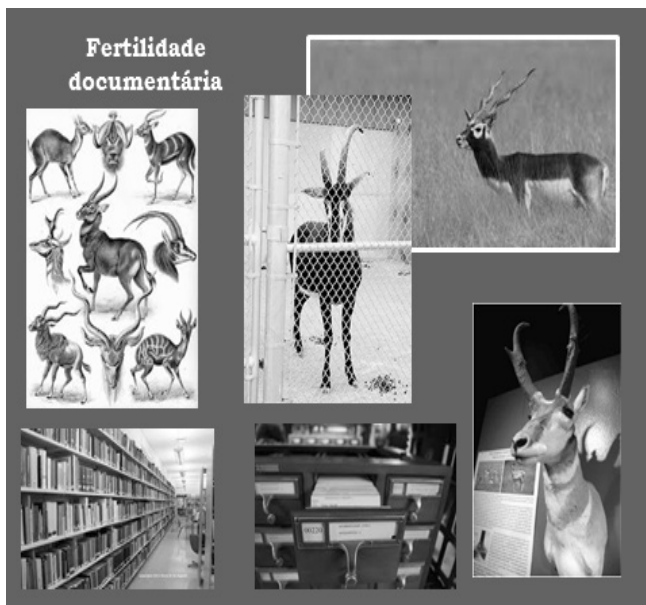
A reflexão em torno da noção de documento encontra espaço também no âmbito da Ciência da Informação, na qual Johanna Smit (2008) identifica duas correntes ao longo do século XX: uma corrente pragmática, que ressalta o caráter intencional do documento e o limita aos registros gráficos (sobretudo textuais), e uma corrente funcionalista, atrelada à sua função documental e informativa, inaugurada pelo advogado belga Paul Otlet e a documentalista francesa Suzanne Briet. Para Otlet, a noção de documento se aplica a tudo aquilo que for passível “de guarda e preservação” por ser “representante de alguma ação humana ou de algum detalhe da natureza” (SMIT, 2008).

Ao lado de textos, Otlet (1934, p. 356) incluiria, em seu Tratado, os objetos naturais, artefatos e “objetos portadores de vestígios de atividades humanas”, estendendo às coisas o estatuto de documento uma vez que “a intenção presidiu a reunião (coleta) e sua utilização para estudo, ensino e pesquisa”.

Inspirada pela obra de Otlet, a documentalista francesa Suzanne Briet examina, em seu livro hoje clássico “*Qu’est-ce que la documentation?*” a definição oficial de documento emanada da *Union Française des Organismes de Documentation*⁷ - “toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova”. Ao redefinir o documento como “todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado com os fins de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”, Briet indaga (e responde):

7 União Francesa de Organismos de Documentação.

Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos em um Zôo (BRIET 1951, 7, tradução nossa).



Exemplo de documentação de Suzane Briet

Em 1981, o conceito de documento seria retomado por Jean Meyriat (1981, p. 51), que propõe as noções de “documento por intenção” e “documento por atribuição”. Assim como Otlet e Briet, sua concepção de documento ultrapassa o escrito:

Todo objeto pode ser incumbido de certa função. Por essa razão, a noção de “documento” é muito mais larga que a de “escrito”. Os documentos escritos constituem

um caso privilegiado, porque a escrita é o meio mais comumente utilizado para comunicar uma mensagem (MEYRIAT 1981, 52, tradução nossa).

Na afirmação de que todo objeto pode ser tornado documento está implícito a idéia de dar suporte à informação pode ser uma das funções de um objeto, mesmo que não a principal ou a original.

Essa primeira distinção sugere que o documento tem uma dupla origem possível. Se não foi criado como tal, o objeto pode ser transformado em documento por aquele que busca a informação, ou seja, que lhe reconhece um significado, erigindo-o assim como suporte de mensagem (MEYRIAT 1981, 52, tradução nossa).

Segundo o cientista da informação / documentalista espanhol José López Yepes (1997, p. 14), a invenção do documento permitiria ao ser humano reproduzir fragmentos da realidade, e, por meio de sua permanência além do espaço e do tempo, voltar a utilizá-los como fonte de informação para a obtenção de novos conhecimentos. O documento constitui-se, assim, um instrumento precioso que “possibilita a geração de novas mensagens ou a recuperação de antigas”. A criação de documentos permitiria, para o autor, aprisionar o tempo e “torna viável, por essa razão, a consciência histórica”. A distinção entre uma concepção estática e uma concepção dinâmica do documento é ilustrada por López Yepes a uma pintura integrante do acervo do Museu do Prado: o quadro “Las Lanzas” (“As Lanças”), também chamado “La Rendición de Breda”, de Velázquez. A obra admitiria:

... ao menos duas posturas no momento de sua contemplação: uma contemplação estética ou uma contemplação documental, quando o quadro se converte em fonte de informação para conhecer como se vestiam ou iam

armados os soldados da época. A partir daí o museu é alternativamente espaço de fruição estética e de documentação. Esta última é a verdadeira concepção de documento (LÓPEZ YEPES 1997, 16).

A partir dessa “concepção essencialmente informativa” a pintura de Velásquez pode ser vista como “um suporte que contém uma informação potencialmente transmissível no espaço e no tempo”, e que “se projeta no futuro com vistas à sua comunicação e utilização em um momento que desconhecemos”. (LÓPEZ YEPES, 1997, p. 16).

Vera Dodebei (1997, p. 174-175) observa que o ato de transformar “objetos do cotidiano em documentos é intencional”, e contribui para a criação de uma “categoria temporária e circunstancial” de documentos. O documento é, assim, “uma representação, um signo, isto é, uma abstração temporária e circunstancial do objeto natural ou acidental, constituído de essência (forma ou forma/conteúdo intelectual), selecionado do universo social para testemunhar uma ação cultural”.



Variada dimensões dos documentos

Para Susan Pearce (1994, p. 27), “o passado sobrevive de três formas: como objetos ou cultura material; como paisagem física (cuja

diferença em relação ao artefato é mais convencional que essencial); e como narrativa (que pode, de fato, tomar a forma de filme ou gravação assim como de texto escrito”.

Assim como o conceito de documento, o objeto musealizado compreende virtualmente elementos de diferentes naturezas, oriundos de diferentes domínios: ele pode ser “artificial ou natural, morto ou vivo, humano ou animal, orgânico ou inorgânico, único ou representativo”. Samuel Alberti propõe que esses objetos sejam estudados por meio de uma abordagem biográfica, ou seja, ele propõe reconstituir a “carreira”, a “vida”, ou a “biografia” dos objetos “desde sua aquisição até o arranjo para a exposição, através de diferentes contextos e das muitas mudanças de valor decorrentes desses movimentos”. (Alberti 2005, 561-562).



Sejam ou não produto humano, os objetos de museu, para Caballero Zoreda (1986, 261), “humanizam-se com o contato e leitura humana”, convertendo-se em “documentos plenos de signos e de dados que podemos compreender e que têm significado para nós”.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, S. J. M. M.. Objects and the museum. **Isis**, v. 96, p. 559-571, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Decreto n. 3551** de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 25** de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- BRIET, Suzanne. **Quest-ce que la documentation?** Paris: Editions Documentaires, Industrielles et Techniques, 1951.
- CABALLERO ZOREDA, Luis. Del objeto al publico. El informador en los museos. **Boletim Anabad**, v. 36, n 1-2, p. 259-280, 1986.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- CRANE, Susan A. Introduction: Of museums and memory. In: CRANE, S. (ed.). **Museums and memory**. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- DUARTE, Luis Fernando Dias. Parecer. In: IPHAN. **Processo de Registro de Patrimônio Imaterial Ofício das Paneleiras de Goiabeiras**. 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=359> Acesso mar 2014
- GONÇALVES, José Reginaldo. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade**: as culturas como patrimônios. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: --. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 525-541.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

LÓPEZ YEPES, José. **Reflexiones sobre El concepto de documento ante La revolución de La informacion**: um nuevo profesional del documento?. **Scire**, v. 3, n. 1, p.11-29, 1997.

MAROEVIC, Ivo. **Introduction to Museology**: The European Approach. München: Verlag, 1998.

MENESES, U. T. B. A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea. **Ciências em Museus**, Belém, n. 4, p. 103-120, 1992.

MEYRIAT, Jean. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, n. 14, p. 51-63, 1981.

MOLES, Abraham. **Teoria dos Objetos**: Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981. 189 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História**, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: Le livre sur le livre. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PEARCE, S. M. **Museums, objects and collections**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1993.

PEARCE, Susan. Objects as meaning: or narrating the past. In: PEARCE, S (org.). **Interpreting objects and collections**. London and New York: Routledge, 1994. p. 19-30.

POMIAN, K. Coleção. In: **Enciclopedia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 51-86.

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 471-480, 2011.

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. **Varia Historia**, v. 27, n. 46, p.471-480, jul/dez 2011.

RÚSSIO, Waldisa. Conceito de Cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos Museológicos**, v. 3, 1990. p. 7-12. p. 7.

SCHÄRER, Martin R. Things + Ideas + Musealization = Heritage. A Museological Approach. **Museologia e Patrimônio**, v. 2, n. 1, jan-jul 2009, p. 85-89. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/50>

SMIT, Johanna. A Documentação e suas diversas abordagens. In: GRANATO, M. SANTOS, C. P, LOUREIRO, M. L. N. M. (orgs) *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins. 2008.

UNESCO. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial** . Paris, 17 de outubro de 2003.

VAN MENSCH, P. **Towards a methodology of museology** (Phd Thesis). University of Zagreb, 1992. Disponível em: http://www.muuseum.ee/et/erialane_areng/museoloogiaalane_ki/ingliskeelne_kirjand/p_van_mensch_towar/. Acesso: mar 2014.

TEMPOS MEMORIAIS E PATRIMONIAIS⁸: notas de pesquisa sobre memória e informação

Vera Dodebei⁹

MEIOS E LUGARES DE MEMÓRIA

O discurso de Pierre Nora (1993) sobre a tradição e a informação pode ser resumido como a seguir: se não há mais meios de memória, faz-se necessário criar lugares que reúnam objetos, materiais ou imateriais, que permitam às pessoas compreender o passado e, assim, garantir a transmissão do conhecimento, da experiência, para as gerações futuras. Walter Benjamin (1985) também faz um discurso sobre a perda da experiência em favor da informação que, a princípio, nos levaria a pensar que Nora e Benjamin pensaram o declínio da experiência de modo similar. Mas, enquanto Nora sustenta a memória como algo do passado, portanto nostálgico, Benjamin a compreende no contemporâneo, sendo o tempo presente metaforicamente visto como uma ponte entre o passado e o futuro. Temporalidade e memória são, assim, um composto que vai ensejar polêmicas entre filósofos, historiadores, psicólogos, sociólogos, especialistas em sistemas de informação, só para mencionar os campos de estudo acerca da memória mais produtivos do século XX.

⁸ Baseado na comunicação apresentada no I Seminário Informação, Patrimônio e Memória: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: PPGCI – UFPB, 23, 24 e 25 de Abril de 2014. Apoio CNPq.

⁹ Docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO – Bolsista de produtividade do CNPq dodebei@gmail.com

O exercício da memória individual, processual, integral, ao longo do tempo da oralidade mítica, dá lugar à memória fixada pela técnica da escrita e a consequente criação de arquivos, bibliotecas e museus, lugares que organizam os meios visuais e sonoros constituídos de uma memória fragmentada, acumulada, colecionada e coletiva. Os novos meios de memória eletrônica que aparecem nas últimas décadas do século XX nos convidam a pensar a memória no século XXI, seus lugares e desafios. Em *Memória e História*, Le Goff (2007) aponta que o estudo da memória é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. Os tempos da memória, para Le Goff, são marcados também pela transição entre a oralidade e a escrita e ele a periodiza em cinco segmentos: a memória étnica nas sociedades sem escrita, ditas 'selvagens'; o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da pré-história à antiguidade; a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito; os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias; e, os desenvolvimentos atuais da memória.

Mediadas pela Cultura (digital), duas perspectivas sobre a transmissão de conhecimentos são privilegiadas na observação desta relação entre memória e informação: a primeira refere-se aos estudos de base humanista e social que têm na comunicação *escrita, oral e corporal* seus fundamentos teóricos e metodológicos, denominada de memória do corpo e extensões memoriais; a segunda perspectiva é relativa aos estudos infomidiáticos: *softwares*, jogos e arte eletrônicos que criam memórias e estabelecem a comunicação entre pessoas e objetos, caracterizada pela memória eletrônica a partir da tecnologia do banco de dados.

Para as Ciências Humanas e Sociais há um relativo consenso quanto aos modos de transmissão de conhecimentos considerando-se o cenário transgeracional. Esse consenso pauta-se, principalmente, na comunicação oral ou escrita constituindo as sociedades ágrafas e

as sociedades letradas. Isto quer dizer que a transmissão ocorreria por verbalização da experiência vivida. Em uma leitura mais apurada sobre o discurso de Le Goff a respeito da história da memória, encontramos uma brecha em seu pensamento para formas criativas de transmissão de memórias/conhecimentos quando ele cita o antropólogo Jack Goody, que afirma que tanto nas culturas ágrafas, como na escrita, a acumulação de elementos na memória faz parte da vida cotidiana. Nesse sentido, pode-se dizer que a memória é transmita por comunicação escrita, oral e corporal. Na experiência de Goody (2012) com o mito, o ritual e o oral, a criatividade já predomina na oralidade em relação à moldura que encerra a escrita, ao permitir que o orador prossiga como uma corrente, em que a última versão é sempre o ponto de partida. Enquanto a escrita pressupõe o isolamento do autor e o distanciamento do leitor, as duas últimas formas de comunicação são, essencialmente, dialógicas e interativas.

Diana Taylor (ao entender a performance como uma forma de aprendizagem, armazenamento e transmissão do conhecimento ao lado da comunicação escrita e oral, considera que a expressão corporal (*embodied expression*) tem participado e, provavelmente, continuará a participar na transmissão de conhecimentos, memórias e identidades pré e pós fenômeno da escrita, tal como Goody afirma. Taylor propõe então ampliar o foco lançado na cultura da escrita para abrigar também a corporalidade. Mas, para que isto ocorra é necessário alargar as fronteiras disciplinares para incluir o conceito de performance como práxis e episteme o que, certamente, levará a uma política de inclusão memorial. Danças, rituais, culinária entre outras manifestações culturais, muito recentemente foram reconhecidas como formas de conhecer e transmitir a memória que se constitui no corpo. Os chamados patrimônios imateriais nascem sob esta perspectiva de entendimento das memórias incorporadas. Mas, para que esses patrimônios façam parte das políticas institucionais de valorização das memórias locais e globais, eles devem se submeter

ao regime da escritura. São os chamados inventários (*repertoires*) efêmeros, que a cada 10 anos, no caso brasileiro, devem ser revistos e refeitos. O que significa este compromisso face à natureza dialógica e interativa da comunicação oral e corporal?

Na expectativa de uma reconciliação entre arquivo e repertório ou inventário, podemos dizer que convivemos então com memórias do presente incorporadas, vivas e em constante transformação, e com memórias do passado registradas e armazenadas em arquivos (Assmann, 2011, 2008). Diz a autora de *Canon and Archives* que, assim como o esquecimento tem duas formas de se manifestar – ativa e passiva – a memória também apresenta essa tensão entre esquecer intencionalmente e casualmente. Nesse sentido, as ‘instituições de memória’ operam com a atualização da memória passada no tempo presente como um cânone e, ao mesmo tempo, com a memória passivamente armazenada que preserva apenas o passado no arquivo. Assmann crê, portanto, que esses arquivos constituídos de memória passiva se situam a meio caminho entre o cânone e o esquecimento. Eles são potenciais recursos de lembranças pois permitem a seus objetos se situarem na fronteira entre o esquecimento e a lembrança e, por este motivo, eles têm a chance de serem destruídos ou achados ao mesmo tempo em que se inscrevem na memória cultural ao lado das performances, práticas, rituais.

Os lugares de memória locais, regionais, nacionais e globais são, portanto, fragmentos potenciais, sempre incompletos que permitem não a reconstrução do passado, mas a construção de novas narrativas, novas memórias.

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: UM CAMPO PARA PESQUISAR

O estudo das tensões e disputas entre as formas de produção, gerenciamento e preservação do conhecimento sob os aportes teóricos dos campos da memória social e da informação têm sido o contexto privilegiado de nossas pesquisas desde o final dos anos 80 do século XX. O desenvolvimento da pesquisa nesse campo, principalmente com a entrada em cena dos meios eletrônicos, da web e da modelagem conceitual para a gestão de acervos digitais, é devedor do fortalecimento do ensino superior no nível da pós-graduação. No que se refere à ciência da informação, esta se inicia no Brasil com o curso de documentação científica no IBBD na década de 1950¹⁰ e o mestrado em ciência da informação no IBICT em 1970. No campo da memória, o mestrado em memória social (também o primeiro no Brasil) tem como precursor o mestrado em administração de centros culturais em 1986 na UNIRIO¹¹, seguido de sua transformação em mestrado em memória social e documento em 1995 e Programa de pós-graduação em Memória Social (mestrado e doutorado) em 2005.

O contexto de interface entre os dois temas – informação e memória – tem sua institucionalização com a criação em 2010, no âmbito da ANCIB, do GT 10¹² que vem proporcionando diálogos profícuos sobre os fundamentos teórico-conceituais e metodológicos deste novo campo transdisciplinar que, aliado às questões da virtualização e preservação digital, nos coloca desafios para a compreensão de memórias *online* e do estatuto dos bens patrimoniais digitais (nascidos digitalmente ou digitalizados com rastros analógicos) o que vem nos levando a mapear a rede de discursos dos produtores de conhecimento

10 Ver entrevista com Célia Ribeiro Zaher por ocasião dos 25 anos do Curso de Mestrado em CI do IBICT (SOUZA, Rosali Fernandez de, 1995)

11 Ver Visita virtual – histórico em www.memoriasocial.pro.br

12 Ver <http://gtancib.fci.unb.br/index.php/gt-10>

nesses campos, além de observar os fluxos de memórias geradas na rede mundial de computadores.

SOBRE O PATRIMÔNIO DIGITAL, MEMÓRIA SOCIAL E TEORIA DA INFORMAÇÃO

Nossas pesquisas sobre esse tema começam a consolidar-se em 2005 com a aproximação dos conceitos - patrimônio digital, memória social e teoria da informação – quando tentamos estabelecer as configurações e conceituações dessa relação. Partimos do pressuposto que a circulação social dos bens simbólicos se faz por uma operação cumulativa de mídias textuais – jornal e revistas; mídias sonoras – rádio; mídias televisivas – cinema e televisão; e mídias virtuais – Internet. E a cada transposição de uma mídia para outra, a imagem vai deixando de ser a ilustração do objeto concreto, e passa a ter existência própria. No lugar de um “bem durável” (patrimônio em seu sentido mais tradicional) encontramos um bem efêmero, uma imagem digital, reformada, transformada. A importância e o papel dessas mídias se encontra no fato de que elas passam a ‘mediatizar’ não só representações de bens concretos, mas também de bens criados especificamente para cada uma delas. A imagem virtual já pode ser criada independentemente do objeto concreto. Nesses casos, não há mais representação, há criação.

Se a compreensão que tínhamos do mundo se moldava mais à criação do que à representação, o que seria patrimônio na contemporaneidade? Caberia pensar a existência de bens patrimoniais em si? Poderia um objeto valorizado como bem patrimonial deixar de sê-lo? A quem caberia a tarefa de atribuir valores patrimoniais aos objetos criados em uma sociedade globalizada e virtualizada? Haveria ainda lugar para a existência de patrimônio como herança

cultural local? Como preservar o patrimônio no mundo virtual com as garantias de autoria, autenticidade e pertencimento?

O que nos interessava na citada pesquisa era verificar a possibilidade de existência do patrimônio no mundo virtual, a partir do pressuposto que patrimônio é uma categoria, e que o meio digital favorece o entendimento do bem patrimonial como um objeto informacional em constante desenvolvimento, ao mesmo tempo circunstancial, único e virtual. Sugerimos, assim, um *continuum* na leitura dos conceitos: objeto – documento – patrimônio, para pensar o patrimônio como uma categoria circunstancial e, ao mesmo tempo, considerar patrimônio como um valor, especificamente como um agregado de valor simbólico informacional. Para o estudo do comportamento do valor patrimonial em suas configurações contemporâneas considerou-se o cenário em que é produzido. Esse cenário pode ser a atualidade, quando um patrimônio eclode de espaços primitivos ou quando se estabelece em sociedades complexas, ambos na cartografia física territorial. Ou o patrimônio pode surgir na virtualidade, desterritorializado, quando sua criação se dá e se transforma continuamente em momentos compartilhados no ciberespaço.

Nascido digital ou posteriormente digitalizado, concluímos que o percurso de leitura do bem patrimonial deve considerar a cadeia conceitual ‘objeto - documento - patrimônio - patrimônio imaterial - patrimônio virtual - patrimônio digital’; que o ciberespaço pode ser observado como um lugar de memória; e, finalmente, que o conceito de patrimônio digital deve considerar, ao lado dos valores de permanência, integridade e autenticidade que são inerentes ao conceito de bem patrimonial, os valores de circunstancialidade e de movimento, próprios do ambiente virtual.

INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: O CONCEITO DE ACUMULAÇÃO E O AMBIENTE VIRTUAL

Se nos foi possível defender a tese de que os objetos que habitam o ciberespaço são agregados de informação, e que seu conjunto forma estoques organizados por escolhas institucionais acadêmicas, comerciais, governamentais ou pessoais, faltava-nos explicitar a constituição desses estoques de informação no ciberespaço. Barreto (2004) já nos indicava que os estoques de saber são acumulações de inscrições de informação que, arriscaríamos completar, crescem exponencialmente por conta das facilidades advindas das tecnologias da informação e comunicação.

Segundo o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação –CETIC.br¹³, que acompanha o comportamento dos brasileiros quanto ao uso das tecnologias em suas vidas quotidianas como acesso à internet, correio eletrônico, governo eletrônico e aquisição de equipamentos, o número de átomos digitais no universo *cyber* já havia ultrapassado o de estrelas no céu. O universo digital comportava em informações bilhões de gigabytes que em três anos deveria decuplicar. Mesmo considerando-se a exclusão digital ou divisão digital de grande parte da população mundial como explicita Castells (2003), a transferência de bytes para o ciberespaço coloca em pauta a discussão sobre a ‘acumulação de inscrições de informação’. Projetos como o da digitalização mundial de bibliotecas, gestão eletrônica de documentos, aliados aos milhões de páginas ingressadas a cada minuto da internet, contendo informações textuais e imagéticas que se equivalem em bits, já representam estoques difíceis de serem administrados. A explosão informacional ou revolução tecnológica aliada ao *Boom* da memória como enfatiza Andreas Huyssen (2000)

13 Ver <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2007/index.htm>

em sua obra *Seduzidos pela Memória* poderiam levar o mundo a se autodestruir informacionalmente?

O excesso de informações e sua organização em plataformas/coleções são objeto de vários estudos no campo da ciência da informação, assim como assistimos desde as décadas finais do século XX o desejo incontrollável de reter a memória social com a construção de museus, monumentos e comemorações. Delineiam-se dessas observações duas questões ou tensões que, em desequilíbrio, se reforçam mutuamente: a produção de informações por um lado, e, por outro, a manutenção de informações em arquivos digitais.

O equilíbrio entre a produção/aquisição e a demanda de informações foi, durante muitos anos, uma preocupação da Ciência da Informação e, em particular das bibliotecas que regulavam seus estoques utilizando-se da ação do descarte ou desbastamento de suas coleções. O cerne desta questão estava, certamente, na ideia de acumulação que cada instituição produzia, em função de seus objetivos, principalmente considerando-se a administração do público usuário desses estoques. A descaracterização do público (potencialidade total) ocasionada pela digitalização das coleções e sua disponibilização na internet rompe com o controle do equilíbrio entre oferta e demanda de informações e transfere para uma outra instância, o ciberespaço, o problema da gestão dos bancos de dados.

A memória da produção do conhecimento entra em pauta e assiste-se a uma profusão de projetos que visam garantir o acesso a tudo que já foi produzido pela humanidade. Em nome da identidade e da diversidade culturais e do direito à informação recursos financeiros, humanos e materiais são mobilizados para garantir o direito à memória. Bases de dados públicas e privadas, bibliotecas e arquivos somados aos repositórios institucionais nos levam a pensar que o conceito de saber acumulado não deve se igualar à digitalização do mundo. Assim, nossos pressupostos para a organização do conhecimento no ciberespaço consideravam a imagem de que a memória é formada pela

tensão existente entre lembrança e esquecimento. Como diz Gondar (1997), é desse jogo entre lembrar e esquecer que nasce o desejo de memória. Portanto, selecionar (esquecer) é uma ação determinante no processo de construção da memória, seja ela individual, coletiva, documentária, concreta ou virtual.

Não temos assistido ultimamente discursos acerca do conceito de seleção e, conforme discute Viktor Mayer-Schönberger (2007, 2009) sobre a arte de esquecer na era da computação ubíqua, a causa dessa inversão se dá em função de aspectos econômicos da informação e da inovação tecnológica. O autor sugere como solução, em síntese, algo próximo ao que as tabelas de temporalidade representam na gestão de documentos em sua passagem da idade corrente para a idade permanente. Outro princípio praticado também no âmbito da Arquivologia e que poderíamos considerar nesta discussão é o do *respect des fonds* ou *principe de provenance* no sentido de evitar, a partir da qualificação de suas fontes produtoras, a repetição de informações lançadas na internet. A seleção, ou esquecimento consentido, é tarefa árdua, como sabemos, pois implica em arbitrar para o futuro. Se temos a ilusão de que é fácil guardar tudo, além de tecnologicamente possível, não há esforço para seleção. Mas é justamente a questão do futuro que passa a nos interessar quando o *default* do momento é apenas o passado. O deslocamento da relação passado-presente para a relação presente do futuro / presente do passado deve ser considerado como mais interessante para a preservação do conhecimento. A proposta da pesquisa visava, em sua essência, identificar a pertinência do conceito *acumulação* a categorias de pensamento nativas dos campos interdisciplinares da memória social e da ciência da informação, tomando a noção de patrimônio, em todas as suas dimensões (arquivística, biblioteconômica e museal) como problematizadora da constituição da memória em ambiente virtual.

Concluimos, nesta etapa, que se os modos de transmissão do saber estão atrelados às condições tecnológicas da sociedade, a produção de memórias se daria a partir de três processos memoriais ou de memoração (discussão ampliada no próximo item). O primeiro está diretamente ligado à ideia de *dissolução* de memórias, que pode ser explicitado pela transmissão oral do conhecimento que não gera registros memoriais. Nesse modo, as memórias são de natureza processual, não cumulativa e se dissolvem quando o grupo social as incorpora e as transforma cedendo espaço para a criação de novas memórias. Assim, não há acúmulo, repetição, origem ou autoria memorial, pois a memória é sempre um único produto, como o exemplo da memória virtual de Henri Bergson (1922, 1950, 1999).

O segundo modo de produção de memórias é da ordem da soma, da adição, o que significa que a ideia de *acumulação* faz parte de sua memoração. E, como é de todo impossível possuir a totalidade de lembranças em nossa memória individual, a sociedade cria, com a ajuda da técnica da escrita e dos suportes analógicos, as memórias artificiais que são os objetos auxiliares à memória individual. Desse conceito de acumulação nascem as angústias da perda, da falta, do erro e as consequentes ações de proteção “patrimonial” de lembranças. O terceiro modo de produção de memórias pauta-se por uma hibridação dos anteriores, quer dizer, um misto de dissolução e acumulação, que arriscaríamos denominar provisoriamente de *interação*. Seguimos, neste caso, a ideia de metamorfose da interatividade de Kaplan (2009) em que os objetos memoriais são interfaces privilegiadas de um universo digital. Esse modo de produção de memória requer a interação homem-máquina e incorpora às memórias artificiais a chamada memória eletrônica. No ambiente *on-line* (virtual eletrônico), as lembranças depositadas ou comunicadas, se, por um lado, se dissolvem nos processos de reformatação e autoria coletiva, por outro lado, podem ainda gerar acúmulo, pois as tecnologias atuais

possibilitam a reprodução da informação em várias mídias, garantindo a existência de registros tanto analógicos quanto digitais.

Como fontes de pesquisa, além dos discursos que problematizam o conceito de acumulação presentes nas fronteiras da ciência da informação e da memória social, tomamos como campo de pesquisa na internet as instituições que pretendem, como afirma Huyssen (2000, p. 15) se responsabilizar pela ‘recordação total’. Um forte representante destas instituições de memória é o *Internet Archives*¹⁴, fundado para construir “A Biblioteca da Internet” e, tendo como propósito oferecer acesso permanente a pesquisadores, historiadores e estudantes às coleções históricas existentes em formato digital. Fundado em 1996 e atualmente com apoio da Biblioteca do Congresso Americano e do Smithsonian está localizado fisicamente no Presídio de São Francisco, e reúne textos, áudio, imagens em movimento e softwares, bem como o arquivo de páginas e portais. Essa instituição, ainda em observação devido a projeto específico desenvolvido por uma aluna de doutorado em memória social em regime de cotutela na Holanda, será objeto de avaliação posterior.

CULTURA DIGITAL: ENQUADRAMENTOS DA MEMÓRIA EM AMBIENTE ONLINE

A pesquisa¹⁵, ainda em curso, se insere em um ambiente híbrido composto por contextos de produção sobre o tema representados por uma rede de autores e seus discursos, bem como por contextos de criação de *websites* que, vistos como uma narrativa, podem sugerir a diversidade de modos de conhecer, entre lembrar, revelar, ocultar, velar. Entendemos o enquadramento das memórias como modos

14 Ver <http://www.archive.org/index.php>

15 Pesquisa desenvolvida com o apoio do CNPq, bolsista de produtividade em pesquisa (2012-2014)

implicados nas práticas contemporâneas de registro em bits. Ao identificar registros digitais como memórias em construção, podemos indagar de que modo tais objetos podem colocar questões para o modelo teórico sobre a memória social proposto pioneiramente na obra de Maurice Halbwachs (2004 [1950]). Embora o pensamento do sociólogo francês já tenha sido alvo de muitas controvérsias, sua obra inaugural, principalmente *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925) ainda exerce uma centralidade no campo de estudos sobre a memória social. Quer sejam memórias anônimas ou autorais, a arquitetura de informação (também compreendida como formas de enquadramento) dos websites estudados nos indicou um campo de interação que, por ora, arriscamos nomear de Cultura Digital.

O projeto teve por objetivo geral identificar o campo de estudos conformado pelos discursos científicos sobre o tema da informação-memória em ambiente digital, pela prática da criação de memórias online enquadradas em websites que as organizam, comunicam e preservam, bem como pela promoção e socialização online dos resultados da pesquisa.

Como desdobramentos possíveis da problemática apresentada, foram indicados três objetivos específicos: a) compreender os contextos sócio-históricos de produção e os estágios espaciotemporais implicados no desenvolvimento do campo da informação-memória em ambiente digital, traçando redes de relações entre autorias e citações bibliográficas, temas de pesquisa e abordagens teórico-metodológicas utilizadas, com a finalidade de cartografar o domínio e organizar e divulgar o banco de dados sobre a produção científica na área; b) estudar os enquadramentos das memórias online, analisando websites sob os preceitos da Ciência da Informação (adquirir, divulgar e preservar) e os da Memória Social (lembrar e esquecer), com a finalidade de identificar o fluxo de memórias entre a acumulação e a dissolução no ciberespaço; e c) promover a socialização dos resultados da pesquisa e sua retroalimentação, criando um repositório temático

de resumos em língua estrangeira sobre o campo da Cultura Digital em seus aspectos memoriais e informacionais, visando à ampliação da biblioteca de recursos digitais da pesquisa e a internacionalização das discussões.

Escolhemos para dar início ao projeto dois conjuntos de dados que representam o hibridismo do campo de pesquisa. O primeiro refere-se à produção científica gerada pelo projeto Saint Hilaire(2014) e pelo GT10 – Informação e Memória da ANCIB, considerando os anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, que gerou um banco de dados ainda não finalizado. O segundo conjunto de dados refere-se aos campos empíricos (websites) de projetos sob nossa orientação, que serão futuramente comentados: a. [História] *Postsecret, Memoryshare e Internet Archive* (Criptografias da memória em arquivos digitais: entre a narrativa e o banco de dados - Camila Guimarães Dantas¹⁶) b. [Cultura indígena] *Índios online* (Patrimônio em rede: identidade, memória e direitos indígenas no Brasil (Renata Daflon¹⁷) c. [Arquivos] *Memórias reveladas* (A face oculta da ditadura: memórias (re) veladas e enquadramento – Alex Pereira de Holanda¹⁸) e d. [Arte] *Ars Eletrônica e File Festival* (A memória da arte eletrônica: um olhar patrimonial digital sobre arquivos, banco de dados virtuais e museus - Elizabeth Monteiro¹⁹)

MEMÓRIA E NOVOS PATRIMÔNIOS

O projeto ‘Memória e novos patrimônios’ decorrente do Edital CAPES –Saint Hilaire de 2011, coordenado por Cécile Tardy e Vera Dodebei, merece uma nota neste texto para ressaltar os processos

16 Doutoranda do PPGMS em cotutela com a Radboud Universiteit Nijmegen, na Holanda.

17 Doutoranda do PPGMS

18 Mestre em Memória Social

19 Mestre em Memória Social

memoriais e patrimoniais que conformaram a organização do livro bilíngue (francês e português) a ser lançado neste ano de 2014. Nesse sentido, é importante compreender a relação funcional que deve existir entre memória e patrimônio e que nos levou ao pressuposto que esta revela dois movimentos de mútua fertilização: de um lado, aquele em que a memória se torna patrimônio e, de outro, o modo como o patrimônio necessita de uma ‘memoração’ para existir e se transmitir. Pretende-se com isso iluminar um novo domínio de pesquisa, cruzando dados e resultados relativos a estudos que usualmente permanecem disjuntos: sobre a memória social, a patrimonialização e a mediação do conhecimento.

A questão do devir patrimonial da memória (o movimento que a memória se torna patrimônio) parte da atuação de instituições de memória (arquivos e museus, prioritariamente) voltadas para a construção patrimonial da memória social. Considerando que a memória é geralmente pensada como um processo social contínuo, a proposta teórica do Projeto Saint-Hilaire no qual nossa pesquisa se insere, é a de garantir essa continuidade ou, no dizer de Reginaldo Santos Gonçalves (2003), obter uma ressonância cultural para qualquer ato voltado para a patrimonialização de bens, sejam eles de natureza material ou imaterial. Acreditamos que esta abordagem renova o conceito da patrimonialização em dois ângulos. Em primeiro lugar, ela indaga o estatuto dos objetos que são traços de memória, que não dependem apenas do saber dos especialistas do patrimônio, mas também das comunidades e dos grupos sociais. Além disso, ela questiona a invenção de formas de representação da memória, por exemplo, no interior do museu, ao enfatizar aquelas que permitem compreender a memória e visibilizá-la tanto para o público familiarizado quanto para aqueles que são estranhos à representação da memória social ali exposta.

A segunda grande indagação põe em relevo o que se designaria como memoração do patrimônio. Do ponto de vista da

patrimonialização todo patrimônio depende de um processo de construção social. Esse processo não é isento de tensões e é preciso, então, identificar os tipos de discursos patrimoniais e as negociações dinâmicas e complexas através das quais se define a legitimidade dos enunciados discursivos a seu respeito. Assim, os termos dessa relação não devem ser tomados isoladamente, já que a questão patrimonial deve ser examinada do ponto de vista da memória e a questão da memória, por sua vez, sob a perspectiva de seu devir patrimonial, constituindo simultânea ou interdependente e transversalizada o que se entende por memória social e por patrimônio e seus processos de memoração e patrimonialização.

CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS FUTUROS

Após discutir memória e patrimônio em seus meios e lugares e apresentar o escopo geral do campo em que as pesquisas vêm sendo realizadas, os pressupostos gerais e norteadores da produção de conhecimento em informação e memória, considerando aí os estudos patrimoniais, apontam, em primeiro lugar, que memória e patrimônio constituídos no ambiente virtual são sempre mediados por ‘objetos informacionais’. Esses objetos ou códigos numéricos se metamorfoseiam em imagens que são seus substitutos e todo este processo de ‘vestimenta’ dos códigos é feito por programas computacionais que são construídos para permitir que as pessoas se comuniquem entre si e com a máquina. A vestimenta dos códigos numéricos funciona como nossa pele que nos confere identidade. Quer seja por símbolos visuais criados para a escrita textual ou figurativa, quer seja por símbolos sonoros nos comunicamos eletronicamente números, como uma equação fractal e sua estrutura matemática da informação.

Em segundo lugar, as relações entre memória e patrimônio consideram dois processos interligados: a memória em seu vir-a-ser patrimônio, ou patrimonialização da memória; e o patrimônio instituído que necessita de uma memória para se justificar no tempo, ou memorização do patrimônio. Vale ressaltar que os termos dessa relação não devem ser tomados isoladamente, já que a questão patrimonial deve ser examinada do ponto de vista da memória e a questão da memória, por sua vez, sob a perspectiva de seu devir patrimonial, constituindo simultânea ou interdependente e transversalizada o que se entende por memória social e por patrimônio e seus processos de memorização e patrimonialização.

Em terceiro lugar, a preservação da memória/conhecimento se dá por processos de seleção natural ou artificial, o que significa que o conhecimento registrado em qualquer que seja seu suporte material, aí incluídos também os digitais (que apenas aparentemente são incorpóreos) pode ser encontrado ao acaso, naturalmente, como um vestígio perdido, esquecido ou escondido ou, ao contrário, um objeto/conhecimento pode ser deliberadamente protegido contra o esquecimento. O processo de proteção visa garantir ao objeto, dentre inúmeras possibilidades, sua autoria e sua autenticidade, por exemplo. Mas, não é apenas a proteção por camadas de metadados que garante o acesso às informações que os objetos portam. A disseminação das informações, tal como um sistema viral, garante a preservação de um dado conhecimento, considerando que quanto maior for seu uso, maior será a probabilidade de garantir a sua lembrança. Esses dois processos são amplamente discutidos no âmbito da ciência da informação, principalmente em transferência da informação, esfera da comunicação científica. A contribuição da memória social a esta questão é também muito importante, ao nos indicar que, na dinâmica entre o que lembrar e o que esquecer, estaríamos por certo falando também de seleção e que esta decisão pode ser conduzida pelos

processos de lembrar (no sentido de reforçar, por exemplo) e de esquecer para possibilitar a criação de um novo conhecimento.

Em quarto lugar, memória e patrimônio são valores interdependentes atribuídos aos objetos. A ideia de patrimônio é recente e, por seu forte caráter representacional, gera conflitos com a natureza da memória que é absolutamente virtual. Assim, o conceito de patrimônio sofre também outras transformações produzidas pelas novas dimensões de tempo e de espaço do mundo organizado por redes interligadas de computadores, notadamente em relação aos atributos de acumulação, permanência e integridade. O valor patrimonial atribuído aos objetos digitalizados ou criados digital deverá ser considerado sempre temporário e circunstancial, assim como o valor documental. Documento e patrimônio são valores e, portanto, devem ser compreendidos como construções virtuais.

Finalmente, cabe-nos lançar questões para reflexões futuras. Assim como Jorge Luís Borges (2000) no conto *Funes, o memorioso*, nos indica que lembrar todos os segundos de uma existência é impedir a própria condição de existir, como observado por Irineu Funes, “[...] o presente era quase intolerável de tão rico e tão nítido [...] minha memória, senhor, é como o despejamento de lixos”, Aleida Assmann, em sua obra ‘Espaços da Recordação’ dedica um capítulo sobre a persistência, decadência, resíduos – problemas da conservação e a ecologia. O lixo cibernético parece ser uma grande preocupação dos pesquisadores que já estão sendo chamados de arqueólogos digitais, no campo da Big Data. Ecologia e meios de memória pode vir a ser a nova pesquisa nessa interação entre informação e memória.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Aleida. The dynamics of cultural memory between remembering and forgetting. In: ERLI, Astrid, NÜNNING, Ansgar (Ed.) *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2008.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. As aplicações da informação: estratégias de atuação. Disponível em: abarreto-l@listas.alternex.com.br
Recebida em 13/05/2004 às 10:28.
- BENJAMIN, W. O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221. (Obras Escolhidas, Volume 1)
- BERGSON, Henri. *Écrits et paroles*. Paris: Presses Universitaires de France. Tome troisième, Textes 129, 130, 131 - Commission Internationale de la Coopération Intellectuelle (1922).
- BERGSON, Henri. Le possible et le réel In: _____. *La pensée et le mouvant* : ensaios e conferências. 27 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1950. [1934] p. 98-116.
- BERGSON, Henri. Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BORGES, Jorge Luis. Funes, o memorioso. In: BORGES. *Obras completas*, v. 1. São Paulo: Globo, 2000. Ficções, p. 539-546.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2003.)
- GONÇALVES, J. Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

- GONDAR, Jô. O esquecimento como crise do social. In: *Memória social e Documento: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Unirio/Mestrado em Memória Social e Documento, 1997.
- GOODY, Jack. *O mito, o ritual e o oral*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HALBWACHS, M. et. als. *La Topographie légendaire des évangiles en terre sainte: étude de mémoire collective*. Paris: PUF, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, 1925.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004. [Primeira edição de 1950]
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memóriaarquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KAPLAN, Frédéric. *La métamorphose des objets*. [s.l.] France: FYP éditions, 2009.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.
- MAYER-SCHÖNBERGER, V. *Delete: the virtue of forgetting in the digital age*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor. *Useful Void: the art of forgetting in the age of ubiquitous computing*. Faculty Research Working Papers Series, John F. Kennedy School of Government - Harvard University, 2007.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História, Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, n. 10, p. 1-78, dez., 1993.
- RICOEUR, Paul. *Memória, história, esquecimento*. Campinas: Ed.Unicamp, 2007.
- SOUZA, Rosali Fernandez de. *Entrevista Célia Ribeiro Zaher, Ciência da Informação*, v. 24, n. 1, 1995.
- Tardy, Cécile; Dodebei, Vera (Org.) *Memória e novos patrimônios/ Mémoires et nouveaux patrimoines*. Marseille, Fr.: Open Editions, 2014.

TAYLOR, Diana. *The archive and repertoire: performing cultural memory in the Américas*. London: Duke, USA: Duke University Press, 2003.

WHAT IS MEMORYSHARE?, Disponível em: http://www.bbc.co.uk/humber/content/articles/2008/01/15/02_memory_share_what_feature.shtml . Acesso em 15 de janeiro de 2012.

A REDESCOBERTA DO TRABALHO COLETIVO²⁰

Marcos Galindo²¹

Nesse planeta tudo funciona de acordo com a Lei da Natureza. As partículas se juntam, e com base na cooperação entre elas, tudo em redor, todo o nosso ambiente, pode se desenvolver e sustentar. Nosso próprio corpo também possui a mesma estrutura. Células diferentes se reúnem e trabalham juntas em cooperação e, como resultado, a vida humana é sustentada. Em uma comunidade humana amplia-se a mesma Lei e princípio de cooperação. Até para um avião voar, uma única máquina funcionar – isto só pode ser feito da dependência de muitos fatores e com a cooperação deles. Sem eles é impossível. Do mesmo modo precisamos de cooperação para sustentar a vida cotidiana na sociedade humana. (DALAI LAMA, 2006)

Este texto reúne ideias que nutridas desde 2005 quando se firmou o Convênio FUNDAJ/ UFPE para o desenvolvimento de uma iniciativa colaborativa de digitalização de acervos de interesse memorial.²² Além do objeto do programa este convênio oportunizou a experimentação de práticas e exercício de novas formas de cooperação multiusuária, e a colaboração em rede. A ação com a Fundação Joaquim

20 Partes deste texto foram extraídas de apresentações em dois Eventos, a saber: *VIII Encontro Internacional de Informação, Conhecimento e Ação: novos paradigmas no estudo do conhecimento e da ação* UNESP Campus de Marília - São Paulo – Brasil, Dezembro de 2013 e *Seminário Informação, Patrimônio e Memória: Diálogos interdisciplinares*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI, realizado na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, Abril de 2014

21 Docente do Programa de Pós-Graduação Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, coordenador do Laboratório LIBER.

22 O convênio FUNDAJ/UFPE teve por objetivo o estabelecimento de cooperação interfaciado entre o Laboratório Liber e o Instituto de Documentação (INDOC), para o desenvolvimento de instrumentos de gerenciamento e difusão de acervos documentais e intercâmbio de tecnologia, tocante especialmente à área da memória, do patrimônio cultural, da Ciência da Informação e disciplinas afins, contemplando projetos em conjunto e intercâmbios de pesquisas e pessoal.

Nabuco despertou-nos para a problemática das instituições memoriais e as práticas de gestão do patrimônio memorial que resultaram na formação da Rede Memorial de Pernambuco em 2009.²³

Para o desenvolvimento das reflexões narradas neste trabalho, foi relevante a experiência pessoal do autor no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, veneranda instituição, pioneira no resgate dos bens do patrimônio memorial pernambucano. (GALINDO e HULSMAN, 2001) A experiência na Biblioteca Central e na Faculdade de Direito, ambas da Universidade Federal de Pernambuco foram muito úteis neste desenvolvimento. (GALINDO, 2005) Igualmente importante para o desenvolvimento das ideias aqui expostas foi minha passagem na Sociedade dos Amigos da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco entre 2005 e 2006 que nos ajudou a enxergar os graves problemas resultantes dos efeitos do fenômeno do custodialismo em Pernambuco. Finalmente o trabalho com o colega Denis Bernardes (*in memoriam*) no resgate da memória institucional da pesquisa e do ensino superior em Pernambuco, completa o quadro de experiências e contribuíram para o desenvolvimento do modelo Sistema Memorial.

Sistema Memorial é componente de um paradigma emergente que combina os estudos da complexidade e a teoria dos sistemas. Os sistemas memoriais são uma categoria de trabalho de natureza interdisciplinar, baseada na visão sistêmica, e se contrapõe à visão analítica reducionista-mecanicista herdada dos filósofos da Revolução Científica do século XVII, como Descartes, Bacon e Newton. (Kasper, 2000).

Análise e modelagem de sistemas dinâmicos reais é um recurso metodológico de grande eficiência especialmente quando aplicados à análise e gestão da operação das organizações de memória.

23 Reunião de criação da Rede memorial de Pernambuco, 27 de março de 2009, 14h00, Laboratório Liber, Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco.

O desenho do modelo teórico de um determinado sistema de informação permite a observação de aspectos não alcançados por metodologias puramente analíticas. Abre a possibilidade para que seu comportamento futuro possa ser previsto com certa precisão e, como consequência, o impacto de sua atividade possa ser devidamente avaliado até mesmo alterado através de ações dirigidas.

Os sistemas preexistem à sua qualificação nominativo-funcional, e a visão sistêmica permite a visualização de entidades orgânicas que somente se realizam em um nível lógico. Sistema Memorial, nesse sentido, é um instrumento lógico de apreensão de uma realidade possível, trazendo às coisas da natureza uma representação que corresponde a uma ordem lógica, reconhecível, postulável e previsível.

Neste texto abordaremos a noção de Sistemas Memoriais e a formação de Redes Memoriais baseadas no conceito multiusuário e no trabalho coletivo. Discutiremos o conceito de sistema memorial e sua aplicação como categoria de trabalho científico que tem ajudado a visualizar o campo da informação registrada. Este corpo sistêmico é composto por uma teia de instituições que têm por missão o resgate, o tratamento, a preservação e a promoção do acesso aos bens do patrimônio memorial. Finalizaremos apresentando a experiência da Rede Memorial (www.redememorial.org), seus modos de mobilização, de operação e aplicações. O movimento tem produzido um conjunto de soluções inovadoras no trato de problemas crônicos de gestão e execução de projetos e programas em instituições memoriais.

NOVAS VISÕES

O Humanismo nos fez crer que o homem era o centro de todas as coisas. Tudo girava em torno de sua existência. Este pensamento é

herdeiro do Renascimento europeu e das possibilidades e facilidades descortinadas com a Revolução científica.

Nos *Études Galiléennes* publicado em 1939, Alexandre Koyré utilizou pela primeira vez a expressão “revolução científica” para dar significado ao conjunto de avanços científicos logrados pela humanidade no lapso histórico que se iniciou no século XVI e se estendeu-se até o século XVIII. Neste período se observou o aprofundamento da cisão entre a ciência e a filosofia e o recrudescimento do processo de afastamento da religião, a qual essa esteve atrelada historicamente. Desde então a Ciência, passou a produzir conhecimentos mais estruturados, fundados em práticas metodológicas renovadas.

A revolução científica fez com que a ciência fosse repensada de modo a espelhar o desírio da emergente sociedade moderna, redirecionando assim seu esforço para longe das influências místicas da Idade Média. Os agentes motores comuns deste movimento potencialmente foi o renascimento cultural europeu e o humanismo dele resultante; o surgimento da imprensa e a consequente abertura do acesso ao conhecimento apara um universo de consumidores laicos; a reforma protestante e o hermetismo. Neste contexto a ciência introduziu modificações no modo de examinar a natureza, com câmbios profundos na sua própria forma e função, como por exemplo, no aprofundamento do tratamento matemático na descrição dos fenômenos da natureza. Neste particular o hermetismo, como defende Koyré, *“selou a revolução, na medida em que representava um conjunto de ideias quase mágicas, mas que exaltavam a concepção quantitativa do universo, encorajando o uso da matemática para relacionar grandezas e demonstrar verdades essenciais.”* (KOIRÉ, 1939)

A difusão da matemática criou um ambiente propício para o desenvolvimento de um método científico mais rigoroso e crítico, o que modificou a forma de fazer ciência. Este modelo resultou em um modo analítico de se fazer pesquisa, na forma cartesiana que

dominou a visão da ciência até meados do século XX quando surgiram os processos sistêmicos desenhados por Bertalanffy.

O renascimento trouxe a reboque o humanismo que permitia a promoção do pensamento crítico e o aprofundamento da autonomia reflexiva dos espíritos baseados na premissa de que o homem estava no centro do universo e a ele todas as coisas eram permitidas. Pensamento que se opunha pelo vértice ao teocentrismo medieval que, por sua vez, colocava na conta do divino a maior parte das explicações afetas ao mundo natural. Este censo crítico inspirado em alguma medida nas escrituras sagradas,²⁴ permitiu que o homem moderno observasse os fenômenos naturais mais acuradamente sem que necessitasse consumir passivamente à interpretação destes fenômenos oferecida pelos teólogos da Igreja.

Modelo heliocêntrico defendido por Copérnico, a publicação do Diálogo sobre os dois principais sistemas do mundo por Galileu Galilei e o enunciado das Leis de Kepler impulsionaram decisivamente a revolução científica. Ao lado destes eventos se desenvolvia a imprensa e a invenção do tipo móvel por Johannes Gutenberg que se espalhava pela Europa. Fundamentalmente a imprensa criou o ambiente para a leitura laica e o livre acesso via o mercado de livros que paulatinamente foi se desvestindo do controle teocrático do conhecimento. Todavia, não se deve diminuir a importância da Reforma Religiosa que grassava na Europa, dividindo as mentalidades e derrubando os pilares que durante milênios sustentaram a forma que os homens viam e interpretavam sua relação com o que era do domínio de Deus e o que era de César. Na contracorrente dos papistas, os militantes da reforma defendiam que a ciência não se constituía em antítese à religião e que os avanços da ciência eram uma forma legítima de louvar Deus. Sob este argumento a ciência foi incentivada

24 "conhecereis a verdade e a verdade vos libertará" Cf. Evangelho livro de João (João 8:32)"

pelo protestantismo que ombreou junto aos cientistas no processo de promoção do desenvolvimento da ciência.

A Revolução Científica exacerbou no homem pós-medieval uma forma individualista de viver e partilhar o meio social. O Capital citadino burguês separou os homens das aldeias da ideia de comunidade e progressivamente o elevou da condição de servo da gleba²⁵ para a de operário que entregava à soldo sua força de trabalho. Os elos de solidariedade e colaboração que condicionavam a sobrevivência medieval foram perdendo força com a modernidade os afastando do modo comunal.

Paradoxalmente foi a tecnologia e a globalização que acordaram no século XX esta capacidade coletiva que jazia adormecida. Aparentemente não pelas qualidades éticas e comunitárias que a alimentavam nativamente, mas pelo poder da eficiência e da produtividade do modo de produção colaborativo.

INSTITUIÇÕES MEMORIAIS

Antes de passarmos a discutir o conjunto dinâmico e social que arbitramos denominar Sistemas Memoriais, cabe-nos definir para o leitor as escolhas e os caminhos metodológicos e epistemológicos que nos levaram a observar os problemas das organizações de memória desde uma visão sistêmica. Para este fim procuramos estudar a natureza e as leis fundamentais que regem socialmente aquele segmento de organizações que tem por função social o labor com a Memória.

25 O servo da gleba era uma categoria de escravo que gozava de liberdade relativa mas que não tinha o direito de sair do lugar onde trabalhava. Era ligado à gleba, não sendo, portanto totalmente livre. Desfrutava de direitos próprios à sua condição, como o direito de permanecer na terra onde trabalhava sem ser expulso pelo seu senhor.

Cabe também clarear por antecipação a classe de memória de que tratamos sua abrangência, definição e especial natureza. Para fins do estudo dos sistemas memoriais, tratamos especificamente das memórias que foram objeto de canonização e registro escrito e, que, por escolha social ou de particulares indivíduos foram selecionadas para custódia permanente e perpetuação como interfaces materializadas da inteligência de determinados grupos sociais.

Assim, entendemos Instituições Memoriais como aquelas organizações, públicas ou privadas eleitas ou constituídas pela sociedade para realizar a tarefa da guarda, da preservação e do acesso ao patrimônio memorial e cultural das sociedades a que servem.

Certamente como reação a compartimentação do conhecimento em seus mais variados domínios, as disciplinas componentes da Ciência da Informação projetaram suas variantes operacionais na forma de especialidades e através delas reconhecemos o campo sobre o qual nos debruçamos.

O explicativo complexo enxerga os sistemas como o nível material dos instrumentos que se articulam para realização de tarefas complexas. Estas tarefas, todavia carecem de uma camada operacional gerida pelas pessoas que se organizam em redes. No nível das redes as pessoas se articulam em arranjos inteligentes para operação dos sistemas. Essa dimensão sistêmica nos ajuda a entender uma tendência que pode ser captada no pensamento de autores como (Dempsey, 1999), (Hjørland, 2000), e (Buckland, 2011).

Lorcan Dempsey defende uma visão coerente e unificada para os papéis de arquivos, bibliotecas, museus, serviços de informação online, e organizações afins. Para este autor a memória é uma *“metáfora, um genérico que qualifica as instituições que organizam os registros culturais, intelectuais e memoriais dos povos, comunidades, instituições e indivíduos, e o patrimônio científico e cultural.”* (Dempsey, 1999).

Esta definição expõe o fato de que abaixo da denominação genérica de “Instituições de Memória” abriga-se um conjunto de

organizações de missão comum. Esta circunstância expande a tipologia organizacional que toca a C.I., para um inusitado número de novas instituições, por onde se distribuem a ação e o trato da memória. Sobre isto registrou Hjerppe *“Além das tradicionais bibliotecas, museus, arquivos, o termo também inclui as instituições culturais, monumentos e lugares, inclusive outras organizações que coletam registros culturais.”* (Hjerppe, 1994).

Birger Hjørland alerta-nos para uma mudança no espectro que abriga as instituições de memória. Segundo este autor: *“Além das organizações que declaram explicitamente a missão memorial em seus estatutos, outras organizações de memória social - que, em razão de suas práticas de transmissão do conhecimento de uma geração para outra - vêm sendo consideradas como tipos implícitos de instituições de memória.”* Hjørland (2007). Na verdade não são apenas as novas formas de organização de memória que não são perceptíveis ao olhar da Ciência da Informação. As organizações notariais podem ser invocadas como um bom exemplo de organizações invisibilizadas que escapam ao olhar da C.I.²⁶

Hjørland conclui descrevendo a tendência crescente de observar os estudos de arquivo, biblioteca, e museu, como parte de um campo mais amplo da ciência da informação. Segundo este autor uma das razões para este entendimento, seria a convergência crescente da orientação destas instituições na direção da mídia digital, circunstância que acabaria por aproximá-las pelo compartilhamento de problemas comuns. (Hjørland, 2007).

26 As organizações notariais constituem uma especial categoria de gestores da informação os notários, encontraram sua função na sociedade desde a antiguidade clássica. Não interessava a estes a gestão do conhecimento para o conhecimento, mas a gestão do patrimônio imóvel para fins legais e a garantia, com base da informação memorial, da sucessão patrimonial. Sua função social estabelecida pelos antigos escribas mesopotâmicos atravessou a Idade Média chegando aos nossos dias sem mudanças. Os Tabeliões são certamente tecnologia medieval não evoluiu desde tempos medievais, mas são uma família dos gestores da informação registrada. Parte da arquivologia deriva deste ofício, seu ofício no Brasil e em muitos outros países é uma delegação de estado, mas efetivamente, cumprem um tipo de serviço público de administração privada, característica que lhes dá uma falsa áurea de modernidade. No Brasil, até bem pouco tempo era um cargo vitalício, fato que põe à mostra raízes senhoriais feudalisticas herdadas da burocracia portuguesa.

Para Guy Pessach os arquivos, os museus e as bibliotecas são exemplos paradigmáticos de instituições tradicionais de memória. instituições memoriais. Para Pessach *“são aquelas entidades sociais que têm por ofício a seleção, a documentação, a contextualização, a preservação, a indexação e, por esta via, a canonização dos elementos da cultura da humanidade”*. Segundo este autor além destas instituições paradigmáticas registram-se *“Tipos emergentes”* operantes em rede - *com função de instituição de memória: as plataformas de compartilhamento de conteúdo; as redes sociais; as redes de infraestrutura; as agências de imagens digitais; as lojas de música on-line, inclusive os motores de busca*” que disponibilizam as narrativas históricas, as memórias individuais e as coletivas (PESSACH, 2008).

MEMÓRIA E REGISTRO

A visão culta ocidental sobre o conhecimento nutre uma meia verdade visível na expressão de Maurice Halbwachs. Conforme lembra Daniele Alves citando este autor: *“a única forma de preservar a memória é fixá-la a uma estrutura narrativa, visto que a materialidade perpassa as gerações, enquanto as palavras e os pensamentos morrem com seus guardiões”* (Halbwachs, 2006, *apud* Oliveira, 2012). Este pensamento atribuído a Halbwachs parece ter suas raízes fincadas em tradições mais antigas que as semeadas por este autor. Um adágio popular latino amplamente difundido nos vastos rincões dos domínios romanos registrava: *“Verba volant, scripta manent”*. A tradução literal deste provérbio latino diz: palavras faladas se volatilizam, as escritas permanecem.²⁷ A máxima, todavia, fala-nos mais dos interesses de

27 O primeiro registro deste provérbio parece vir de um discurso de Caio Tito no Senado romano, que sugere que em assuntos públicos as palavras faladas podem ser facilmente esquecidas enquanto os documentos escritos, sempre são conclusivos. No direito a expressão é utilizada quando se quer dar força a necessidade de acordos formais entre partes sobre algo que possa gerar dúvidas futuras. Para evitar litígios o bom senso recomenda que se coloque por escrito o pactuado, em vez de manter apenas acordos verbais. Cf. BOIS, Jean-

controle imperial dos romanos que propriamente da natureza da memória e do documento. Para controlar seus domínios os romanos se serviam do registro escrito para fins de comunicação entre as diversas partes do império, para difusão da *Lex Romana* e para controle gerencial de suas milícias, entre outros usos.

Se para a canonização do conhecimento fosse necessário seu registro, como justificar então a sobrevivência da cultura grega da antiguidade clássica, uma vez que estes povos não possuíam ainda o registro escrito. De que estratégias se serviram os nativos, gregos e outros povos agrafos formadores de nossa cultura para fazer sobreviver sua memória aos nossos dias? A resposta é simples. Serviram-se da tradição oral, do trabalho dos Aedos dos Rapsodos, dos Menestréis. A visão de Halbwachs é documentalista, por esta razão se aplica bem ao contexto da Ciência da Informação. Pressupõe a fixação da narrativa. É-nos natural o recorte documental, para a Ciência da Informação a memória é condicional ao registro. Somente o registro documental é gerenciável, somente o registro permite o resgate, o tratamento e a preservação. Somente o conhecimento registrado viabiliza o acesso na escala exigida em nossos dias.

Se o registro é passado, é informação congelada em uma das interfaces possíveis à inteligência humana. Paul Fraisse, psicólogo francês desenvolvedor da noção de *chronopsychologie* explica-nos que a informação de variadas matizes que chegam ao nosso campo sensitivo leva três segundos para se tornar passado.²⁸ Segundo Fraisse, após 3 segundos, todas as informações que circulam ao seu redor e são processadas saem da consciência e são arquivadas nos sistemas de memória do cérebro. Isso significa que “*nós enxergamos*

Pierre, (2004). *Anciens empre Diálogo Militaire et modernes*. Presses Universitaires de Rennes.

28 Fraisse, Paul. *Psychologie du temps*. 2ed. Paris, Presses universitaires de France, 1967. Paul Fraisse (1911-1996), psicólogo francês conhecido por seu trabalho sobre a percepção do tempo. Sua pesquisa se concentra na psicologia da percepção e, mais particularmente sobre a percepção do tempo. Fraisse contraria a tese de Jean Piaget que o conceito de tempo depende da velocidade, mostrando que o julgamento temporal pode ser afetado por muitos outros parâmetros. Em 1963, os dois psicólogos publicam juntos um importante tratado de psicologia experimental que irá incluir até nove volumes. Em 1967, em *Psicologia do tempo*, ele cria e desenvolve a noção de *chronopsychologie*.

a própria vida, fundamentalmente, através de registros de memória". (FRAISSE, 1967). Este é um ponto fulcral! Se acolhermos a assertiva de Fraisse, poderíamos considerar então que o objeto da ciência da Informação, a própria "informação" não seria o ponto focal no nosso interesse científico, senão a memória.

A reflexão de Fraisse nos lembra a lógica de Theodore Levitt utilizada em um instigante artigo publicado por Ricardo Barbosa em 1998, na fronteira da revolução digital. Neste texto Barbosa alertava *"na verdade, o livro (biblos) e a biblioteca são apenas suporte e local onde a informação se encontra depositada e armazenada. O verdadeiro "negócio" da biblioteconomia é a informação, e não livros."* (Barbosa, 1998) 29 O alerta de Barbosa apoiava-se na teoria econômica da "miopia mercadológica" defendida por Theodore Levitt, creio, contudo, que haja ainda um outro nível de miopia não percebido. Míope não apenas no nível pragmático do objeto físico como enxerga Barbosa, mas no objeto teórico e na lógica que orienta a perspectivas de observação da Ciência da Informação.

Segundo postulava Levitt, esta cultura equivocada, seria vetor de insucesso de um negócio. A mentalidade míope levava a percepção ilusória de que uma organização estaria em uma espiral de crescimento. Esta crença falso-positiva levaria a um estado de complacência e blindagem ou perda de visão do que realmente os clientes desejavam e necessitavam. A memória que interessa a Ciência da Informação não é a memória biológica de Fraisse, nem tampouco a documental de Barbosa. O objeto de nosso interesse reside na ideia de memória registrada que destas noções se deriva. Voltaremos a este assunto adiante, antes disso cabe aprofundar um pouco mais na ideia do registro, principiando pela fala.

29 "Esse princípio de marketing fundamenta a conclusão não apenas de que o verdadeiro negócio da biblioteca é informação, mas também de que os concorrentes da biblioteca e dos profissionais que nela atuam são serviços de informação em uma perspectiva ampla e profissionais oriundos das áreas de computação, administração, comunicação e outras." Sobre a miopia funcional de que Ricardo Barbosa, C.f.: Theodore Levitt em seu estudo "Marketing Myopia" publicado em 1960 pela *Harvard Business Review*, 38 (July-August 1960), pp. 24-47.

Entre as dimensões do sentir e a do expressar há o pensamento. No processo de desenvolvimento intelectual humano, a tarefa de descrever o mundo que o rodeava resultou na linguagem, a primeira interface do conhecimento. Ao exercitar a fala o homem produzia memórias semi-permanentes e intercambiáveis, habilitou-se a trocar experiências, formar conhecimento e cultura. Estava criada a fórmula que se sobressairia a todas as demais, um ser inteligente que aprendia com situações novas, guardava experiências e podia as distribuir socialmente. A fala permitiu a comunicação interpessoal e a disseminação social do conhecimento em sua primeira escala.

Sem o auxílio de um suporte externo que o sustentasse, a fala constituiu, entre os homens primitivos seu fiel documento. A linguagem impôs-se, portanto, como um instrumento de registro e inscrição de categorias, instância esta que vai permitir, milhões de anos depois da fala, o surgimento da escrita e, a aplicação em suportes físicos daquilo que fluía nas interfaces da fala e da inteligência.

Falar é, fundamentalmente, um ato de categorização do mundo natural, nomeando-os em classes reconhecíveis, de modo que estas representem na dimensão lógica onde a inteligência se manifesta, os objetos do mundo natural em sua forma física, tangível, ou ainda a fenômenos não tangíveis (imateriais) tocantes ao universo atômico que nos rodeia. É um processo de ordenação do universo e criação do magnífico estoque memorial que convencionamos chamar de cultura.

Esta condição, única na natureza neste grau de complexidade de difusão, permitiu o desenvolvimento de outra invulgar capacidade, a interoperabilidade. Ao longo do seu desenvolvimento, os humanos perceberam a diferença que se dava entre os objetos do mundo sensível e sua representação $\frac{3}{4}$ fosse ela pensamento, fala ou expressão gráfica $\frac{3}{4}$ carregavam em si duas partículas, uma sintática, outra semântica. Uma dizia respeito as regras, os modos e os usos das coisas e outra aos sentidos e significados. O documento é a mais

reconhecível das interfaces da inteligência, a instância material de sua forma mediada pela escrita.

Partindo destas reflexões, mais especificamente baseados nesta natureza preterital que responde a habilidade de construir interfaces de memória, fizemos, para fins de nossa reflexão, a escolha metodológica de nominar a informação registrada pelo genérico de memória.

POLISSEMIA DO TERMO INFORMAÇÃO: MEMÓRIA E A IDEIA DE PRETÉRITO

O termo memória pode atender a vários significados, dependendo do campo em que esteja sendo aplicado, e seus conceitos variam tanto quanto são seus proponentes. Para o senso comum, o termo invoca de pronto a ideia de *pretérito*, sentido que se faz mais forte no trato de disciplinas como a história, a arqueologia, e a arquitetura, onde a noção sedimentou-se desde longo tempo, firmando a conotação. Para a Ciência da Informação (CI), "*locus*" a partir de onde perspectivamos nossa observação, o tempo passado revela apenas parte de uma semântica incógnita, e essa aplicada a circunstâncias muito específicas.

Em CI, memória aproxima-se mais ao conotativo de estoque de informação, invocando a condição de registro memorial da herança cultural humana. A memória produzida ontem tem para a CI o mesmo valor como objeto de estudo que registros centenários, eleitos como representativos de interesse histórico ou patrimonial. Não cabe a CI a reconstituição do passado histórico memorial, antes busca entender a natureza dos registros e os fenômenos que envolvem a criação, o tratamento e o uso social da informação.

Em uma campanha de divulgação *outdoor* da Universidade de Amsterdam veiculada em 1998, o professor da faculdade de Lógica, Johan van Benthem provocava os transeuntes das vias centenárias do centro histórico de Amsterdam com a seguinte frase: “informatie is de enige grondstof die groeit in het gebruik” que em uma tradução livre significa: *Informação é a única matéria prima da natureza que se multiplica quando é distribuída*. Ou se preferirem “*a única commodity que cresce com o uso*”. (Benthem, 1998) Poucos anos mais tarde o filósofo francês Marc Halévy apresentou uma versão aprimorada da ideia vista pelo prisma econômico, diz Halévy: “*A economia clássica baseava-se nas noções de raridade e penúria: um objeto me pertence ou não, e o seu valor depende do quanto ele é raro. A economia das ideias é completamente diferente. A ideia não pertence a ninguém, e o fato de compartilhá-la não prejudica quem a detém. Ao contrário, a ideia ganha mais valor à medida que se torna norma, ou seja, quando é partilhada, e é mais rapidamente partilhada por proliferação quanto mais barata é*. E conclui enfático: *Quase podemos falar de antieconomia: a dos ativos imateriais (intangible assets) e dos processos de criatividade para além das normas de produtividade.*” (HALÉVY, 2010:17)

Em suma, entende-se que os registros de memória, organizados em estoques ou não, vistos como recursos são participantes de um intrincado sistema econômico e social. Compreende-se que a informação em seu modo de registro (memória) possui propriedades nativas distintas das *commodities* do mundo industrial que, em face a sua natureza material não pode ser distribuída da mesma forma, pois a divisão no mundo atômico a que estes materiais pertencem, sempre implicará na geração de duas partes de um todo, ao passo que no universo da informação natural ou de seus digitais *surrogates* a distribuição não implica em divisão e sim em multiplicação. Eu posso entregar voluntariamente a um interlocutor a informação que possuo e, mantê-la comigo. Nesta troca a comunicação se encarrega de agregar valor social à informação. Esta circunstância como nos

explicou Halévy pode ser vista como uma forma antieconomia. Eu diria de uma nova economia.

Deste modo cumpre-nos entender em profundidade esta natureza especial da informação e da memória. Não podemos ver o que o futuro nos reserva, mas está muito claro que a melhor forma de antever o futuro é visitar o passado, é prover o acesso em suas variadas formas. Neste aspecto a memória deixa de ser um insumo passivo e passa a ser entendida como elemento de desenvolvimento e construção social. Para um melhor entendimento arrolamos alguns princípios que julgamos instrumentais para o entendimento da natureza da memória:

PRINCÍPIOS DA MEMÓRIA

1. Informação é a única matéria prima da natureza que se multiplica quando é distribuída;
2. A tarefa da memória reside no resgate, no tratamento, na preservação e na promoção do acesso aos registros da inteligência;
3. A memória é uma representação ou projeção da inteligência, e como tal sempre será fragmentar, linear e temporal;
4. Inteligência é um processo social operado pelos indivíduos, e a memória é seu destino final;
5. Para se expressar como interface, em alguma instância, a memória necessita do aporte da tecnologia, para materializar-se (documento) e permitir a formação de estoques (acervos);
6. A memória destina-se ao acesso. Memória e acesso são partes de um mesmo processo, sem o acesso a função social da memória é nula;
7. São os excedentes da economia que remuneram a ação das instituições de memória e viabiliza a circulação da memória;

8. O senso de valor dos bens da memória é variável e as organizações que se desdobram da tarefa da memória, paradoxalmente, podem ser entendidos como sistemas socialmente secundários, principalmente nas sociedades que ainda não alcançaram a condição de desenvolvimento;
9. Para os interesses da C.I. memória não é lembrança (biológica) nem história (rememoração); memória é registro. Esta definição se faz para se evitar as armadilhas da polissemia e a confusão terminológica;
10. Na perspectiva da Ciência da Informação (conhecimento registrado), a memória e a informação podem ser compreendidos como sendo a mesma coisa;
11. Somente a memória registrada é gerenciável.

MULTIUSUÁRIO

Multiusuário termo popularizado no contexto do eScience cunhado em 1999 por John Taylor.³⁰ Tem sido frequentemente utilizado para descrever iniciativas que se enquadram em uma nova forma de organização intensiva dedicada ao trabalho científico, realizada em ambientes de colaboração em rede altamente distribuídos. Notadamente, iniciativas que requerem grandes investimentos em infraestrutura e recursos humanos qualificados utilizados para operacionalizar áreas estratégicas para ciência.

Multiusuário é também um conceito da informática; define um sistema que permite acesso compartilhado e simultâneo de múltiplos usuários, a partir de um único equipamento capacitado para operacionalizar demandas externas. O uso partilhado de recursos humanos, infraestrutura e serviços é uma forma inteligente de

³⁰ John Taylor, então diretor-geral do the United Kingdom's Office of Science and Technology

gestão, contribuindo para eficiência de gastos públicos, onde a rede torna mais eficiente o uso dos recursos de inteligência e tecnologia.

Para organizações produtoras e custodiadoras de conhecimento, a ação de disseminar conhecimento vai além da democratização do acesso. A partilha de recursos de hardware e de informação tornou-se condição obrigatória para a construção de conhecimento novo de forma eficiente, rápida e a custos cada vez mais baixos.

No universo do conhecimento contemporâneo instrumentos como os repositórios institucionais, ambientes tecnológicos multi-usuários, livros e periódicos eletrônicos, passaram a ocupar o lugar das organizações herméticas gerenciadas por pequenos grupos.

A ampliação das demandas dos usuários exige permanente atualização da infraestrutura tecnológica. A vanguarda do desenvolvimento de recursos para organização, recuperação e uso compartilhado do conhecimento vem se concentrando nas últimas décadas no aperfeiçoamento dos instrumentos que permitem a operação mútua entre usuários distintos.

A operação mútua entre usuários distintos, recurso conhecido na terminologia especializada como interoperabilidade. Nas ciências sociais este recurso se define como a capacidade que os sistemas de informação adquiriram para se comunicar de forma transparente, inteligente e dirigida com outros sistemas, aparelhados com tecnologia semelhante de padrões abertos de transmissão de dados, comunicação, armazenamento e habilitados à representação descritiva de conteúdos em metadados.

O desenvolvimento da Internet e a evolução das Tecnologias da Informação e da Comunicação tornaram possível a digitalização, o armazenamento e a transmissão de dados. A capacidade de interoperabilidade permitiu que organizações de memória como arquivos, museus e bibliotecas pudessem partilhar seus recursos informacionais com base em protocolos universais de troca de dados.

Assim, entendemos como interoperabilidade não apenas o senso máquina difundido pela ciência da computação.³¹ Por analogia, nos apropriamos do termo para definir um novo modo de ação social em rede, uma capacidade habilitada de operação mútua entre usuários de culturas distintas. Esta condição mais que outra qualquer é quem permite que sistemas de informação como arquivos, museus e bibliotecas possam partilhar seus recursos informacionais com base em protocolos universais de troca de dados. É uma condição, depende de disposição ativa, agente e deliberada de pessoas e grupos em partilhar recursos de memória.

Este movimento social em direção ao acesso universal foi o responsável pelo desenvolvimento das convenções descritivas para conteúdos em meio digital por exemplo. Foi ele que nos impulsionou em direção a otimização da aplicação de recursos de hard e soft como forma de evitar duplicidade de investimentos e desperdício de recursos.

A agilização e efficientização de procedimentos de preservação digital garante a conservação destes acervos para gerações vindouras. A difusão dos instrumentos de criação de conhecimento novo e o desenvolvimento de estoques de informação, cada dia mais complexos, tornam impeditiva a ação pontual. A partilha de sistemas de banco de dados, hard e soft servidores de processamento e de armazenamento, serviços especializados é a saída sistêmica possível. Enfim, a infraestrutura de TI envelhece e torna-se obsoleta rapidamente, deste modo a diluição de custos justifica a sustentabilidade de projetos multiusuários.

31 Capacidade que os sistemas de informação adquiriram para se comunicar de forma transparente com outros sistemas, aparelhados com tecnologia semelhante de padrões abertos de transmissão de dados, comunicação, armazenamento e habilitados à representação descritiva de conteúdos em metadados

AGENDA PARA O FUTURO: COOPERAÇÃO COMO HABILIDADE ADQUIRIDA

Afinal, nos parece que uma agenda para o futuro para as instituições gestoras de bens do patrimônio memorial passa obrigatoriamente pelo desenvolvimento de estratégias de colaboratividade. Não se pode entender a complexidade dos sistemas memoriais sem assumir antecipadamente a obrigatória ativação de redes de interação capazes de distribuir de forma inteligente o trabalho em busca de eficiência e produtividade.

A experiência adquirida nas ultimas décadas do século passado, no campo da gestão do patrimônio memorial, concentrou seu esforço no desenvolvimento da capacidade de interoperar com outras estruturas congêneres. Esta mudança metamorfoseou as instituições de missão memorial conduzindo-as em direção aos ambientes intensivamente embarcados com tecnologia. Esses instrumentos passaram a agregar tecnologia, complexidade e experiência, voltada para o acesso e para a troca de informações em volume e qualidade como nunca antes experimentado. Este movimento deu lugar à criação de Repositórios Institucionais e outras estruturas congêneres que recebem requisições de usuários remotos e abrem suas portas para conectar inteligências que trafegam no universo hiper-expandido das redes.

Os protocolos de interoperabilidade, a tecnologia dos metadados, mas fundamentalmente a cultura do livre acesso, criaram condições para operacionalização de uma rede universal das instituições de memória libertas do custodialismo pela tecnologia da informação. O resultado colhido é verificável na amplificação da visibilidade das organizações provedoras, na exposição dos seus operadores e ainda no impacto expandido de seus trabalhos.

A informação relevante já não é somente a oferecida por venerandas organizações privilegiadas, mas é também aquela distribuída por produtores organizados em redes expostos na grande

vitrine da Internet que, a seu turno, viabiliza o acesso aos *hot spots* institucionais, especializados, espalhados pelo globo. Instituições de memória tais como arquivos, bibliotecas e museus, que se separaram historicamente por suas diferenças, passaram a se (re)unir por suas semelhanças, pelo que têm em comum, para resolver de modo cooperativo e multiusuário os problemas que lhes são universais.

Neste ambiente modificado pela tecnologia a cooperação emerge como resposta para os grandes problemas enunciados por Platão no paradoxo do *pharmakon*.³² Para Richard Sennett a cooperação pode ser definida como um estado de troca onde às partes se beneficiam em igual medida: *Para Sennett, “a cooperação azeita a máquina de concretização das coisas, e a partilha é capaz de compensar aquilo que acaso nos falte individualmente. A cooperação está embutida em nossos genes, mas não pode ficar presa a comportamentos rotineiros; precisa desenvolver-se e ser aprofundada”*. E conclui: *“O que se aplica particularmente quando lidamos com pessoas diferentes de nós; com elas a cooperação se torna um grande esforço”*. (SENNETT, 2010:09)

O apoio recíproco está nos genes de todos os animais sociais. Eles cooperam entre si para conseguir juntos o que não podem alcançar sozinhos. (SENNETT: 15) Deste modo entendemos que cooperamos não apenas porque somos racionais ou mais evoluídos em relação aos demais seres da criação divina, mas porque somos sociais, comunitários, culturais e porque precisamos da cooperação para sobreviver como os outros seres vivos do planeta (SENNETT, 89)

A colaboratividade não nos foi dada pelo criador no modo natural, não é um elemento tangível, é uma condição, um estado de espírito à qual temos que nos habilitar. Não é um tipo de software que se instala na central da consciência humana, mas uma capacidade que se conquista com esforço e determinação.

32 Sobre o tema cf. O Dilemma do *Pharmakon*. GALINDO, 2012. O Dilemma do *Pharmakon*. In: Ci. Inf., Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.36-50, jan./abr., 2012

Um dos responsáveis pela motivação da cooperação é o conhecimento claro e unívoco do objeto da cooperação. Cooperamos quando sabemos como seremos recompensados coletivamente por trabalharmos juntos. A recompensa pode ser de diversas naturezas, mas é indispensável. Via de regra os ganhos sociais do empreendimento são o suficiente para motivar seus promotores, que se unem em busca de soluções no modo coletivo. Para se alcançar o estado de colaboratividade é necessário, contudo, se vencer um outro estado, o de individualidade que nos deixa apegados às zonas de conforto. Neste processo as forças intelectuais e espirituais contrárias à colaboratividade são muito fortes e nos oferecem as melhores escusas e argumentos para não abandonar o estado de repouso inerte.

O conhecimento é o resultado de um processo contínuo de reflexão e de busca de combinações inusitadas possíveis para criação e novas possibilidades emergentes.³³ O encontro de respostas advindas da experimentação pessoal, dá ao observador uma sensação de saciedade. Esta sensação envia uma mensagem de relaxamento para o cérebro. Nos agarramos as respostas (que é apenas uma, entre muitas possibilidades, aquela que nosso instinto racional validou como ideal) construindo certezas. Deste modo, as certezas funcionam paralisando o processo reflexivo nos acomodando em zonas de conforto. A dúvida, a seu turno, gera insegurança e desconforto, tendendo à estimular o processo reflexivo e a busca por criação. A certeza é como um copo cheio onde não cabe mais nada. A dúvida a seu turno, é como um copo meio, sempre aberto para o novo e para novas dúvidas.

Colaboramos para potencializar nossas forças individuais em redes de trabalho colaborativo. Colaboramos porque o plural é sempre mais forte que o singular e porque o semântico sempre explicará

33 Na esfera do conhecimento (nosfera) as ideias se proliferaram por criação. Assim cabe ao criador de ideias observar as ideias disponibilizadas por outros criadores e encontrar nelas novas possibilidades oriundas de novas combinações que emergem na criação na forma de novas propriedades e possibilitam novos usos. Portanto, copiar e melhorar a cópia é um processo fundamental para o conhecimento. Por isso somos uma centelha divina e imitamos todos os dias o divino em novas criações. Como escreveu Salomão sobre a sabedoria, "não existe nada de novo sobre o sol". (HALEVY, p. 212)

mais que o sintático. Colaboramos porque somos interconectados, porque não estamos separados uns dos outros ou da realidade que projetamos. Colaboramos para exercitar juntos, em coletivo aquilo que só o conjunto é capaz de nos dar eficiência e produtividade. O que importa para a cooperação não é o que nos separa, mas as semelhanças que nos faz comuns.

A colaboratividade é mais que um modo inteligente de potencializar inteligências através do uso racional e distribuído das capacidades de produção do conhecimento. Esta circunstância exige uma instância de organização da informação muito mais complexa que aquela que temos utilizado tradicionalmente para gerenciar nossos estoques de informação.

A REDE MEMORIAL DE PERNAMBUCO

No ano de 2009, a observação sistemática de problemas comuns a quatro instituições de memória levaram à criação da Rede de Cooperação Interinstitucional Memorial Pernambuco (RMP) e a proposição de um modelo teórico que desse conta da complexidade dos problemas de gestão e operação que atingiam essas organizações: O Sistema Memorial.

A Rede Memorial de Pernambuco é uma articulação de operadores de aparelhos memoriais que objetiva criar um ambiente para discussão de problemas comuns com vistas ao desenvolvimento de princípios, regras e fundamentos que contribuam para a mudança de cultura de gestão da memória em Pernambuco. Constitui uma fundação de valores comuns de referência na qual o sentimento de pertencimento e de partilha de valores sociais possa ser desenvolvido.

Durante muito tempo as organizações memoriais pernambucanas enfrentaram solitariamente os grandes desafios

resultantes da globalização da economia, da evolução tecnológica e da evolução conceitual do patrimônio e da memória no domínio da gestão pública. Um diagnóstico primário realizado pelos fundadores da RMP identificou um conjunto de problemas que justificavam em parte a necessidade da articulação em rede.

Partindo da ideia de optimalidade sistêmica, verificou-se a ausência de programas de preservação e acesso aos bens do patrimônio memorial; plano diretor e política pública para o sistema do patrimônio memorial no estado de Pernambuco. Esta constatação ratificava a necessidade urgente de estabelecer articulação estruturadora para este especial segmento que cuidava da promoção, preservação e acesso ao patrimônio cultural custodiado por organizações memoriais do Estado de Pernambuco.

Os problemas em Pernambuco³⁴ eram muitos, mas destacava-se o elevado custo de TI que inviabilizava ou postergava projetos de digitalização de modernização do sistema memorial. Era necessário investir em infraestrutura e aquisição de equipamentos, na contratação de serviços de terceiros, desenvolver soluções para o armazenamento de acervos em meio digital com segurança redundante. Era necessária ainda a ampliação do quadro técnicos de TI lotados nos aparelhos memoriais e a capacitação destes para operação de sistemas complexos de TI.

O desafio era grande, o nível de motivação dos operadores do sistema memorial estava próximo a zero, mas o projeto da RMP prometia resultados atraentes tais como o ganho em produtividade e eficiência do sistema. Como resultado deste quadro de crise o sistema se deprimia, e se ampliavam soluções isoladas e emergenciais para problemas estruturais ao tempo que os projetos estruturais eram abandonados.

34 Sobre os problemas do Sistema memorial em Pernambuco, ver: GALINDO, Marcos. Tragédia da Memória. Massangana, Recife, v. 2, n.1, p. 57-62, 2005; Galindo, Marcos. 2009. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In *Inovação cultural, patrimônio e educação* / Angel Espina Barrio, Antonio Motta, Mário Hélio Gomes (Orgs.) – Recife : Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. pp 251-264.

Este quadro de crise aguda levou à adoção de nova estratégia, à articulação interinstitucional de organizações memoriais em torno de uma ação multiusuária dirigida ao provimento do acesso às coleções.

A ação era oportuna e poderia ser potencializada se viesse associada a ao estabelecimento de uma agenda de iniciativas de longo termo. A aproximação e consolidação de ações de responsabilidade mútua das várias esferas de governo em benefício de uma ação articulada, além de oferecer condições políticas e administrativas para os gestores destas áreas, seriam capazes de garantir sustentabilidade, legitimidade e fortalecimento de ações com base em propostas coletivas. Some-se a isto a necessidade urgente de resgatar, preservar e promover o acesso a acervos de valor histórico-cultural que se encontrava em estado de ameaça sob a custódia de organizações memoriais pernambucanas.

Por outro lado o know-how e expertise acumulada no laboratório Liber da UFPE no campo da gestão do conhecimento e de instrumentos de difusão do conhecimento poderia ser aproveitado para capacitação de gestores de unidades de memória, especialmente no uso de software livre de código aberto, na perspectiva Open Archives, da preservação e do acesso às coleções. O laboratório Liber experimentava então metodologias que incluíam o uso de instrumentos coletivos e processos de gestão documental. A consolidação destes experimentos poderia permitir a replicação da experiência para outras instituições de natureza congênere que se aplicam em atividades de guarda de fontes históricas e preservação do patrimônio cultural.

A experimentação nesta área respondia a demandas disseminação e aplicação dos recursos e ferramentas na área da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento aplicada à memória nacional. Esta circunstância poderia fomentar a aproximação e consolidação do relacionamento entre as instituições cooperadas, proporcionando benefícios mútuos para estas organizações. Assim em 27 de março de 2009, surgiu a Rede Memorial Pernambuco (RMP)

teve como signatários fundadores o Museu da Cidade do Recife; a Biblioteca Pública de Pernambuco; o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e pela Universidade Federal de Pernambuco o Laboratório Liber.

No ato de fundação da RMP os signatários se comprometeram a atuar cooperativamente. Aquela data a RMP denominava-se Consórcio de Cooperação Interinstitucional Memorial Pernambuco e nascia com o propósito declarado de promover cooperação interinstitucional para realização de programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e informação de interesse histórico, custodiados por instituições de missão memorial de Pernambuco.

Também era objetivo do consórcio o estabelecimento de uma rede de acervos e pesquisadores integrados em uma estrutura lógica interoperável e interinstitucional, com a manifesta intenção de partilhar de forma inteligente recursos humanos, financeiros, tecnológicos, saberes e capacidades específicas de cada parte, em benefício do bem comum e do patrimônio cultural, unindo em iniciativas comuns áreas onde a duplicidade de esforços resulta em desperdício de tempo e recursos.

Os benefícios e resultados esperados pela coalizão:

- Evitar a duplicidade de esforços e iniciativas de objeto comum pela organização da distribuição da capacidade de processamento em cenários de processamento em acervos com grande volume de dados;
- Promover o uso compartilhado e racional de recursos aplicados à preservação e acessibilidade de coleções de interesse memorial pernambucano pelo estabelecer ambientes multiusuários baseados em infraestrutura digital robusta e abrangente;
- Articular iniciativas institucionais através de programas de interesse comuns;

- Facilitar o debate entre os consorciados sobre questões de interesse comum inclusive oferecendo suporte a processos colaborativos e uma plataforma para a publicização e difusão dos resultados;
- Integração sistêmica e em rede das fontes relevantes para memória, através da disponibilização de ferramentas para seu processamento;
- Criar ambiente de cultura para o desenvolvimento de política pública para área da memória histórica e patrimônio cultural baseado na metodologia do trabalho consorciado;
- Combater o personalismo e individualidade de iniciativas em organizações sujeitas a interferência de interesses políticos da esfera pública;
- Potencializar o poder individual das organizações consorciadas por ocasião da submissão de projetos coletivos de interesse compartilhado;
- Multiplicar as oportunidades de financiamento;
- Investimento em diagnose global do sistema e treinamento de quadros técnicos.

O apoio da Fundação de apoio a Pesquisa do Estado de Pernambuco (FACEPE) (2008-2012) ampliou a capacidade de armazenamento e de digitalização do Liber. Com estes equipamentos a RMP recebeu seu primeiro impulso. Esta infraestrutura permitiu logo no princípio da atividade da RMP uma ação conjunta com o Museu da Cidade do Recife (MCR) para digitalização de originais fotográficos, mapas e cartas de interesse histórico da cidade do Recife. Esta experiência ajudou a calibrar o modo de ação e traçar as bases de partilha de recursos tecnológicos.

Depois deste momento várias ações tiveram lugar visando estruturar a rede e até o ano de 2010 quatro novas instituições

havam se integrado, a saber: a Companhia Editora do Estado de Pernambuco; o Instituto Ricardo Brennand; o Museu do Estado de Pernambuco; e o Memorial da Justiça de Pernambuco.

Duas experiências recentes vêm consolidando o processo de cooperação com as instituições consorciadas, especialmente aquelas desenvolvidas com o Instituto Ricardo Brennand e com a Companhia Editora do estado de Pernambuco.

Com o objetivo de assentar sua experiência no universo digital em sólida base empírica e se antecipar as tendências a Companhia Editora do Estado de Pernambuco celebrou em março de 2011 uma cooperação com o Laboratório Liber, para realização de um estudo de viabilidade para implantação do serviço de digitalização de acervos bibliográficos e de documentos da CEPE. Desta ação resultou o arrolamento dos arquivos, museus e bibliotecas e outras organizações e aparelhos públicos programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial em Pernambuco. Com base neste instrumento a CEPE definiu um *case-test* orientado pelos princípios da RMP no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE.

No APEJE procedeu-se a quantificação metrilinear, qualificação física de acervos e inventário pormenorizado dos periódicos dos municípios pernambucanos. A este relatório se somam o inventário dos periódicos da capital distribuídos nas mapotecas e galerias do APEJE. Esta ação marcou a adesão da CEPE à Rede Memorial de Pernambuco, viabilizou a aquisição de equipamento de digitalização que operou no ano de 2013 na cooperação CEPE/APEJE.

Ainda no âmbito da RMP, em junho de 2012, o Instituto Ricardo Brennand e a Universidade Federal de Pernambuco celebraram um convênio para realização de eventos; para uso do software “Clio”, para gerência de acervos digitais no âmbito do IRB; e finalmente o empréstimo de um equipamento para o projeto de digitalização e disponibilização para a pesquisa e de acervos de interesse científico pertencentes ao acervo do IRB. Por força da cooperação mediada pela

RMP realizou-se o I e o II *Colóquio Internacional Tecnologia Cultura e Memória: estratégias para a preservação e o acesso à informação*, em 2011 e 2012 respectivamente; e o I *Colóquio Internacional sobre o Brasil holandes: história, patrimônio partilhado e gestão da memória*, realizados no IRB no ano de 2011. O projeto de digitalização em junho de 2014 já havia capturado 150 mil imagens de documentos históricos, mapas, cartas geográficas, obras raras e obras de arte diversas. Este acervo digital formado no lastro da RMP vai ser disponibilizado livremente para o público nos termos e princípios defendidos no manifesto da Rede Memorial.

Os exemplos de cooperação supracitados mostram com a força de seus resultados que o compartilhamento de ferramentas e de infraestrutura para uso coletivo impacta uma coletividade ampla de usuários. A RMP não é multiusuária apenas porque reúne múltiplos atores, mas porque inclui como princípio a cooperatividade e o uso racional de recursos por grupos heterogêneos com objetivos comuns.

Em 14 de Setembro de 2011 trinta signatários representantes de Arquivos e Bibliotecas públicas estaduais, e Gestores de projetos e de Instituições de natureza memorial, reunidos em Recife na *Conferência Sobre Tecnologia Cultura e Memória*, resolveram promover uma articulação interinstitucional de nível nacional e adotaram a Rede Memorial de Pernambuco como modelo para o projeto da Rede Memorial Brasileira. O resultado desta articulação foi registrada no manifesto *Carta do Recife*.³⁵

35 http://www.redememorial.org.br/Carta_do_Recife_%5BPT%5D.html Os signatários da articulação nacional foram: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (Projeto Brasileira USP); Fórum dos Diretores de Arquivos Estaduais; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Liber – UFPE; Arquivo Nacional; Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Fundação Joaquim Nabuco; Fundação Pedro Calmon; Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco; Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (PE); Arquivo Público do Estado de São Paulo; Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte; Arquivo Público do Espírito Santo; Arquivo Público Estadual da Bahia; Arquivo Público do Estado do Piauí; Arquivo Público do Estado do Ceará; Arquivo Público do Estado do Mato Grosso; Arquivo Municipal de Olinda; Arquivo Central da Universidade Estadual de Campinas; Memorial de Justiça - Tribunal de Justiça de Pernambuco; Biblioteca Mário de Andrade; Biblioteca Pública de Pernambuco; Museu da Cidade do Recife; Instituto Clio; Instituto Ricardo Brennand; Instituto Brasileira; Núcleo de Pesquisa em Memória, Informação, Suporte (MIS/GPESC/UFRGS); Arte sobre Arte Restauro; Knoma - Escola Politécnica (USP); Laboratório de História Oral e Imagem (UFF)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sinais que a ciência no campo da TI tem nos oferecido apontam para um novo limiar de produção de conhecimento gerado por formas dilatadas de processar, transmitir e armazenar conhecimento. Estes sinais são anunciados por tecnologias recentes como a computação neuronal capaz de romper a barreira dos quatrilhões de processamentos por segundo,³⁶ pela elegante novidade dos modens quânticos capazes de abolir as atuais limitações de banda e transmissão de dados³⁷ e finalmente, pelo anunciada inovação no campo do armazenamento digital e recuperação de dados feita a nível atômico e na capacidade alcançada pela tecnologia de armazenamento de guardar dados em DNA.³⁸ Estas inovações quando combinadas em um único instrumento prometem revolucionar a vida em sociedade a níveis nunca antes experimentados. Como faremos então para gerenciar a enorme massa de dados que emergirão da manipulação dessas novas-novas tecnologias. Não há outro caminho senão a colaboratividade rendeirizada de espíritos organizadores que a curadoria digital nos oferece. Esta será nossa nova ferramenta?

36 SITE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA. Processador neuromórfico supera processadores digitais. 28/11/2012. Online. Disponível em www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=processador-neuromorfico. Capturado em 08/06/2014.

37 <http://discoverybrasil.uol.com.br/experiencia/contenidos/teletransporte/>

38 CHANG, KENNETH. *Researchers Inch Toward Quantum Computer*. The New York Times. I.B.M. 28/02/2012. Online. Disponível em <http://www.nytimes.com/2012/02/28/technology/ibm-inch-closer-on-quantum-computer.html?module=Search&mabReward=relbias%3Ar>. Capturado em 08/06/2014.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Perspectivas profissionais e educacionais em biblioteconomia e ciência da informação. In: **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 55, jan./abr. 1998.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Os Agregados de informação - Memórias, esquecimento e estoques de informação. **Data Grama Zero - Revista de Ciência da Informação**, v.1, n. 3, junho de 2000.

BERTALANFFY, Ludwig Von.; **Teoria Geral dos Sistemas**; São Paulo, Vozes; 1975.

BOIS, Pierre. **Anciens empre Diálogo Militaire et modernes**. Presses Universitaires de Rennes. 2004

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**; Ed. Cultrix; 1997.

DALAI LAMA. Compaixão, o coração da iluminação: reflexões sobre a posição da compaixão no final do século XX. Palestra pública de Sua Santidade o Dalai Lama. Santa Cruz, Califórnia, 7 de Outubro de 1989. In: **Dzogchen: A essência do coração da grande perfeição**. Rio de Janeiro, Global, 2006. p. 203-215.

FEATHERSTONE, MIKE; SIMÕES, Julio Assis (Trad.). **Cultura de consumo e pós modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FRAISSE, Paul. **Psychologie du temps**. 2ed. Paris, Presses universitaires de France, 1967.

GALINDO, Marcos e HULSMAN, Lodewijk. **Guia de Fontes para História do Brasil Holandês**. Recife: Massangana/MINC, 2001.

GALINDO, Marcos. **Tragédia da Memória**. Massangana, Recife, v. 2, n.1, p. 57-62, 2005.

GALINDO, Marcos. **Leituras e Novas Tecnologias: Sistemas Memoriais**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

GALINDO, Marcos. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antonio Mário Hélio Gomes

(Orgs.) **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife : Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009. p 251-264.

GALINDO, 2012. O Dilemma do Pharmacon. In: **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.36-50, jan./abr., 2012

HALÉVY, Marc. **A era do Conhecimento**. São Paulo, Unesp, 2010, 348 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HJØRLAND, Birger. 16-01-2007. http://www.iva.dk/bh/Core%20Concepts%20in%20LIS/articles%20a-z/memory_institutions.htm. Capturado em 12/10/2012.

HJØRLAND, Birger. Documents, Memory Institutions and Information Science. In: **Journal of Documentation**, Vol. 56, No. 1, January 2000. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fiva.dk%2Fbh%2FCore%2520Concepts%2520in%2520LIS%2Farticles%2520a-z%2FDocuments_memory%2520institutions%2520and%2520IS.pdf&ei=AL2UU7bHKLX LsQSnkILAAg&usg=AFQjCNF-clmQ0rDqYNgYJW6HpBBh698iZw&sig2=IFNEGGOUODdwBGIqAWu-Dg&bvm=bv.68445247,d.b2k> Capturado em 08/06/2014.

Manžuch, Zinaida. **Collaboration for innovation: prospects for memory institutions in the digital age**. In: Anais da II Conferência sobre tecnologia Cultura e Memória. CTCM. Recife, 12 a 14 de novembro de 2013. <http://www.ctcm2013.com.br/>

OLIVEIRA, Danielle Alves de. O Registro dos mestres das artes como estratégia de preservação da memória do povo Paraibano. In: XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB, **Anais... 2012**. Capturado em 1 de junho de 2014. <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2138/O%20REGISTRO%20DOS%20MESTRES.pdf?sequence=1>

PESSACH, Guy (2008) [Networked] Memory Institutions: Social Remembering, Privatization and its Discontents. **Cardozo Arts&**

Entertainment Law Journal, Forthcoming http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1085267. Capturado em 12/10/2012.

SENNETT, Richard. **Juntos**: Os Rituais, os Prazeres e a Política da Cooperação. Rio de Janeiro: RECORD, 2012, 377p.

Informação, Memória e Patrimônio: breves considerações

*José Mauro Matheus Loureiro*³⁹

O Ocidente contemporâneo é atravessado na atualidade por um processo de transnacionalização econômico-financeiro e social. O conjunto de mudanças daí advindos não extinguiu a busca dos grupos sociais pelas singularidades que os distinguem e, concomitantemente, por elementos que lhes facultem o sentimento de pertencimento a um coletivo humano específico. Uma das mais expressivas construções relativas a esse processo no mundo intra-ocidental, é a “ideia de nação” e seus correlatos (“nacional”, “nacionalismo”, etnia, dentre outros). A memória social desempenha nesse processo papel essencial enquanto elemento estruturante da invenção e/ou construção de categorias como tradição, patrimônio, identidade, dentre outras.

A produção de narrativas e sentimentos de pertencimento nas diferentes formações sociais implica na ativação de agenciamentos simbólicos e permanente reelaboração, síntese e ordenação dos significados e sentidos que se encontram dispersos na formação da memória social. Tais pragmáticas demarcam valores e conceitos que estruturam a seleção e posterior incorporação dos bens materiais e imateriais que integram o patrimônio cultural, a identidade e a formação das coleções nas instituições estatais de memória (arquivos, bibliotecas, museus, dentre outros). Nesse contexto, o fenômeno informação e os aspectos que envolvem sua performance desempenham papel essencial em varias esferas do social. A

39 Docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - UFPB

informação é aqui assumida como: “Toda diferença que faz diferença.” (BATESON, 1979, p. 107)

Os aspectos teóricos e ações desenvolvidas a partir dos pressupostos informacionais possuem função essencial nos diferentes esforços e disputas realizados a fim de delinear e “cartografar” as expressões discursivas, plásticas e rituais da memória social formadoras da “ideia de nação”⁴⁰. Nesse sentido, a abordagem ao fenômeno informação mostra-se como um dos instrumentos privilegiados para a reflexão em torno das assimetrias e complexidades presentes nos coletivos humanos.

A memória social como sistema discursivo estruturante dos processos de construção, comunicação e consolidação dos patrimônios e identidades na contemporaneidade apresenta significados heterogêneos e imprecisos (Gillis, 1996, p.3). O conceito de memória, “cujo significado preciso é inversamente proporcional à sua utilização retórica” (Duarte, 2005, p.7), encontra-se submetida a diferentes interpretações políticas, ideológicas e disciplinares e essenciais à constituição e manutenção da “ideia de nação (grupos sociais, “comunidades” e etnias) e invenções acerca da tradição, do patrimônio cultural e identidades comuns. (cf. Hobsbawn, 1984)

As singularidades entre os grupos sociais “é construída e reconstruída pela dialética da lembrança e do esquecimento, modelada pela semântica, diferentes interpretações e sujeita a distorções” (Catell, Climo, 2002, p.04). Essa construção é operada por intermédio de elementos distintos constituídos por “espaços, objetos, corpos humanos, autobiografias, rituais, práticas corporais, linguagem e símbolos” (Ibidem, p.12). Contribuem ainda nesse processo os contextos sociopolíticos e econômicos que permitem que a memória social seja de tempos em tempos, ou permanentemente, ressignificada, negociada ou esquecida.

40 A nação é entendida aqui na perspectiva antropológica como “uma comunidade política imaginada”. (Anderson, 1982, p. 14)

Essas características somadas aos estudos oriundos de diversas disciplinas dificultam o delineamento de um conceito único. A ausência de uma disciplina predominante nas pesquisas acerca da memória social faz com que o conjunto de abordagens de estudos sociais da memória configure-se um “empreendimento não paradigmático, transdisciplinar e a-acentrado (centerless)”⁴¹ (Olick, Robbins, 1998, p. 106). Desse modo, Susannah Radstone (2000) afirma que as reflexões acerca do conceito de memória são efetuados em “espaços liminais” (*liminal spaces*), ou seja: entre diferentes disciplinas. Também as pragmáticas a ela vinculadas são efetuadas por “práticas liminares” (*liminal practices*) ou “métodos hibridizados”.

As construções da memória social são transformadas em artefatos que integram os sujeitos no interior dos coletivos humanos por meio de sucessivas interpretações e re-interpretações dos aspectos concretos e simbólicos no tempo e no espaço. Há que se considerar também o papel desempenhado pelos “silêncios”, as “contra-memórias”: “Esquecer pode ser um ato extremamente político, uma re-escrita da memória para criar um suporte da existência ou novos relacionamentos de poder” (Smith, 1995).

As dinâmicas estabelecidas pela dicotomia memória/esquecimento refletem os embates em torno dos aspectos de legitimação e interesses múltiplos relativos à manutenção ou destruição de forças hegemônicas e às narrativas das circunstâncias gerados pelos interesses da atualidade. Afinal, “[...] controlar a memória é controlar a história e suas interpretações do passado” (Cattel e Climo, 2002, p. 189). No Ocidente moderno e contemporâneo os procedimentos de socialização se dão no interior de uma “comunidade mnemônica” (Idem) cuja característica principal encontra-se no estabelecimento ou reforço de identidades nacionais ou étnicas.

41 “Social memories studies... is a non-paradigmatic, transdisciplinary, centerless enterprise” (Radstone, 2000).

Para tanto, contribuem as celebrações, patrimônios, heróis, linguagem, espaços de memória (arquivos, bibliotecas, museus), dentre outros. São artefatos de transmissão mnemônicos transgeracionais que estabelecem conexões no interior da historicidade buscando legitimar uma origem (*Arché*) e um passado comum. Relações fluidas são estruturadas, de acordo com Crumley (2000, p. 16) como “um cabo coaxial no solo do oceano, ‘conexões’ de informação cultural são ordenadas em torno de um conceito central”. A força dominante dessa estruturação, contudo, encontra-se em permanente tensão com os agenciamentos inerentes à socialidade: “O significado do passado muda constatemente porque o passado está sempre movendo-se através do tempo em relação a mim” (Archibald, 1999, p. 23).

O processo de globalização somado ao desenvolvimento permanente do universo digital trazem novos desafios para as abordagens relacionadas à construção da memória social e às atividades nas quais se mostra fundamental. As experiências mnemônicas coletivas encontram-se submetidas a uma velocidade e atualização constantes que alteram os processos de inclusão e exclusão das formações nacionais, identitárias e patrimoniais. As topografias e fronteiras sociais das experiências rituais e simbólicas necessitam agora de “uma abordagem que considere a memória como complexa e labiríntica” (Cattel, Climo, 2002, p. 8). O incremento das mediações operadas por meio das tecnologias info-comunicacionais trazem discontinuidades na memória na esfera pública e privada que afetam aspectos multidimensionais da socialidade.

As perspectivas acerca do patrimônio adotadas na atualidade por parte das agências constituem-se construções originadas na Modernidade. A noção de posse, “bem comum” e “pertencimento” de elementos tangíveis e intangíveis permanecem vinculadas a seleções operadas a partir de categorias eurocêtricas. Destinam-se à criação de narrativas das origens e genealogias dos grupos sociais; transmissão intergeracional que se encontra vinculada essencialmente

a categorias como memória social, tradição, identidade, dentre outros. Esse processo de transmissão sofre influências e distorções advindas dos âmbitos políticos, econômicos, científicos, dentre outros.

Os patrimônios culturais são formados a partir da junção de vestígios e fragmentos do passado – muitas vezes idealizado – constituídos por diferentes elementos que compreendem objetos, edificações, espaços urbanos, espaços naturais (Parques nacionais, paisagens). Há que se considerar que à prevalência dos suportes físicos foram posteriormente incorporadas as manifestações simbólicas inerentes à vida social. Consequentemente, percebe-se que, embora encontrem-se referenciados ao passado, os parâmetros de significação e re-significação desses patrimônios são produzidos na atualidade.

Durante o século XX foram criadas instituições e organismos em diversos países a fim de estabelecer normas e padrões de integração ou não de bens culturais ao patrimônio cultural/nacional. Para tanto, profissionais e “peritos” oriundos de diferentes áreas disciplinares desenvolveram políticas de integração, preservação e comunicação do universo patrimonializado. Nesse processo, a participação dos diferentes grupos sociais na seleção e função do patrimônio é, na ampla maioria dos casos, nula: “É importante realçar esta ideia da manipulação ideológica do que pode ser ou não patrimônio; quem decide o que é relevante preservar é um determinado grupo (elite) e não o coletivo (povo) como um todo.” (Rodrigues, 2014)

Assim, sob o manto das escolhas científicas e estéticas encontram-se, no mais das vezes, atuações políticas diretas e indiretas e a exclusão dos segmentos sociais na constituição e comunicação de seu patrimônio e das feições da “ideia de nação”.

As políticas de patrimônio, e por extensão da memória, priorizam os bens culturais naturalizando discursos aos quais deixam margens estreitas para a inserção de manifestações culturais denominadas “populares”, “não-ocidentais” e demais qualificativos que apontam para os bens de matrizes não-eurocêntricas. Estes

últimos são, de maneira geral, entendidos sob a ótica do “exótico”, do “Outro” e/ou do não-pertencimento. Nesse sentido, o

[...] problema da política cultural e, mais especificamente, o problema da política de patrimônio deve estar atenta aos costumes e valores dos grupos e segmentos sociais que ocupam posições subordinadas e hierarquicamente inferiores na sociedade. Há ainda grupos que se encontram à margem da história oficial e da cultura dominante. O patrimônio ‘oficial’ não coincide na maioria das vezes com o patrimônio da maior parte dos segmentos que compõem a nação. (Magnani, 1986)

Aos quadros do patrimônio e da memória social foi incorporada a “ideia de nação”. Ambos são agenciados de modo a permitir que a coletividade reconheça o Estado-nação como portador de características singulares no tempo e no espaço e desenvolvam um sentimento de pertencimento pelo reconhecimento de uma origem e um passado comum no interior de uma “realidade” geopolítica, étnica ou, até mesmo, religiosa.

Andrea Smith (2006, p. 2) observa que “a idéia de patrimônio como ato de comunicação e produção de sentido”, ou seja, como “experiência” não encontra muita “sinergia” com os profissionais que lidam com a gestão e conservação do patrimônio, que são demandados a “mapear sítios e lugares, colocar pontos em mapas, identificar necessidades de conservação e gestão”, entre outras práticas. Como, entretanto, preservar ou mapear uma experiência, indaga, acrescentando que, mas que uma coisa...

... o patrimônio é um discurso. [...] Significados sociais, formas de conhecimento e expertise, relações de poder e ideologias estão embutidas e são reproduzidas através da linguagem. Os discursos com os quais estruturamos certos conceitos, questões ou debates produzem efeito na

medida em que constituem, mediam e regulam o entendimento e o debate. O discurso não só organiza a forma como conceitos como patrimônio são compreendidos, mas também a maneira como atuamos, nossas práticas sociais e técnicas, e a maneira como o conhecimento é construído e reproduzido. (SMITH, 2006, p.2-3)

Nesse sentido, memória social e patrimônio (e identidade) reúnem-se em um conjunto de discursos que estruturam a “ideia de nação”. Esse conjunto estruturante encontra-se permeado por diferentes significados e sentidos advindos dos conflitos sociopolíticos e circunstâncias históricas. Do ponto de vista oficial, ambas são interpretadas e re-interpretadas permanentemente de modo cumulativo e linear. As instituições encarregadas da preservação e comunicação da memória e do patrimônio encarregam-se de consolidar o Estado-nação pelo viés oficial atribuindo

[...] um passado comum à ideia de nação. É nesse contexto que o processo de criação de patrimônios culturais é coordenada pelo Estado como instrumento de instauração de um patrimônio e identidade comuns. Nesses espaços são produzidas e organizadas convenções materiais e simbólicas de caráter abrangente, destinadas a se tornarem marcos de pertencimento à nação. (LOUREIRO, 2007, p. 167)

Em todo esse cenário o fenômeno informação é tratado de modo sistêmico a fim de prover bases que englobem e unifiquem diferentes comovisões nos quadros socioculturais. São criadas então normas, prescrições e ordenações destinadas a delinear fronteiras, estabelecer conexões e harmonizar singularidades, dimensões simbólicas, temporais e espaciais no intuito de tornar semelhantes as diferenças e unidas as dispersões inerentes às sociedades humanas. Esse processo de “gestão” e preservação especifica “características

únicas estabelecendo assim o “Outro”, isto é: aquele que não pertence”. (LOUREIRO, 2007).

As configurações que envolvem a interrelação memória/patrimônio/informação encontram-se diante de tensões geradas pelas mediações das novas tecnologias info-comunicacionais e a dicotomia local/universal. Deve-se levar em conta ainda que “[...] o horizonte histórico sob o qual se encenam estes alinhamentos é a tensão contemporaneamente estabelecida entre as narrativas de diversidade e globalização”. (FARIAS, 2010, p.7)

As pragmáticas e recursos info-tecnológicos empregados destinam-se então a contribuir para a invenção de espaços de afinidades na tentativa de apaziguar os conflitos e disputas inerentes aos grupos humanos e, sobretudo, estabelecer critérios de valor e veridicção oriundos dos centros hegemônicos ao poder. As convergências artificialmente criadas para dar credibilidade aos discursos oficiais acerca da memória social e do patrimônio são enunciadas por intermédio de diferentes tecnologias e pragmáticas específicas como, por exemplo, a “educação patrimonial”.

Apesar de todos esses esforços dirigidos à homogeneização da memória social e do patrimônio ampliam-se progressivamente nos dias de hoje os embates travados por inúmeros grupos sociais na construção de suas próprias narrativas. Nos países pós-coloniais essas resistências e lutas são essenciais para a conquista de autonomia nas diferentes dimensões sociohistoricas. Memória social e patrimônio cultural refletem, especificamente aqui no caso brasileiro, as dissonâncias de uma nação inventada e construída sob o prisma da desigualdade. Nesse caso, o fenômeno informação pode e deve tornar-se um instrumento por excelência na ativação das transformações soberanamente desejadas pelos grupos sociais.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia. das Letras, 1982.
- ARCHIBALD, Robert R. **A place to remember**: using history to build community. California: Altamira Press, 1999.
- BATESON, Gregory. **Mente e natureza, a unidade necessária**. Rio de Janeiro (RJ): Francisco Alves, 1986, p. 107.
- CATTELL, Maria G., CLIMO, Jacob J. (Orgs.) **Social Memory and History**: anthropological perspectives. Oxford: Altamira Press, 2002.
- CRUMLEY, Carole L. From Garden to Globe: linking time and space with memory and meaning. In: MCINTOSH, Roderick, TAINTER, Joseph A., MCINTOSH, Susan K. (Orgs.). **Series in Historical Ecology**. New York: Columbia University Press, 2000. p. 193-208
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. La nature nationale: entre l'universalité de la science et la particularité symbolique des nations. **Civilisations**, v. LII, n. 2, 2005
- FARIAS, Edson. O que pode a triangulação entre dinheiro, expressões culturais e esfera pública nos dizer sobre diversidade e universalidade?. In: CASTRO, Ana Lucia (Org.), **Cultura Contemporânea, Identidades e Sociabilidades**: olhares sobre o corpo e novas tecnologias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- GILLIS, John R. Memory and Identity: The History of a Relationship. In: __. (org). **Commemorations**: the political of national identity. Princeton: PrincetonUniversity Press, 1996. p. 3
- HOBBSAWM, Eric. **Introdução à invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.
- HOBBSAWM, Eric. **Introdução à invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.
- LOUREIRO, José Mauro M. Entre “natureza morta” e cultura viva: os museus de história natural. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 159-172, jul/ dez 2007.

MAGNANI, José Guilherme C. Pensar grande o patrimônio cultural. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, vol.3, n. 2 São Paulo, Dec. 1986.

OLICK, Jeffrey, ROBBINS. Social Memories Studies: from “collective memory” to the historical sociology of mnemonic practices. **Annual Review of Sociology**, 24: 105 – 140, 1998.

RADSTONE, Susannah. **Memory and Methodology**. Oxford: Berg Ed., 2000.

RODRIGUES, Donizete, **Patrimônio Cultural, Memória Social e Identidade**: uma abordagem antropológica. <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>. (consultado em 14/052014)

SMITH, Andrea, Social Memory and Germany’s Anti-Foreigner Crisis: a case of collective forgetting. In: TESKY, Marea C., CLIMO, Jacob J. (Orgs.) **The Labyrinth of Memory**: Ethnographic Journeys, West Port: Bergin & Garvey, 1995.

INFORMAÇÃO, PATRIMÔNIO E ARQUEOLOGIA: reflexões a partir da Amazônia

*Marcia Bezerra*⁴²

INTRODUÇÃO

A preocupação com a socialização do conhecimento produzido no âmbito da Arqueologia tem suscitado inúmeras discussões envolvendo os dilemas inerentes ao compartilhamento das interpretações científicas sobre o registro arqueológico. As ações mediadoras desse conhecimento compõem um dos principais desafios enfrentados por arqueólogos e membros de comunidades locais⁴³, ao confrontarem suas diferentes perspectivas sobre o passado.

O processo de construção e de entrelaçamento dessas distintas visões tem como lócus o patrimônio arqueológico. Sua natureza polissêmica é constituída por uma gama de elaborações, derivadas de intrincados e singulares arranjos, que combinam elementos de um repertório de informações geradas em contextos diversos. Assim, uma mesma matriz de informações sobre um sítio, ou um objeto arqueológico, pode ser a fonte criadora de múltiplas percepções sobre o passado.

42 Docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, bolsista de produtividade de pesquisa do CNPq

43 A categoria “comunidades locais” é aqui utilizada em referência aos moradores do entorno de sítios arqueológicos. Não considero essa categoria como algo homogêneo. Reconheço que há singularidades no interior dessas comunidades. Assim, neste texto, ao me referir às comunidades locais, estou assumindo a existência dessas distinções sem, no entanto, destacá-las, como já fiz em artigos anteriores (Bezerra 2012).

No campo da chamada Arqueologia Pública (Funari e Bezerra 2012) há um crescente número de pesquisas que tratam, em particular, das percepções nativas sobre a cultura material da Arqueologia (Bezerra 2012a; Ebbitt 2010; Moraes, 2012, entre outros). Esses estudos têm revelado o rico acervo de elementos que constituem essas percepções.

Neste texto destaco a dinâmica da informação no âmbito de projetos de Arqueologia Pública e de Educação Patrimonial, a partir de três estudos de caso na região amazônica. Para isso apoio-me nas reflexões de Azevedo Netto (2007), sobre o estatuto da informação como artefato, e de Pierre Lévy (2004), sobre o contexto como alvo da informação. Essas ideias servem como base para algumas considerações sobre as relações estabelecidas por comunidades locais com o patrimônio arqueológico.

Acredito que as situações de fluxo de informação provocadas no âmbito da Arqueologia Pública, ao mobilizarem uma intrincada rede de ideias e ações, fazem surgir outro ator nessas relações, outro artefato. Esse elemento híbrido age como uma espécie de amálgama semântico, reorientando e requalificando o seu contexto de inserção. Isso me levou a concluir que o artefato arqueológico não informa apenas sobre o passado. O artefato – ou a coisa do passado – informa sobre as pessoas e as coisas do presente.

A HISTÓRIA DO CORISCO

Início a presente reflexão com uma narrativa muito conhecida pelos arqueólogos: a história do “corisco”, “pedra de corisco” ou “pedra de raio”, que são as categorias nativas criadas para descrever lâminas de machado arqueológicas. Essa história é contada por moradores

do entorno de sítios arqueológicos, com pequenas variações locais, e aqui serve como gatilho para as reflexões sobre artefato e informação.

As lâminas de machado são artefatos líticos – polidos ou picoteados – amplamente encontrados em sítios arqueológicos (Prous et al 2002). Embora sejam, em sua maioria, associados às tarefas relacionadas à agricultura, os machados também podem ter função cerimonial. Há uma diversidade de machados com forma, função e matéria-prima diferentes na Amazônia (Silva, T. 2012). O que eles têm em comum, além da sua grande recorrência, é a perspectiva nativa sobre a sua origem.

As diferentes versões das narrativas sobre os machados incluem, inevitavelmente, alguns elementos ordenados da seguinte forma:

- 1) A ocorrência de um episódio de raio.
- 2) A queda de um objeto.
- 3) O seu afundamento na terra.
- 4) A referência numérica 7.
- 5) O afloramento do objeto.

Essa matriz de informação é reelaborada de formas distintas, originando narrativas singulares sobre esse fenômeno o achado fortuito de um objeto. O objeto, no caso o machado, é incorporado ao repertório material de comunidades que vivem próximas aos sítios arqueológicos. A incorporação se dá pela intensa fruição cotidiana com esses artefatos. Nesse processo o machado é tornado familiar por meio das narrativas, como essa do corisco, que informam sobre aquele elemento estranho e lhe dão um lugar no mundo material.

As construções nativas sobre as coisas do passado operam em outra lógica, assim, as informações da ciência sobre esses objetos não são, necessariamente, invocadas. O não reconhecimento das narrativas arqueológicas sobre os machados não é o fundamento

para o estabelecimento dessas elaborações, pois elas não têm uma natureza relacional com a ciência, com a Arqueologia.

Ou seja, o argumento de que as comunidades locais “não conhecem, não sabem, não valorizam” o que denominamos de patrimônio arqueológico, além de constituir uma análise míope dessas situações, é um forte indicador das assimetrias existentes nas relações entre nós arqueólogos e “o outro”.

As percepções locais sobre o repertório material arqueológico revelam um acervo de informações que são construídas de forma empírica e tratadas num plano simbólico. Esse acervo constitui, por assim dizer, outra epistemologia da cultura material⁴⁴. As informações da Arqueologia, ainda que reconhecíveis ou reconhecidas, não substituem nem invalidam essas narrativas locais. Elas podem até ser incorporadas aos relatos, como uma alegoria, mas não dissolvem a matriz da narrativa.

No município de Primavera, estado do Pará, Valtinho, professor da rede pública de ensino, é colecionador de objetos variados (não arqueológicos), mas também de lâminas de machado polidas, os coriscos, encontradas, ao acaso, nas imediações de sua residência e em outros pontos da cidade. Ao mostrar um dos exemplares de sua coleção ele afirma:

“Eu tenho essas coisas, mas não sei a historicidade da peça, os arqueólogos é que sabem”.

Ainda que tenha reconhecido a existência de outra explicação sobre os objetos, provavelmente pela minha presença, ele contou a sua versão sobre a origem do corisco. Segundo seu relato, eles caem do céu como num raio e afundam sete palmos na terra. Após sete

44 Para uma discussão sobre epistemologias ameríndias da cultura material, ver Santos-Granero (2009).

anos da queda da pedra, eles afloram no mesmo local da queda e é assim que as pessoas acabam encontrando os machados.

Tais elementos também são utilizados por Seu Zuza, agricultor da região e sogro de Valtinho. O relato de Seu Zuza amplia e qualifica a natureza das lâminas. Segundo ele, as pessoas que encontravam a pedra de corisco temiam levá-la para casa, pois uma visagem apareceria para buscar o corisco de volta. A narrativa informa sobre o objeto e, ao mesmo tempo, o classifica como ativador do imaginário amazônico, no caso a ocorrência de visagens em torno de sítios arqueológicos (Silveira e Bezerra 2012).

Em Rio dos Peixes, município próximo de Primavera, Seu Laurentino, também agricultor, reafirma a origem dos machados e revela o processo de circulação dessa matriz de informação sobre o corisco. Ele lembra que os coriscos eram utilizados para “contar história pros meninos, pros filhos, quando [eram] pequenos”. Ao se misturar à dinâmica familiar no tempo, o machado tornou-se objeto memorial. O relato mostra que a menção ao corisco agiu como gatilho para sua recordação da infância dos filhos.

No entanto, ao ser perguntado sobre o paradeiro dos machados, contou que ao se mudarem para a nova casa abandonaram os coriscos. Sobre o motivo de ter largado os objetos na velha casa, ele disse:

“É aquele caso que meu pai sempre dizia: Meu filho o que não presta a gente guarda sete anos, com sete anos se não precisar joga fora!”.

A motivação para o seu descarte, embora legítima, inclui dois elementos interessantes: a indicação de que a *coisa*⁴⁵ em si “não presta” e a referência ao número 7. Isso sugere que, apesar de o

45 O termo *coisa* aqui utilizado se refere ao conceito de Miller (2010: 11) de que “coisa não é necessariamente uma coisa que possa ser segurada ou tocada”, pois tem uma natureza polissêmica e multissensorial.

corisco fazer parte da história de vida da família de Seu Laurentino, de sua memória familiar, os referentes coletivos desse objeto – falo dos elementos fantásticos que o constituem - entraram em jogo na tomada de decisão de descartá-los.

Esses exemplos servem para corroborar a ideia desenvolvida por Azevedo Netto (2007: 5-6) de que a “informação é artefato” e como tal é “produto de significados socialmente aceitos”. O autor, ao discutir o estatuto da informação, afirma que ela é um constructo humano e lembra que no fenômeno da informação considera-se não apenas “a produção do bem simbólico, mas também sua disseminação e consumo”.

A partir das reflexões do autor, entende-se que a informação – tal como as coisas sobre as quais elas *informam* – tem uma trajetória, uma biografia, uma vida social que vai da origem ao consumo em diferentes “regimes de valor” (APPADURAI 1986: 4). Além disso, uma vez que o autor considera que a informação é como um artefato, mas também elemento para a construção do conhecimento sobre o artefato pode-se dizer que a informação é, ao mesmo tempo, a matriz do conhecimento e o vetor para a sua construção.

As histórias compostas por essas informações são fundamentais para a reprodução e manutenção da vida social. Precisamos dar significado ao que vivenciamos. Segundo Pierre Lévy, “não somos capazes de viver se não damos sentido àquilo que vivemos, ou seja, se não contarmos histórias”, e continua: “Evidentemente, não contamos sempre a mesma história, mas produzimos sentido a partir disso” (2009: 14). Assim, o sentido e o contexto dessas histórias é que modulam a informação, pois ela é, continuamente, reelaborada, assim como a memória, pelos atores/criadores no próprio processo de contá-las.

Enfim, considerando que para Azevedo Netto (2007) a informação é um artefato construído e legitimado no contexto social; que para Lévy (2004; 2009) o contexto é produzido pela informação

que, por sua vez, modula o contexto e que este é ativador de uma intrincada teia simbólica, assumo que os atores envolvidos nessa dinâmica acionam esses elementos numa lógica recursiva.

Isso pode ser observado em duas situações no âmbito da Arqueologia - da ciência em geral: a divulgação de conhecimento para a comunidade de arqueólogos e para as comunidades locais.

A apresentação de uma nova interpretação sobre um conjunto de artefatos, para os membros de uma mesma comunidade acadêmica, é feita por meio de publicações científicas e congressos, entre outros. A informação compartilhada, no entanto, é previamente modulada por esse contexto, por essa comunidade de linguagem. Isso porque o conhecimento produzido anteriormente define várias camadas dessa informação: o que é um artefato, como estudá-lo, como classificá-lo, a que cultura é associado, etc. O que a 'nova teoria' faz é ampliar a informação produzida nesse mesmo contexto e reorientá-lo por e para essa mesma comunidade de linguagem.

Por outro lado, a apresentação dessa mesma interpretação para uma comunidade de 'não arqueólogos' não mobiliza a mesma categoria de informações. É recorrente a seleção de determinados aspectos do conhecimento produzido pelas pesquisas arqueológicas. Em geral, recorta-se o que é considerado mais "palatável" para o "outro", tornando os conteúdos simplificados e superficiais. Ocorre um esvaziamento da informação produzida pelos arqueólogos e a sua substituição por uma classe de informações que, na verdade, não informa sobre a *coisa* em si, sobre o objeto constituído pela Arqueologia, mas sobre o alvo da informação: os 'não arqueólogos', pois pretende estar em consonância com a suposta (in)competência a respeito da informação arqueológica.

Contudo, considerando que o contexto é o alvo dessa comunicação; que ele é modulado pela informação; que ativa uma "rede semântica"; e que os atores envolvidos não são os mesmos da primeira situação; então a construção da informação no contexto-alvo

será diferente. Ou seja, o artefato não é apenas apresentado a partir de outro referencial informativo, ele é outro artefato constituído por uma rede de significados acionada pelos envolvidos. Aquele artefato inicial – produzido pela pesquisa - é imediatamente dissolvido no novo contexto.

Um caso emblemático desse processo, também sobre coriscos, ocorreu em Portugal, onde as narrativas sobre lâminas de machados também são recorrentes. Diniz (2008: 136) relata que na Freguesia de Liceia a população “instruída” pelo pesquisador Carlos Ribeiro⁴⁶, no final do século XIX, parecia ter abandonado a narrativa do corisco. Contudo, a informação da Arqueologia sobre a sua origem fez com que os moradores reelaborassem a narrativa, classificando os artefatos como ferramentas utilizadas não na pré-história, período com o qual não guardavam nenhuma relação ancestral, mas sim como objetos ligados aos mouros, atores muito próprios do imaginário local.

A informação arqueológica não tem, e não deve ter, papel aniquilador sobre as interpretações locais. Muitas vezes há apenas uma aparente, e momentânea, incorporação da informação nos relatos; em outras ocorre uma espécie de antropofagia de informações e a posterior reelaboração das narrativas.

Essas narrativas são muito significativas para se mapear as relações entre as comunidades locais e o passado, mas também o seu presente. Esse processo de construção tem sido objeto de reflexões de arqueólogos interessados em discutir o que se denomina por Poética da Arqueologia, segundo a qual é preciso investigar as formas e estilos de representação do conhecimento produzido pela disciplina na construção do passado (Hodder 2001; Molyneaux 1997; Russell 2006). As narrativas imagéticas geradas por diferentes formas de comunicação para informar sobre o passado também seguem uma

⁴⁶ Membro da Comissão Geológica do Reino – 1857 – Portugal.

dinâmica similar àquela dos coriscos. Há variações, mas também se percebe a existência de uma mesma matriz de informação.

Esse é o caso dos “artefatos visuais” que informam sobre o passado pré-histórico em livros destinados ao público infanto-juvenil no Brasil. Na maioria dos títulos examinados o passado é concebido a partir de elementos estereotipados que se repetem.

Destaco um dos aspectos evidenciados nessa pesquisa (Bezerra 2012b): os personagens, no tempo passado ou no presente. Há quatro personagens que aparecem com frequência nos livros: os arqueólogos (presente), mulheres (passado e presente), crianças (passado e presente) e velhos (passado). Os livros, embora se destinem ao público infantil, não incluem, em sua maioria, crianças, ao se referir ao passado. As exceções mostram crianças sempre em situações de aprendizado passivo. No presente, elas figuram como coadjuvantes das histórias. As mulheres raramente são retratadas como arqueólogas, mas aparecem sempre fragilizadas em contextos “domésticos” no passado. Já os personagens principais são, predominantemente, homens, brancos, ocidentais e solteiros. Em geral, são identificados como tios, aos quais é conferido caráter aventureiro, descompromissado e desleixado, o que constitui o fio condutor das histórias: uma aventura arqueológica para a qual o tio irresponsável leva os sobrinhos; algo interdito aos zelosos pais. Os homens no passado são representados ao lado de suas alegorias familiares: mulher, filhos, unidade habitacional e alimento - a imagem do provedor responsável.

Os velhos, por sua vez, são pouco reproduzidos, mas suas imagens seguem também um padrão: são sábios anciãos em posição majestática, com um cajado nas mãos, cuidando ou ensinando ofícios às crianças (Bezerra 2012). Esse repertório imagético sobre os velhos no passado encontra eco no repertório das crianças no presente.

Uma pesquisa com estudantes de uma escola em São Paulo sugere que a objetivação do conceito de velho para as crianças se

dá pelos cabelos, barba e sobrancelhas brancas, pele enrugada e por objetos de apoio, tais como bengalas, muletas e cadeira de rodas, entre outros (LOPES; PARK 2007), elementos semelhantes aos encontrados no “passado” construído pela literatura.

O que vemos, então, é que esses artefatos visuais não informam sobre o passado pré-histórico, mas sobre o presente. O passado é atualizado pelo presente que é, por sua vez, projetado sobre o passado.

Tanto os coriscos quanto as imagens dos livros reafirmam o pensamento de Eco sobre a literatura, que estendo para esta discussão. Para ele, os leitores têm que escolher caminhos numa “floresta de ficção” baseados em suas próprias experiências, em sua própria “memória privada”, transformando aquela floresta em seu “jardim privado” (ECO 2009). É isso que os moradores de Primavera e de Rio dos Peixes, no Brasil, e de Liceia, em Portugal, fizeram: construíram o seu “jardim privado” a partir de suas experiências pessoais e familiares, de suas memórias individuais e coletivas.

Esses exemplos fortalecem a crítica à chamada Educação Patrimonial (EP) que, em princípio, se propõe a articular informação, patrimônio e memória, o que não ocorre se as narrativas, como as que foram aqui apresentadas, são postas de forma assimétrica pelos pesquisadores. Nesse caso, a EP reafirma a discussão de Chauí (1981: 2) sobre o “discurso competente” e o surgimento dos “incompetentes sociais”, aqueles que devem ser “educados”, pois sua ignorância sobre o que denominamos de patrimônio é o que os leva a “destruir” esses bens culturais.

Discordo desse pensamento porque considero a situação mais complexa. Não há “analfabetos culturais”, como afirma a EP, e não há, a meu ver, ignorância sobre este ou aquele artefato. O que existe é a construção de outra epistemologia, de outras informações, de outro artefato, de outros contextos.

É nesse sentido que entendo que a EP, tal como desenvolvida na Arqueologia de Contrato no Brasil, tem limites aquém das

possibilidades de mapeamento, compreensão e incorporação desses outros discursos sobre o patrimônio arqueológico. É no chamado campo da “Arqueologia Pública” (FUNARI; BEZERRA 2012; BEZERRA 2012a; EBBITT 2010; MORAES 2012) que a etnografia das relações das comunidades locais com o patrimônio tem originado reflexões densas sobre a lógica de construção do passado, da memória e da própria ideia de Arqueologia.

ARQUEOLOGIA PÚBLICA

A Arqueologia Pública é um campo da Arqueologia preocupado em compreender as relações entre distintas comunidades e o patrimônio arqueológico, considerando o impacto do discurso acadêmico em sua visão de mundo, o lugar de suas narrativas na construção do passado e a gestão comunitária dos bens arqueológicos. Desse modo, a Arqueologia Pública é, ao mesmo tempo, produto e vetor de reflexões acadêmicas, de ações políticas e de estratégias de gestão. Muitos autores entendem a Arqueologia Pública como Antropologia Aplicada que tem por objetivo solucionar problemas dos indivíduos envolvidos no projeto de pesquisa.

A Educação Patrimonial, por outro lado, é um campo da Educação e tornou-se uma espécie de alegoria da Arqueologia no âmbito do Licenciamento Ambiental no Brasil⁴⁷. As comunidades locais, por sua vez, são o [d]efeito colateral, remediado com o auxílio de panfletos, cartilhas e *kits* insignificantes. O princípio fundante dessas ações é a premência de “alfabetizar culturalmente” os indivíduos. Esse pensamento anunciado no Guia de EP produzido pelo Estado, na década de 1990 (Horta, Grunberg e Monteiro 1999), é supostamente

47 A Educação Patrimonial, introduzida no Brasil na década de 1980, tornou-se obrigatória nos projetos de Arqueologia ligados ao licenciamento ambiental – a chamada Arqueologia de Contrato – por intermédio da Portaria 230, de 17 de dezembro de 2002, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan. (ver www.iphan.gov.br)

inspirado no trabalho de Paulo Freire (2002), que acreditava na ação libertadora da Educação e na sua natureza eminentemente política (SILVEIRA; BEZERRA 2007).

A apropriação superficial de suas ideias instrumentalizam as relações entre os pesquisadores e os moradores do entorno dos sítios arqueológicos, tornando-as estéreis e assimétricas. Isso ocorre por várias razões, dentre elas a forma como a EP foi introduzida na Arqueologia – por meio de uma normativa do Estado – e a pouca problematização da ideia de patrimônio - uma categoria também criada pelo Estado - no bojo desses projetos.

Por sua vez, no campo da Arqueologia Pública (AP), a etnografia assume papel central na compreensão das relações das *peças no presente com as coisas do passado*. Ao “des-patrimonializar” o patrimônio (LONDOÑO 2010: 35) e tratá-lo como dimensão material da vida cotidiana, os projetos de AP possibilitam o reconhecimento da lógica subjacente aos processos de fruição com o passado, com a isenção das interdições próprias das ações do Estado.

Os nexos normativos da Educação Patrimonial, no entanto, impõem a condução de ações sob a lógica da patrimonialização e a “educação” das pessoas a partir dessa lógica.

Assim, Arqueologia Pública e Educação Patrimonial são dois domínios diferentes e, como tal, têm conceitos, princípios, métodos, objetivos e contextos de surgimento distintos. Portanto, Arqueologia Pública e Educação Patrimonial não são sinônimos.

É nessa perspectiva que apresento, brevemente, três estudos de caso nos quais reflito sobre os outros significados do que denominamos por “patrimônio” para moradores do entorno de sítios arqueológicos no estado do Pará, Amazônia.

O primeiro caso – Vila de Joanes – trata de alguns aspectos observados no âmbito de projetos acadêmicos desenvolvidos de 2008 até o presente. Os demais casos se referem a projetos denominados “Educação Patrimonial” por se inserirem no bojo de projetos de

Arqueologia de Contrato. Apesar do adjetivo imposto pela normativa do Estado, os projetos foram conduzidos sob a perspectiva da Arqueologia Pública.

PAISAGENS DO PASSADO: A VILA DE JOANES, ILHA DO MARAJÓ

Joanes é uma pequena vila de pescadores situada no município de Salvaterra, no Marajó. O local é muito procurado por turistas brasileiros e estrangeiros, especialmente, durante o verão amazônico. Os atrativos da vila incluem as praias, os igarapés e o sítio histórico de Joanes (PA-JO-46), composto por vestígios da presença indígena e europeia, associados ao período colonial, e pelas ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Esse conjunto de evidências é resultado do estabelecimento de antiga missão religiosa durante o século XVII na então denominada Vila de Monforte (SCHAAN; MARQUES 2006; MARQUES; BEZERRA 2009).

Os moradores têm uma intensa relação de fruição com as ruínas e outros elementos do repertório material do passado. As crianças colecionam artefatos encontrados, de maneira fortuita, pelas ruas da vila, especialmente após as chuvas. As moedas são os objetos mais cobiçados. Entrelaçando a observação empírica das moedas com informações oriundas das pesquisas arqueológicas e das histórias contadas na vila, as crianças elaboram narrativas para explicar o mundo ao seu redor (BEZERRA 2012). As informações que envolvem o sítio apresentadas na escola são, muitas vezes, confrontadas com as versões dos mais velhos, que são consultados pelas crianças (Ravagnani 2011).

Os adultos, por sua vez, narram histórias de sua infância e juventude passadas no entorno das ruínas. Contam sobre o achado

de miçangas, moedas e relatam o aparecimento de visagens, sobre a torre da igreja arruinada, e que também são reconhecidas pelas crianças (Silveira e Bezerra 2012).

Os pescadores lembram-se da antiga sede de sua associação nas proximidades das ruínas e alguns falam da existência de local para o “retalho” do peixe ao lado do sítio. Além da igreja, as camboas – armadilhas de pedra construídas em locais onde há oscilação de maré ao longo da praia – constituem paisagem de longa duração, uma vez que essas estruturas remontam, no mínimo, ao século XVIII, conforme as fontes históricas (Silva, A. 2012). As camboas são elementos fundantes das narrativas memoriais sobre a pesca. Elas acionam memórias da comunidade de trabalho e da relação entre o pescador e seus filhos, no processo de transmissão do conhecimento sobre a pesca. As camboas são paisagens afetivas que marcam a passagem de tempo no relato dos moradores (Bezerra 2012c; Silva, C. 2012).

As ruínas também têm papel central na produção do artesanato local. A associação de artesãs foi revitalizada e as ruínas escolhidas como sua logomarca. Houve um processo de reafirmação da identidade das mulheres do grupo, que passaram a ter certa agência sobre a história da Vila. A imagem do sítio passou a ser elemento diacrítico na identidade do “ser joanense”, em contraponto a outros lugares do arquipélago. As informações arqueológicas foram reelaboradas e constituem, nas palavras de Tilley (1999), uma “metáfora sólida” da relação com o passado e com as relações assimétricas entre europeus e indígenas. (Bezerra, no prelo).

O patrimônio arqueológico da Vila de Joanes, independentemente das informações resultantes de projetos de pesquisa desenvolvidos entre os anos 1999 e 2009, atua como ativador de memórias de crianças e adultos e como marcador identitário.

MACHADOS COMO OBJETOS BIOGRÁFICOS DO PRESENTE: O CASO DA VILA DE SÃO JOSÉ NA TRANSAMAZÔNICA⁴⁸

É sabido que parte significativa da população que habita as vilas ao longo da Transamazônica veio para a região nos anos 1970, durante o Governo Médici, em busca das promessas alardeadas em torno do projeto da rodovia e no espírito do “Integrar para não Entregar”. O “capitalismo selvagem” que caracterizou a ação governamental na área desconsiderava totalmente a natureza e as comunidades locais (Fausto 2003), o que resultou na avassaladora destruição do meio ambiente – relatada por todos – e num difícil processo de desenraizamento dessas populações que migraram para a Amazônia.

O sentimento de não pertencimento está presente, ainda que de forma velada, nas palavras e atitudes dos moradores da Vila de São José, em sua maioria oriundos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Os professores da vila – descendentes de famílias do sul do país - reclamam da ausência de suas histórias nos materiais didáticos locais. A professora de uma das escolas, que veio do sul ainda criança, reafirma a vontade de preservar a memória da comunidade por meio da luta pela preservação do prédio da escola, construído em madeira extraída de árvores derrubadas pelos próprios pais, na década de 1970.

As narrativas dos moradores sobre a sua chegada à região revelam o medo, a surpresa, a decepção, a solidão e, ao mesmo, tempo, o sentimento de vitória que, em todas as falas, parece ser a razão para que nenhum deles tenha vontade de regressar para as

48 Projeto de Educação Patrimonial, coordenado por M. Bezerra e desenvolvido no âmbito do “Programa de Arqueologia Preventiva Rodovia BR-163 (trecho guaratã do norte ao entroncamento da BR-230) e Rodovia BR-230 (trecho Miritituba-Rurópolis) DNIT/UFPA”, coordenado por Denise P. Schaan

idades de origem. A terra, a sua posse e uso, é a protagonista das histórias permeadas pelas dificuldades (Bezerra 2009a).

É nesse sentido, que durante as entrevistas, os colonos pioneiros da região recordaram detalhes desses momentos traumáticos, que constituem memórias da perda, mas também da conquista da terra. Em seus relatos descrevem a “aldeia de índio boa para plantar”⁴⁹ na qual foram “jogados”. Os elementos constituintes dessas paisagens memoriais pontuam as narrativas. Dentre eles, as lâminas de machados polidos coletadas por eles em suas propriedades e guardadas, por alguns, como “relíquias”, sendo em certos casos consideradas como lembranças da própria história, como objetos biográficos que *envelhecem com seus donos*, tornando-se parte da memorabilia de sua vida (Morin 1969: 133).

Tal como os coriscos que serviam para contar histórias aos filhos do Seu Laurentino, em Rio dos Peixes, as lâminas de machado também fazem parte das histórias de moradores das vilas ao longo da Transamazônica. Dona Lilian guarda o “machadinho de índio”⁵⁰, segundo ela, para contar aos netos sobre as façanhas do filho no início da vida na floresta.

MEMÓRIAS DO OURO: A VILA DE SERRA PELADA

A exploração do ouro causou uma explosão demográfica no sul do Pará, nos anos 1980. Segundo estimativas, em 1983 havia oitenta mil homens trabalhando no garimpo de Serra Pelada (Mathis, Brito e Brüseke 1997), atualmente controlado pela mineradora Vale. A situação política na Vila é tensa e as relações extremamente

49 Trata-se, provavelmente, dos sítios de terra preta arqueológica (TPA), resultantes de ação antrópica, cujos sedimentos são potencialmente férteis.

50 Entrevista transcrita por Vera Portal, em 2010.

conflituosas. A miséria, a insegurança, a falta de perspectiva e o sentimento de exclusão alternam a natureza das narrativas dos moradores sobre o seu passado.

Nesse contexto, as referências ao patrimônio arqueológico são envoltas por uma névoa que imprime uma opacidade a essas racionalidades (Bezerra 2009b). No seu lugar surgem outras paisagens, concebidas a partir dos referentes dessas pessoas e nas quais o patrimônio arqueológico não tem lugar.

A pesquisa etnográfica somada ao mapeamento do repertório material do garimpo revelou o status da cultura material na constituição da identidade dos garimpeiros. Nesse sentido, frases como “Se eu não tiver a minha bateia, quem vai dizer que sou garimpeira?” (Dona Raimunda) apontaram para a centralidade de ferramentas e de documentos, como sinais diacríticos do ser garimpeiro e como elemento ativado nos discursos de reivindicação de seus direitos.

A informação sobre o passado de caçadores-coletores da região é um artefato que não os sensibiliza. Os objetos que importam são as ferramentas – a memória da comunidade de trabalho – e as suas histórias, essas sim contadas e recontadas como mecanismo do não esquecimento. Assim, mapeamos a relação entre os garimpeiros e suas coisas e as conexões com a memória, o passado, mas, sobretudo, com o presente. O conhecimento arqueológico não teve ressonância, mas serviu como gatilho para a ativação de outras camadas de informação sobre o passado do lugar e as memórias das pessoas.

CONCLUSÃO

Pensar sobre as relações entre informação, patrimônio e memória no âmbito da Arqueologia implica a reflexão sobre a nossa prática disciplinar e sobre o estatuto das nossas relações com o “outro”. Como vimos nos três exemplos, os artefatos arqueológicos servem para outros fins que não aqueles congelados no discurso patrimonial. Patrimônio é uma categoria inventada pelo Estado que, igualmente, criou regras, normas e leis de interdição à fruição.

Essa violência epistêmica aniquila a possibilidade de trocarmos experiências de mundo. O que é um paradoxo, quando pensamos que a justificativa da existência de uma disciplina como a Arqueologia é informar sobre o mundo do passado para as pessoas do presente.

Os artefatos não informam apenas sobre o passado, mas sobre as relações presentes. Eles constroem, moldam, reorientam a informação e o contexto. Eles permitem contar o tempo, demarcar espaços – territoriais e/ou simbólicos – reafirmar identidades e consolidar relações no presente. O corisco do Seu Zuza ou a bateia de Dona Raimunda são como “artefatos quasi-humanos” (Latour 1994), eles têm agência sobre as pessoas que, por sua vez, são também construídas por eles, tenham eles cinco mil, trezentos ou apenas vinte anos. Não é o seu pertencimento temporal que importa, mas o imbricamento que as pessoas hoje têm com eles. São objetos informados não pelo tempo, mas no tempo.

A Arqueologia Pública é um campo fértil para o entendimento dessas relações entre as comunidades locais e a disciplina. Partindo da pesquisa etnográfica, os estudos têm revelado os distintos modos de fruição com o patrimônio e ainda têm chamado a atenção para o estatuto da informação arqueológica nesses contextos.

Essas reflexões apontaram que o artefato/informação, ao ser imediatamente dissolvido no contexto alvo, dá lugar a outro artefato

cuja matéria substantiva serve como suporte para a criação de uma rede de significados que informa/forma o novo artefato que, por sua vez, informa não sobre o passado, mas sobre as relações entre as pessoas e as coisas no presente.

AGRADECIMENTOS

Aos moradores das Vilas de Joanes, São José e Serra Pelada.

REFERÊNCIAS

- APPADURAI, A. Introduction: commodities and the politics of value. In: APPADURAI, A. (Org.) **The Social Life of Things**. Cambridge, 1986, pp. 3-63.
- AZEVEDO NETTO, C. X. Informação e Memória: as relações na pesquisa. **História em Reflexão**, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul/dez, 2007.
- BEZERRA DE MENESES, U. T. Identidade Cultural e Arqueologia. In: Bosi, A. (Org.) **Cultura Brasileira: temas e situações**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2002, pp. 182-190.
- BEZERRA, M. Projeto de Educação Patrimonial no Âmbito do Programa de Arqueologia Preventiva Rodovia BR-163 (Trecho Guarantã do Norte ao Entroncamento da BR-230) e Rodovia BR-230 (Trecho Miritituba-Rurópolis). Relatório, UFPA, 2009a.
- BEZERRA, M.- Por cima é balangandã, por baixo molambo só: os moradores, as paisagens e as ruínas em um projeto de Arqueologia no Centro Histórico de Salvador/Bahia. In: SILVEIRA, F.L. A.; CANCELA, C.D. (Orgs.) **Paisagem e Cultura**: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: Ed. UFPA, 2009b, pp. 63-70.
- BEZERRA, M. - Signifying Heritage in Amazon: a public archaeology project at Vila de Joanes, Marajó Island, Brazil. *Chungara*, v. 44, n. 3, p. 363-373, 2012a.
- BEZERRA, M. Archaeology as Allegory: The Representations of Archaeology in Children's Literature in Brazil. In: *From Archaeology to Archaeologies: the 'Other' Past*. Orgs: Anna Simandiraki-Grimshaw and Eleni Stefanou. Oxford, BAR, 2012b, pp. 67-76.
- BEZERRA, M. - **Bricolage do Passado**: Patrimônio Arqueológico, Artesanato e Comunidades Locais na Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Amazônia. In: Rivilta, M. C.a; Montenegro, M. y
- FERREIRA, L. M. (Eds.) **Multivocalidad y Activaciones Patrimoniales en Arqueología**: Perspectivas desde Sudamerica. Buenos Aires: Instituto Interdisciplinario Tilcara: Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (no prelo)

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Moderna, 1981.

DINIZ, Mariana. **José Leite de Vasconcellos**: entre o Folklore e a Ciência (ou a Ambiguidade de uma Agenda). O Arqueólogo Português, Série IV, 26: 127-144, 2008.

ECO, U. **Seis Passeios pelo Bosque da Ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2003.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Paz e Terra, São Paulo, 2002.

FUNARI, P. P.; BEZERRA, M. - Public Archaeology in Latin America. In: Skeates, R.; McDavid, C.; Carman, J. (Eds.) **The Oxford Handbook of Public Archaeology**. Oxford University Press, 2012, pp.100-115.

HODDER, I. (ed.) **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 2001.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. – **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN: Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**: O Futuro Do Pensamento Na Era Da Informática. 13. ed. São Paulo: Editora 34, 2004. (Trad. Carlos Irineu da Costa)

LÉVY, Pierre **Internet e Desenvolvimento Humano**. Conferência – SESC-SP, São Paulo, 29 de Agosto de 2009. Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/esp_a.php?t=001. Acesso em 20/04/2014.

LONDOÑO, W. Ficciones arqueológicas como orientadoras de biografías ciudadanas: por qué des-patrimonializar el patrimonio arqueológico nacional. Jangwa Pana: **Revista de Antropología**, 9: 22-37, 2010.

LOPES, E. S. de L.; PARK, M. B. - As Representações Sociais de Crianças Acerca dos Velhos e a Influência do Contato Intergeracional durante o

Projeto de Resignificação da Memória Cultural 'Jarina tem Memória'.

Estudos de Psicologia, v. 12, n. 2, p. 141-148, 2007.

MATHIS, A., BRITO, D.C.; BRÜSEKE, F.J. **Riqueza Volátil**: a mineração de ouro na Amazônia. Cejup, Belém, 1997.

MILLER, D. **Stuff**. Cambridge: Malden: Polity Press, 2010.

MOLYNEAUX, B.L. (Ed.) **Culture Life of Images**: visual representations in Archaeology, 184-212, London, New York, Routledge, 1997.

MORIN, V. **L'Objet Biographique**. Communications, 13: 131-139, 1969.

MORAES, I.P. de. **"Povos do Aproaga"**: patrimônio, arqueologia e territorialidade quilombola em São Domingos do Capim (PA)". (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, 2012.

PROUS, A. et al. **Os Machados Pré-Históricos no Brasil**. Descrição de Coleções e Trabalhos Experimentais: fabricação de lâminas, cabos, encabamento e utilização. Canindé, 2: 162-237, 2002.

RAVAGNANI, L. **O passado, o sítio e a escola**: as relações entre a comunidade escolar e o sítio histórico de Joanes (PA-JO-46). Monografia/TCC. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2011.

RUSSELL, I. (Ed.) **Images, Representations and Heritage**. New York: Springer, 2006.

SANTOS GRANERO, F. **The Occult Life of Things**: native amazonian theories of materialization and personhood. Tucson, University of Arizona Press, 2009.

SCHAAN, D. P.; LIMA, A. P. **Programa de Prospecções e Educação Patrimonial em Serra Leste**, Curionópolis/PA. Relatório Final. Volume II. UFPA, Belém, 2011.

SILVA, A. **Tanta Tainha, Pouca Farinha**: Antropologia Histórica da Vila de Monforte (antiga aldeia de Joanes) nos tempos do Diretório (1759-1769). (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, Universidade Federal do Pará, 2012.

SILVA, C. A. S. **O 'Coração da Camboa'**: Um estudo sobre as relações entre o patrimônio arqueológico e a construção do sentimento de saudade entre os (as) pescadores(as) da Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Amazônia, Brasil. Monografia/TCC. Faculdade de Ciências Sociais, Belém, Universidade Federal do Pará, 2012.

SILVA, T. S. A. Construindo Histórias: Cadeia Operatória e História de Vida dos Machados Líticos Amazônicos. **Revista de Arqueologia**, v. 25, 1, p. 58-87, 2012.

SILVEIRA, F. A.; BEZERRA, M.. - Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, M.F.; ECKERT, C. e BELTRÃO, J.F. (Eds.) **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. ABA: Blumenau: Nova Letra, 2007, pp. 81-97.

SILVEIRA, F.L. da A.; BEZERRA, M. Paisagens Fantásticas na Amazônia: entre as ruínas, as coisas e as memórias na Vila de Joanes, Ilha do Marajó. In: Maués, H.R. e Maciel, M.E. (Orgs.) **Diálogos Antropológicos**: diversidades, patrimônios, memórias. Belém: L & A Editora, pp.119-150, 2012.

TILLEY, C. **Metaphor and Material Culture**. Wiley, Blackwell, 1999.

DESCOLONIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: contribuições da Etnoarqueologia para a compreensão e preservação de cemitérios indígenas em Mato Grosso do Sul

*Jorge Eremites de Oliveira*⁵¹

INTRODUÇÃO

O debate sobre a descolonização das ciências sociais parece ser relativamente recente no campo da Arqueologia praticada no Brasil. Esta situação passou a ter mais visibilidade quando alguns arqueólogos passaram a questionar, de maneira mais crítica e contundente, o uso da Arqueologia contra os interesses de povos indígenas e comunidades tradicionais. Exemplo disso tem sido a crítica contundente sobre o uso da Arqueologia para o licenciamento ambiental de projetos desenvolvimentistas que afetam a vida e os territórios dessas populações, como feito por Rocha et al. (2013). Posicionamento semelhante tem a ver com a superação da violência epistêmica que caracteriza este campo do conhecimento em nível mundial, não raramente distante das aspirações e interesses dos

51 Docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

povos originários (Gnecco & Langebaek 2006; Gnecco 2009; Rocha et al. 2013). Somam-se a isso algumas experiências bem sucedidas, crescentes e ligadas à Etnoarqueologia, Arqueologia Indígena, Arqueologia Colaborativa e Arqueologia Pública (Eremites de Oliveira 2007, 2012; Eremites de Oliveira & Pereira 2009, 2010, 2012; Silva 2009; Silva et al. 2008, 2011; Stuchi 2010; Bezerra 2011; Moraes 2012; Pinto 2013; Wanderley 2013; e muitos outros).

Uma discussão desta natureza diz respeito ao que podemos chamar de Antropologia e Arqueologia do Colonialismo, isto é, do estudo do colonialismo como um conjunto de problemas inerentes à produção de saberes e à prática nesses campos do conhecimento (Himes 1972; Dirks 1995; Pels 1997, 2008; Cooper 2005; Smith 2005; Atalay 2006; e outros). No caso do Brasil, a discussão possui relação direta com o colonialismo interno, entendido como um dinâmico sistema estruturante de relações sociais de dominação e exploração particular a cada país, porém conectado a capilaridades transnacionais de um colonialismo global (Balandier 1993 [1951]; González Casanova 1963, 1995, 2002 [1969], 2006; Cardoso de Oliveira 1978 [1966]; Pacheco de Oliveira 1988, 2006).

Neste sentido, o presente trabalho tem o propósito de discutir o conceito de sítio arqueológico, o entendimento oficial que certa superintendência do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) tem sobre o assunto e sua relação com a memória e a destruição do patrimônio cultural indígena em Mato Grosso do Sul. O assunto é um tanto quanto polêmico pelo fato de envolver direitos de povos originários sobre territórios tradicionais dos Guarani e Kaiowá que vivem no estado⁵². Para esta finalidade apresento dados etnográficos, registrados à luz da Etnoarqueologia, sobre sepulturas

52 Os Guarani e Kaiowá, assim auto-identificados em Mato Grosso do Sul, Brasil, são povos indígenas falantes da língua guarani. Os primeiros também são conhecidos como Nandeva na literatura etnológica, ao passo que os segundos se auto-identificam e são mais conhecidos no Paraguai como Paĩ-Tavyterá ou simplesmente Paĩ (Melià, Grünberg & Grünberg 2008 [1976]; Eremites de Oliveira & Pereira 2009; Eremites de Oliveira 2012; Cavalcante 2013).

indígenas observadas nas comunidades de Panambizinho, Jaguapiru, Ñande Ru Marangatu, Takuara e outras comunidades⁵³. Valho-me ainda de informações sobre a existência de outras sepulturas em Sucuri'y, Karumbé, Pakurity e Laguna Johá. Trata-se de lugares onde indígenas foram sepultados em tempos pretéritos, incluindo xamãs ou *ñanderu*. São locais com evidências materiais da ocupação tradicional indígena, às vezes localizadas em territórios de onde comunidades Guarani e Kaiowá foram expulsas décadas atrás. Por este motivo muitos desses cemitérios têm sido sistematicamente destruídos por pessoas contrárias aos interesses dos povos indígenas, geralmente ligadas ao movimento ruralista. Não raramente isso é feito com certa conivência de agentes do próprio Estado, os quais deveriam agir no sentido da preservação e valorização desse tipo de patrimônio cultural de natureza arqueológica.

O QUE É SÍTIO ARQUEOLÓGICO?

No campo da Arqueologia, sítios arqueológicos são comumente entendidos como quaisquer lugares, em ambientes terrestres e aquáticos, onde ocorrem evidências materiais da presença humana pretérita. A definição parece simples e objetiva, embora não haja consenso sobre o limite cronológico e a quantidade mínima de vestígios que possam caracterizá-los. Podem corresponder, por exemplo, ao assentamento de um antigo grupo indígena que se estabeleceu às margens de um rio ou em um abrigo sob rocha há cerca de 3.000 AP (anos antes do presente), ou até mesmo a uma usina termelétrica desativada na década de 1940. Pergunta-se, contudo, se

53 A Etnoarqueologia é aqui percebida como um subcampo da Arqueologia dedicado ao estudo de grupos humanos contemporâneos e/ou conhecidos historicamente, geralmente os não-ocidentais, conforme entendimento contido em outros estudos de minha autoria (Eremites de Oliveira 1996, 2002, 2011, 2012; Eremites de Oliveira & Pereira 2010, 2012; ver também Silva 2009).

o mesmo entendimento poderia ser aplicado a uma tapera ocupada por uma família quilombola e abandonada há 10 anos, quando a mesma foi expulsa de seu território? E o que dizer de um local onde foi encontrada fortuitamente uma lâmina lítica de machado, denominada por regionais como “pedra de raio” ou “pedra de corisco”? Questionamentos assim apontam para a complexidade que envolve o assunto, sobretudo a interpretação do contexto arqueológico de locais ocupados mais recentemente e que não possuem o apelo da monumentalidade arquitetônica ou estão vinculados à história das elites da região.

De todo modo, sabe-se que nos sítios arqueológicos podem ocorrer diversos tipos de vestígios da materialidade de relações sociais no tempo e espaço, isto é, de cultura material em seu sentido mais amplo: 1) *artefatos* em geral, como lascas líticas, fragmentos de vasilhas cerâmicas, arte rupestre, instrumentos de metal e outros materiais, estruturas arquitetônicas etc.; 2) *ecofatos*, a exemplo de palmeirais, antigos quintais e pomares e outras paisagens de origem antrópica; e 3) *biofatos*, como, por exemplo, sementes e ossos de animais que configuram restos de alimentação, bem como esqueletos humanos (Funari 1988; Renfrew & Bahn 1998). Por outro lado, para muitos povos indígenas podem existir lugares percebidos por eles próprios como sítios arqueológicos, os quais não possuem, necessariamente, esses tipos de vestígios. Refiro-me, apenas para pontuar, a elementos da paisagem com evidências da ação de seres sobrenaturais (morros, cachoeiras, nascentes de córregos etc.), assim compreendidas no contexto de cosmologias e temporalidades nativas.

Polêmicas à parte, o fato é que cabe ao arqueólogo, mais do que qualquer outro profissional, dizer o que é e o que não é um sítio arqueológico em determinada área por ele estudada. Esta situação o torna devidamente empoderado para a tomada de decisões, como ocorre durante o licenciamento ambiental de empreendimentos dos mais diversos (hidrelétricas, rodovias, gasodutos, ferrovias, *shoppings*,

conjuntos habitacionais etc.). Este tipo de empoderamento, contudo, nem sempre caminha ao lado da ética e da responsabilidade social que qualquer profissão exige.

Além disso, a área de um sítio arqueológico e seu entorno podem ser reocupados sucessivas vezes, desde tempos muito antigos até a atualidade. Isso ocorre frequentemente na região do Pantanal com os *aterros* (estruturas monticulares construídas por antigos povos indígenas), usados como sedes de fazendas, currais de gado e locais de moradia para trabalhadores rurais, muitos dos quais indígenas ou descendentes de povos originários (Eremites de Oliveira 1996, 2002, 2004). O mesmo se verifica em áreas onde ocorrem as *terras pretas* na Amazônia e os *cerritos* (aterros) no Rio Grande do Sul e Uruguai. Situação idêntica pode ocorrer com sítios arqueológicos existentes em terras indígenas, cuja primeira ocupação pode recuar a milhares de anos e a última corresponder ao tempo presente. Em casos assim, povos indígenas e comunidades tradicionais jamais deveriam ser retiradas desses locais em nome da ciência, da lei e da preservação e valorização do patrimônio arqueológico nacional.

Nesta linha de raciocínio, cumpre registrar que a proteção de bens de natureza arqueológica, assim reconhecidos pelo Estado, está amparada por leis brasileiras e internacionais sobre o assunto, tais como: 1) Constituição Federal de 1988, Artigos 20 e 216; 2) Lei Federal nº. 3.924/1961, também conhecida como *Lei da Arqueologia*; 3) Lei Federal nº. 7.542/1986; 4) Resolução CONAMA nº. 001/1986, Artigo 6, Alínea C; 5) Lei Federal nº. 9.605/1998, mais conhecida como *Lei de Crimes Ambientais*, Capítulo 5, Seção 4; 6) Recomendações Internacionais como a *Carta de Nova Delhi* (1956), *Recomendação de Paris* (1968), *Carta de Lausanne* (1990), *Carta para a Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico* (1990) e *Carta de Sofia* (1996), dentre outras aprovadas pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), órgão que faz parte da ONU (Organização das Nações Unidas); 7) Legislação específica do IPHAN

sobre o assunto e voltada à autorização da pesquisa arqueológica no país. Este conjunto de leis foi produzido a partir do paradigma da necessidade da existência do Estado-nação. Daí compreender que bens arqueológicos são percebidos como patrimônio ou bens da União, conforme estabelece os Artigos 20 e 216 da Carta Constitucional de 1988. Esta determinação também abrange bens arqueológicos de povos originários, cuja existência antecede ao surgimento do próprio Estado nacional e, por conseguinte, do Direito Estatal com o qual estamos acostumados a lidar. Dito de outra maneira: o Direito Estatal se sobrepõe ao Direito Indígena, inerente a cada povo originário, servindo como um poderoso instrumento de tutela, dominação e subordinação, inclusive no que se refere ao patrimônio cultural.

Nota-se, portanto, que apesar do conceito de sítio arqueológico ser amplamente utilizado na Arqueologia Brasileira, a discussão sobre o assunto se torna polêmica quando envolve direitos de povos indígenas sobre territórios tradicionais, conforme tratado mais adiante.

OS ANTIGOS CEMITÉRIOS DOS GUARANI E KAIOWÁ

Desde fins dos anos 1990 até meados da década de 2010 recebi várias intimações da Justiça Federal para a produção de laudos periciais sobre assuntos que envolvem direitos de povos originários em Mato Grosso do Sul. A grande maioria dessas intimações se refere a perícias sobre áreas reivindicadas como terras de ocupação tradicional pelos Guarani, Kaiowá e Terena, em observação ao Art. 231 da Constituição Federal de 1988.

Além disso, ao conhecer algumas comunidades Guarani e Kaiowá desde aqueles tempos, observei a existência de evidências

materiais sobre a ocupação indígena em antigos *tekohá* (*teko* = “modo de ser”; *há* = “lugar”). Esta palavra de origem guarani é uma categoria nativa atualmente mais usada para se referir a territórios tradicionais, onde desenvolvem seu modo de vida e podem existir cemitérios indígenas e outros tipos de sítios arqueológicos⁵⁴.

Conforme é conhecido no âmbito da Etnologia e da Etno-história sobre os povos indígenas de língua guarani, sabe-se que os Guarani e Kaiowá acreditam que possuem ao menos duas almas, uma carnal, chamada de *angue* ou *anguery*, e outra espiritual, denominada *ñe’e* (Melià et al. 2009 [1976]; Eremites de Oliveira 2007; Eremites de Oliveira & Pereira 2009). A alma carnal, cujo espectro permanece com o defunto, não deve ser amiúde lembrada ou ter seu túmulo profanado por meio de escavações ou buracos feitos por seres humanos e animais. Se isso acontecer, o *angue* virá à tona e trará más influências à saúde e à convivência social dos membros da comunidade. Por isso os lugares onde os mortos foram sepultados, sobremaneira aqueles em que foram enterradas lideranças religiosas, como os xamãs ou *ñanderu*, não são espaços venerados pelos Guarani e Kaiowá. Pelo contrário, devem permanecer no passado e quase que apagado da memória dos vivos.

Os sepultamentos mais antigos, ao menos os datados desde meados do século XX, seguiam a modalidade de enterrar o morto sob forma de decúbito dorsal, com a cabeça do defunto voltada para o poente. Dessa maneira a alma espiritual da pessoa (*ñe’e*) poderia facilmente encontrar o caminho para o mundo dos mortos. Se isso não ocorrer, ela se transformaria em algo como um *aceguá*, espécie de alma perdida e em busca do caminho para o outro mundo⁵⁵. Geralmente

54 Os Mbyá que vivem no Sul do Brasil usam uma categoria análoga, denominada *tekoá*, geralmente empregada de maneira simplista e deliberada por certos cientistas sociais no sentido de aldeia e até mesmo como sítio arqueológico. Há ainda antropólogos a-históricos que reduzem a categoria de *tekohá* a apenas relações sociais, como se as mesmas não existissem em temporalidades particulares e espaços social e culturalmente construídos pelos Guarani e Kaiowá. No Paraguai e em outros lugares onde há paraguaios e descendentes, como em Mato Grosso do Sul, a mesma palavra pode ser empregada para se referir ao local onde se vive: *tekohá* Dourados, *tekohá* Concepción, *tekohá* Bela Vista etc.

55 Embora a expressão *aceguá* não seja muito recorrente entre os Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, a palavra foi reconhecida por dois professores Kaiowá com quem busquei informações sobre o assunto em 2014. O vocábulo também está registrado em um clássico estudo de Nimuendaju (1987 [1914]). No Brasil

o espaço do sepultamento de um único indivíduo é considerado um cemitério, assim como o espaço destinado ao sepultamento de várias pessoas, o que difere da ideia de cemitério existente na sociedade envolvente. No caso de pessoas com um forte *anguery*, constatei a existência de pedras sobre as sepulturas ou cercas em volta dos túmulos. Assim os Kaiowá fizeram para proteger os locais, com vistas a evitar perturbações que pudessem liberar o espectro dos mortos. Hoje em dia, por exemplo, quando uma pessoa morre de forma violenta, como em casos de assassinato, alguns de seus pertences chegam mesmo a ser colocados sobre o túmulo, e ninguém se atreve a mexer nos objetos. Quando esses antigos cemitérios são visitados, as pessoas ali permanecem em silêncio ou falam em voz baixa, em respeito e para não perturbar os mortos. Em um antigo cemitério existente na Terra Indígena Ñande Ru Marangatu, quando ali estive em 2007, observei que o *ñanderu* da comunidade tocou um apito ou flauta chamado *mimby*, feito de madeira, assim o fazendo para manter comunicação direta com seres sobrenaturais no lugar. Disse-me que aquele era o “celular” com o qual falava com divindades.

Por conta do processo de territorialização existente em antigas reservas indígenas criadas nas décadas de 1910 e 1920 no estado, e também devido à ação de missionários religiosos e agentes do Estado, os cemitérios Guarani e Kaiowá passaram a ser espaços delimitados para o enterramento de vários indivíduos. Nesses locais muitos túmulos seguem feitos da mesma forma, porém com símbolos cristãos como cruzes de madeira e metal. Quando ocorrem em terras ainda não regularizadas pelo Estado, a semelhança com sepulturas não-indígenas tem contribuído para sua preservação e até mesmo para no passado os regionais ali enterrassem seus mortos.

e no Uruguai há inclusive duas cidades fronteiriças com o mesmo nome, onde estive em setembro de 2013, época das comemorações da Semana Farroupilha. Na ocasião perguntei a alguns gaúchos sobre o significado da palavra e obtive duas explicações básicas: 1) que advinha da expressão castelhana “El animal que hace gua”; 2) que teria uma relação com um antigo cemitério indígena que havia na região. Penso que a segunda explicação tem mais sentido etnológico considerando a presença de antigos povos Guarani naquela fronteira do MERCOSUL.



Figura 1: Sepultura Kaiowá em Takuara, município de Juti-MS, fotografada em 2005 por Jorge Eremites de Oliveira, onde havia uma cruz de madeira e pedras sobre o túmulo



Figura 2: Sepultura Kaiowá em Takuara, município de Juti-MS, fotografada em 2005 por Jorge Eremites de Oliveira, onde havia pedras sobre o túmulo.



Figura 3: Sepultura Kaiowá em Ñande Ru Marangatu, município de Antônio João-MS, fotografada em 2007 por Jorge Eremites de Oliveira, cercada com postes de madeira.



Figura 4: Ñanderu Kaiowá tocando *mimby* em antigo cemitério de Ñande Ru Marangatu, município de Antônio João-MS, fotografado em 2007 por Jorge Eremites de Oliveira.



Figura 5: Sepultura Kaiowá em Karumbé, município de Itaporã-MS, fotografada em 2007 por autor não informado e cedida por Marcos Homero Ferreira Lima, cercada com postes de madeira.



Figura 6: Sepultura de indígena no cemitério na aldeia Jaguapiru, na Terra Indígena Dourados, município homônimo, vítima de assassinato e fotografada em 2011 por Levi Marques Pereira



Figura 7: Sepultura do líder Kaiowá Marcos Veron, assassinado em 2003 em Takuara, município de Juti-MS, fotografada por Jorge Eremites de Oliveira em 2005.



Figura 8: Cemitério Kaiowá de Laguna Johá, entre Caarapó e Amambai, Mato Grosso do Sul, fotografado por um não-indígena depoente em 2014 na Comissão de Nacional da Verdade.



Figura 9: Cemitério Kaiowá localizado em Pakurity, terra indígena não regularizada em Dourados-MS, destruído em setembro de 2013 e fotografado logo em seguida por Marcos Homero Ferreira Lima. Até o começo daquele mês o lugar estava cercado e ali havia uma árvore e sepulturas com cruzes de madeira sobre os túmulos (MPF 2013).

Os dados etnográficos aqui apresentados são importantes, dentre outras coisas, para os arqueólogos (re) pensarem a compreensão das práticas funerárias verificadas em sítios arqueológicos associados a grupos portadores da *tradição Tupiguarani*, também chamados de *Guarani*⁵⁶. Este pode ser o caso de sepultamentos encontrados em

56 No âmbito da Arqueologia Brasileira, especialmente a partir da década de 1960, o termo *tradição* tem sido comumente utilizado para se referir a padrões tecnológicos que ocorrem em certos períodos e áreas geográficas. Esta terminologia pode servir para identificar *horizontes arqueológicos*, quer dizer, períodos de ocupação em determinadas regiões. Muitas vezes tradições tecnológicas líticas e ceramistas foram definidas a partir de “fósseis guias”, isto é, artefatos indicadores de padrões na produção de artefatos diversos. Hoje em dia, porém, muitas tradições têm sido revistas e alguns arqueólogos têm buscado fazer analogias (in) diretas com povos indígenas conhecidos historicamente. No caso da *tradição Tupiguarani*, também chamada de *Guarani*, trata-se de uma tradição tecnológica ceramista comumente associada a povos indígenas de língua guarani, cuja cronologia mais antiga recua ao redor do início da Era Cristã. No caso de Mato Grosso do Sul, as datas mais antigas chegam a 1.500 AP e as mais recentes situam-se no período colonial (Eremitas de Oliveira & Viana, 2000).

urnas funerárias, geralmente tampadas com tigelas de cerâmica. Em casos assim também pode ter havido análogas razões simbólicas e tradições religiosas de longa duração, pois há um *continuum cultural* que não pode ser ignorado. Portanto, cada vez que arqueólogos escavam cemitérios *Guarani*, eles não apenas profanam esses lugares, mas também liberam o *angué* ou *anguery* dos mortos.

Hoje em dia, nas áreas reivindicadas pelos *Guarani* e *Kaiowá* como terras indígenas, locais de sepultamentos têm sido relembrados e revisitados para a comprovação da ocupação tradicional em seus territórios. Este esforço de rememorar, e até mesmo de voltar a certos locais até então quase que esquecidos, é visto como uma estratégia que contribui para a obtenção de provas materiais que corroboram a memória social das comunidades sobre suas terras. Por outro lado, não são poucas as denúncias e as constatações de destruição desses locais por partes de ruralistas e demais pessoas que se opõem às reivindicações indígenas pela posse de parte de seus territórios tradicionais em Mato Grosso do Sul. O mesmo tipo de ação destrutiva tem sido observada em terras de ocupação tradicional dos *Terena*, como ocorreu em 2003 na Terra Indígena Buriti (Eremites de Oliveira & Pereira 2010, 2012; Eremites de Oliveira 2011, 2012).

O CASO DO CEMITÉRIO KAIOWÁ DE KARUMBÉ

Faz-se necessário trazer parte desta discussão para analisar uma questão pontual, a de um cemitério ligado à comunidade *Kaiowá* de Karumbé, localizado na Fazenda Santa Terezinha, no município sul-mato-grossense de Itaporã.

No primeiro semestre de 2007, uma liderança indígena de Karumbé, residente na aldeia Bororó, na Terra Indígena Dourados, procurou o Ministério Público Federal (MPF) em Dourados e solicitou

providências para a seguinte questão: pessoas contrárias a seus direitos queriam destruir um cemitério da comunidade, localizado naquela propriedade. O referido lugar está dentro de uma terra indígena não regularizada, parte da qual estaria na área de influência direta de um empreendimento sucroalcooleiro que seria construído na região.

Diante do ocorrido, o MPF acionou a superintendência do IPHAN no estado, com sede em Campo Grande, para que o mesmo apurasse os fatos e tomasse providências para evitar a destruição daquele patrimônio cultural. Foi então que o órgão enviou para Dourados um técnico de seus quadros, quem produziu um relatório constatando que o lugar correspondia, de fato, a um antigo cemitério indígena. Logo, seria um sítio arqueológico a ser protegido na forma da lei.

No entanto, a partir desse momento o órgão não tomou quaisquer medidas para a preservação do lugar. Por isso, meses depois o MPF acionou novamente o IPHAN e dele cobrou informações e providências sobre a questão. Foi então que em novembro de 2008, a superintendência regional do órgão, à época sob a responsabilidade de uma arquiteta, encaminhou ao MPF o Ofício nº. 344/GAB18ºSR/IPHAN-MS, com data de 13/11/2008, em que consta o seguinte:

[...]

1. À época da celeuma, março de 2007, foi enviado ao local o então técnico deste Instituto, sr. Daniel Corrêa, a fim de produzir relatório sobre a situação do suposto cemitério indígena em área da Fazenda Santa Terezinha, município de Itaporã – o qual segue anexo a este ofício, conforme vossa solicitação.
2. O citado relatório tece algumas considerações, como a de que, de acordo com o quadro verificado in loco e as informações transmitidas por indígenas moradores da região, o cemitério realmente seria um cemitério indígena, ainda que tenha sido

também utilizado por não-indígenas.

3. Em 16 de abril de 2007, o então Superintendente Substituto, Eduardo Melo da Silva, replicou as considerações e as proposições emanadas do relatório do sr. Corrêa, transmitindo-os no Ofício nº. 063/07-GAB18ªSR/IPHAN-MS ao Procurador Charles Stevan da Mota Pessoa.
4. No entanto, após maiores discussões sobre o assunto, foi-se depurando as informações e a interpretação do relatório, conduzindo a uma flexibilização da associação do cemitério a um sítio arqueológico tradicional.
5. De fato, ao se levar em consideração os parâmetros técnico-científicos da Arqueologia para a caracterização de um determinado sítio como arqueológico, o cemitério em questão deixa de possuir tal significado, uma vez que não traz vestígios materiais – artefatos líticos e cerâmicos e inscrições, notadamente – que atestem a presença, em longa duração, de populações pretéritas. Este último critério é fundamental, uma vez que a utilização atual do cemitério revela a permanência de seu uso mediante a continuidade no tempo de uma mesma comunidade.
6. A natureza do cemitério em questão ainda guarda a condição de sua dupla utilização por índios e não-índios, o que remete a duas características marcantes do meio rural no estado: uma, a utilização nas fazendas, comum em certo período, de mão de obra indígena e não-indígena, especialmente de origem paraguaia; outra, a constituição em diversas fazendas de cemitérios, em função das distâncias aos centros urbanos (ainda que em muitos casos tais cemitérios tenham se constituído a partir de antigos cemitérios indígenas).

Assim, esclarecemos aqui que as ações prescritas pelo Ofício nº. 063/07-GAB, objeto de vossa solicitação de 14 de outubro, não tiveram prosseguimento em virtude do quadro subsequente desenvolvido e explanado acima. Temos que a natureza do sítio em questão configura-se menos arqueológica e mais sob uma ótica antropológica, na qual revelam ainda elementos característicos

do processo de definição fundiária das populações nativas no território que veio a ser Mato Grosso do Sul – o que leva-nos a acreditar que tal quadro fuja das atribuições do IPHAN (In: Procedimento Administrativo – Autos nº. 1.21.001.000039/2006-35, MPF/Dourados, Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul).

O caso em tela é emblemático para compreensão do assunto aqui discutido. Isso porque diante da transcrição apresentada, nota-se uma controvérsia sobre a preservação de antigos cemitérios indígenas existentes em terras reivindicadas por comunidades originárias em Mato Grosso do Sul. A polêmica maior reside no fato de o IPHAN regional entender – de maneira flagrantemente equivocada – que sítios arqueológicos indígenas são aqueles lugares onde ocorrem evidências materiais de um passado pré-colonial, associadas a uma ocupação de longa duração. Esta situação chama à atenção, dentre outras coisas, para três questões centrais, resumidas adiante.

Primeira, uma explícita contradição do IPHAN em Mato Grosso do Sul no que se refere ao resultado do relatório de um de seus técnicos e o posicionamento oficial de sua superintendência. Dito de outra maneira, a posição do órgão sugere que dentro de sua hierarquia há pessoas que estariam e outras que não estariam autorizadas a manifestar sua expertise sobre determinados assuntos.

Segunda, uma visão essencialista e, portanto, colonialista, sobre o conceito de sítio arqueológico, especificamente acerca da avaliação feita sobre o cemitério indígena em discussão. Ocorre que para considerá-lo como tal, ao menos segundo a posição formal do IPHAN regional, o cemitério teria de conter evidências materiais associadas a um passado indígena anterior aos contatos com os conquistadores europeus e seus sucessores euroamericanos. Nas palavras de sua superintendência, cemitérios indígenas seriam apenas locais com certos “vestígios materiais – artefatos líticos e cerâmicos e inscrições, notadamente – que atestem a presença, em longa duração,

de populações pretéritas”. Este ponto de vista, apoiado em um discurso cientificista, remete ao paradigma da aculturação, ainda em voga para certos arqueólogos e até mesmo para funcionários públicos empoderados com o cargo que lhes foi confiado pelo Estado. Não é por acaso que sua posição vai ao encontro da postura adotada pelo arqueólogo responsável por uma perícia viciada feita sobre a Terra Indígena Sucuri’y, no município sul-mato-grossense de Maracaju (ver Eremites de Oliveira 2007).

Terceira, omissão no que diz respeito à proteção de bens de natureza arqueológica, quaisquer que sejam eles, diante da apresentação ao MPF de um conceito anti-indígena de sítio arqueológico. Ao fazer isso a superintendência do IPHAN regional deixou de cumprir uma obrigação e corroborou com práticas usuais de destruir evidências materiais que comprovam a ocupação tradicional em áreas reivindicadas como terras indígenas. Mais que isso, relegou o tema à Antropologia e não à Arqueologia, como se as fronteiras entre esses dois campos do conhecimento fossem tão nítidas e fáceis de serem definidas em um ofício de poucas laudas⁵⁷.

Trata-se, portanto, de um assunto polêmico que suscita problemas, dilemas e desafios a serem tratados neste momento em que a Antropologia Sociocultural e a Arqueologia passam por uma profícua reaproximação estratégica, oportuna e inovadora no Brasil (Eremites de Oliveira 2014). A situação chama à atenção ainda para a necessidade do permanente (re) pensar sobre a prática arqueológica no país e o papel do IPHAN na defesa do patrimônio arqueológico em territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais.

57 Em 2003 a superintendência regional do IPHAN foi informada sobre a destruição de um cemitério Terena na Terra Indígena Buriti, localizada nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos de Buriti, na região serrana de Maracaju, mas nenhuma providência formal foi tomada para apurar a denúncia (ver Eremites de Oliveira & Pereira 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de descolonização da Arqueologia também passa pelo estabelecimento de uma relação simétrica com os *Outros* e por isso há a necessidade de relativizar e problematizar o conceito de sítio arqueológico no Brasil. A discussão torna-se ainda mais relevante quando aplicada à garantia de direitos de povos originários e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social. Este é o caso dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, onde antigos cemitérios indígenas têm sido sistematicamente destruídos para apagar a memória e anular o patrimônio cultural dos povos originários naquela parte do país. Destruindo esses sítios arqueológicos querem apagar provas materiais sobre a ocupação tradicional em terras indígenas ainda não homologadas pelo Estado.

A situação passa a ter dimensões alarmantes quando a própria superintendência regional do IPHAN adota uma postura colonialista ao entender que tais lugares não são sítios arqueológicos, relegando a cultura material indígena apenas a um passado pré-colonial. Ao proceder assim, a direção local do órgão desautorizou um entendimento diferente sobre o assunto no âmbito administrativo e foi além: prevaricou e corroborou com a violação de direitos dos povos indígenas na região.

A bem da verdade, a trajetória dos Guarani, Kaiowá e outros povos indígenas no Brasil contemporâneo tem sido marcada negativamente pelo colonialismo interno, cujas ações são orientadas pelo paradigma do desenvolvimentismo a qualquer custo. A partir desta importante categoria de análise podem-se compreender relações sociais e de poder, práticas e saberes que marcam a relação do Estado e da sociedade nacional para com minorias étnicas. Tais relações são caracterizadas por múltiplas estratégias de exploração e submissão de povos e comunidades tradicionais a uma ordem que desrespeita seus direitos em nome da “civilização” e do “progresso”. Além disso,

o colonialismo enquanto um conjunto de problemas inerentes à produção de saberes e à prática em Arqueologia é fundamental para compreender a dinâmica deste campo do conhecimento. Exemplo disso é a necessidade de posicionar-se criticamente frente à autoridade científica e à idéia de aculturação que ainda marcam os olhares de muitos arqueólogos sobre povos indígenas na atualidade. Refiro-me aqui de maneira mais específica à produção de laudos periciais viciados e a contralaudos do tipo *junk science*, usados de maneira parcial e deliberada para questionar o resultado de estudos oficiais que reconhecem certas áreas como terras indígenas.

Por último, espero que este trabalho possa estimular a produção de novos estudos arqueológicos envolvendo a memória social e o patrimônio cultural existente em terras indígenas, especialmente naquelas ainda não regularizadas pelo Estado brasileiro. Essas são as áreas em que o uso da Arqueologia pode contribuir para a luta em defesa dos direitos dos povos indígenas nesta parte da América do Sul. A mesma proposta é válida para áreas ocupadas por comunidades remanescentes dos quilombos e outras populações tradicionais.

REFERÊNCIAS

- ATALAY, S. Indigenous Archaeology as decolonizing practice. **The American Indian Quarterly**, Lincoln, 30(3-4): 280-310. 2006.
- BALANDIER, G. A noção de situação colonial. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. Revisão de Paula Monteiro. **Cadernos de Campo**, São Paulo, 3: 107-131. 1993
- BEZERRA, M. As Moedas dos Índios: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Belém, 6: 57-70. 2011.
- BRAND, A. J. **O confinamento e seu impacto sobre os Pai-Kaiowá**. Dissertação de Mestrado em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- BRAND, A. J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Tese de Doutorado em História – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- BRAND, A. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Guarani e Kaiowá no MS**. **Tellus**, Campo Grande, 4(6): 137-150, 2004.
- BRASIL, Ministério Público Federal. *MPF investiga destruição de cemitério indígena em Dourados*, 2013. Disponível em <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2013/10/mpf-investiga-destruicao-de-cemiterio-indigena-em-fazenda-de-dourados>. Acesso em 05/03/2014.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **A Sociologia do Brasil Indígena**. Brasília: Editora UnB, 1978.
- CAVALCANTE, T. L. V. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. 2013. Tese de Doutorado em História – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis. 2013.

COOPER, F. **Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History.** Berkeley: University of California Press. 2005.

DIRKS, N. B. (Ed.). **Colonialism and Culture.** Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1995.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. **Guató: argonautas do Pantanal.** Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. **Da pré-história à história indígena: (re) pensando a Arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal.** 2002. Tese de Doutorado em História/Arqueologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. **Arqueologia das sociedades indígenas no Pantanal.** Campo Grande: Editora Oeste, 2004.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da Terra Indígena Sucuri'y. **Cultura e sociedade**, Goiânia, 10(1): 95-113, 2007.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Sistema de assentamento e processo de territorialização entre os Terena da Terra Indígena Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil. **Habitus**, Goiânia, 9: 166-196, 2011.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. O uso da arqueologia para a produção de laudos antropológicos sobre terras indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Tellus**, Campo Grande, 12(22): 27-48, 2012..

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Jus Sperniandi: proposta de criação de uma graduação em Antropologia em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, 9(21): 1-37, 2014.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; VIANA, S. A. O Centro-Oeste antes de Cabral. **Revista USP**, São Paulo, 44: 142-189, 2000.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. **Ñande Ru Marangatu:** laudo antropológico e histórico de uma terra Kaiowá na fronteira do Brasil como Paraguai, município de Antônio João, *Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora UFGD. 2009.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In: AGUIAR, Rodrigo Luiz S. et al. (Org.). **Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica**: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação. Dourados: Editora UFGD, p. 185-208. 2010.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. **Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju**, Mato Grosso do Sul. Dourados: Editora UFGD, 2012.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Prefácio de Jean-Paul Sartre. Tradução de Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Prefácio de Lewis R. Gordon. Salvador: Editora UFBA, 2008.

FERREIRA, L. F. Essas coisas não lhes pertence: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. **Revista de Arqueologia Pública**, São Paulo, 7: 87-106, 2013.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia**. São Paulo, Ática, 1988.

GNECCO, C. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Belém, 4 (1): 15-26, 2009.

GNECCO, C.; LANGEBAEK, C. H. (Ed.). **Contra la tiranía tipológica en Arqueología**: una visión desde Sudamérica. Bogotá: Uniandes, 2006.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. **O colonialismo global e a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo en América Latina. **Revista del Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales**, México D.F., 6(3):15-32, 1963.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. O colonialismo interno. In: GONZÁLEZ CASANOVA, P. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Tradução de Ana Carla Lacerda. Introdução de Marcos

Roitman Rosenmann. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: LPP; Buenos Aires: Clacso, 2002.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno [una redefinición]. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Comp.). **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, p. 409-434. 2006.

HIMES, D. H. (Ed.). **Reinventing Anthropology**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1972.

MELIÀ, B.; GRÜNBERG, G.; GRÜNBERG, F. **Los Paĩ-Tavyterã**. Etnografía guaraní del Paraguay contemporáneo. 2. edición corregida y aumentada. Asunción: CEADUC-CEPAG, 2008.

MORAES, I. P. de M. **Do tempo dos Pretos d'antes aos Povos do Aproaga: patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA)**. Dissertação de Mestrado em Antropologia/Arqueologia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

NIMUENDAJU, C. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. Tradução de Charlotte Emmerich e Eduardo B. Viveiros de Castro. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1987.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **“O Nosso Governo”**: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero/MCT-CNPq, 1988.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Entre la ética del diálogo intercultural y una nueva modalidad de colonialismo. Los pueblos indígenas em las Directrizes del Banco Mundial. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. (Comp.). **Hacia uma Antropologia del Indigenismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 2006. p.201-218.

PELS, P. The Anthropology of colonialism: culture, history, and the emergence of Western Governmentality. **Annual Reviews of Anthropology**, Palo Alto, 26:163-183. 1997.

PELS, P. What has anthropology learned from the anthropology of colonialism? **Social Anthropology**, London, 16(3): 280-290, 2008.

- RENFREW, C. ; BAHN, P. **Arqueología: teorías, métodos y práctica**. 2ª ed. Traducción de María Jesús Mosquera Rial. Madrid: Akal, 1998.
- ROCHA, B. C. et al. Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 26 (1): 130-140. 2013.
- SANTOS, A. F. M.; PACHECO DE OLIVEIRA, J. (Org.). **Reconhecimento étnicos em exame**: dois estudos sobre os Caxixó. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2003.
- SILVA, F. A. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, 8 (16): 121-139, 2009.
- SILVA, F. A. et al. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatínemu, Rio Xingu, Pará. **Amazônica**, Belém, 3(1): 32-59. 2011.
- SMITH, L. T. **Descolonizing methodologies: research and indigenous peoples**. 8ª imp. London: Zed Books Ltd; Dunedin: University of Otago Press, 2005.
- STUCHI, F. F. **A ocupação da Terra Indígena Kaiabi: Etnoarqueologia e História Indígena**. Dissertação de Mestrado em Arqueologia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- WANDERLEY, E. C. G. **“É pote de parente antigo!”** A relação dos indígenas Apurina da Terra Indígena Caititu com os sítios e objetos arqueológicos, Lábrea/AM. Dissertação de Mestrado em Antropologia/Arqueologia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- WILLIAMS, P.; CHRISMAN, L. (Ed.). **Colonial Discourse and Post-colonial Theory; A Reader**. New York: Columbia University Press, 1994.

A CULTURA MATERIAL VISTA A PARTIR DA RELAÇÃO INFORMAÇÃO, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: o patrimônio arqueológico em sua função social

*Carlos Xavier de Azevedo Netto*⁵⁸

INTRODUÇÃO

A arqueologia pode ser entendida como a disciplina que tem como objeto de estudo os elementos da cultura material em qualquer de suas dimensões, espaciais ou temporais, como foi apontado por Dunnell (2005). Os artefatos que compõem essa cultura material são considerados como aqueles elementos que são produzidos pelo homem ou por ele significados⁵⁹. A partir do momento que esses artefatos assumem essa relação estreita com seus produtores, indicando a possibilidade de serem considerados como fonte de informação do comportamento de grupos que os utilizaram, já que cada atributo observado nos artefatos equivale a uma expressão fóssil de uma ação ou conjunto de ações, que acaba por expor determinada forma de comportamento, o que leva a considerar um sistema cultural em que há a transferência da informação de condutas, crenças, valores e modos de fazer. Assim, o conjunto de objetos recuperados pelo

⁵⁸ Docente dos PPGCI (Ciência da Informação) e PPGA (Antropologia), ambos da UFPB, bolsista de produtividade de pesquisa do CNPq.

⁵⁹ Como foi apontado por Renfrew; Bahn (2004) acerca dos artefatos, biofatos e ecofatos como componentes da cultura material.

arqueólogo, parte da cultura material, é um segmento significativo de um sistema cultural mais amplo, sendo que:

[...] os sistemas culturais são sistema de transmissão contínua da informação adquirida e acumulada, que completam o comportamento instintivo do homem, e onde intervêm signos e símbolos particularmente úteis frente a seleção natural [...] Em qualquer caso, a eficácia de um sistema cultural determinado depende claramente da quantidade de informação que pode armazenar ou difundir por qualquer meio ou nível consciente ou inconsciente. (CLARKE, 1984, p.75)

Tais colocações levam a aproximar a Arqueologia, enquanto disciplina afeita a cultura material com a Ciência da Informação, já que a primeira trata com fontes de informação comportamentais de evento e grupos de um passado, remoto ou não. De um ângulo mais tradicional, essa relação era vista somente como uma aproximação entre a arqueologia e a ciência da informação, principalmente no que diz respeito aos aspectos de registro e recuperação da informação. Isto, sem mencionar o fato do aspecto avaliativo que a ciência da informação carrega na delimitação do perfil desta comunidade em particular, no tocante à sua produtividade, à formação dos grupos e linhas de pesquisa e às formas de transferência da informação, entre os pares, das informações produzidas. Pode-se dividir essa relação em duas vertentes contínuas, a primeira avaliativa, mas tradicional, e uma integrativa, mais recente.

A vertente mais tradicional dos estudos sobre a informação tem um suporte bem marcado na sociologia da ciência, nos estudos de política científica e na biblioteconomia, na qual começou a se consolidar um campo de estudos preocupado não com a informação em si, mas antes como essa informação pode alterar estados anteriores, por exemplo, nos processos de tomada de decisão. Esta vertente está marcada pelos estudos de Price (1976) e outros. Esta abordagem, que

se funda em uma base positivista, fica denominada como mertoniana, já que considera o fenômeno informacional como passível de redução numérica.

No desenvolvimento desta área, a informação passa a ser vista como um fenômeno inerente à prática humana, ligando-a aos aspectos socioculturais em que essa informação é produzida. Assim, o foco principal dos estudos passa a ser não mais a informação em si mesma, de modo autônomo e positivo, mas como um evento dentro de um processo comunicacional. Com isso, ganham terreno os estudos de formas de representação dessa informação, a criação de sistemas de informação voltados para o usuário e as formas socioculturais de registro, transferência da informação e consumo, a partir de mecanismos informais de tratamento da informação. Vale salientar que estas duas vertentes de estudos não são mutuamente exclusivas, e que hoje em dia convivem perfeitamente.

A nova configuração vai aproximar ainda mais as duas disciplinas, já que as duas procuram ver e tratar como seus objetos as diversas formas com que determinados eventos estão estruturados e ocorrendo. Com a ampliação do leque de preocupações da arqueologia, a relação com os estudos de informação aumenta ainda mais, como pode ser exemplificado nos trabalhos de Gardin (1985/1992), Mendonça de Souza (1989) e Azevedo Netto (2013).

Nessas aproximações, pode-se incluir um novo elemento, quando se consideram as demandas por ações de educação patrimonial, que é a transferência da informação, como um elo entre os campos da ciência da informação e da arqueologia, bem como a produção de novos problemas. Embora o termo educação patrimonial esteja sendo alvo de críticas e reformulação, quando do aparecimento dos princípios da chamada Arqueologia Pública, onde coloca de forma mais contundente a participação das comunidades de entorno dos sítios arqueológico no processo de preservação deste patrimônio e como possibilidade de emponderamento do grupo.

A QUESTÃO DA MEMÓRIA PERMEADA PELA INFORMAÇÃO

Entende-se por memória aquele conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, possuem experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado, quer imediato quer remoto. Na formação desta relação se encontra um processo de construção onde o aspecto seletivo dos elementos constitutivos dessa memória na sua conformação. A seleção dos elementos está subordinada ao princípio do esquecimento, para integrante da formação das memórias, como foi pontuado por Ricouer (2007).

Ao mesmo tempo é necessário frisar que a memória, enquanto uma construção socialmente aceita acaba rompendo com a pontuação da duração, o tempo passa a ser contínuo, como foi discutido e polemizado por Bergson (2011). Essa relação está sempre mediada pela experiência, visto que:

A memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente [...] é uma representação produzida através da experiência. Constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos – como canais de comunicação entre dimensões temporais -, ao invés de rastros e restos como no caso da lembrança. [...] A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte da perspectiva de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimento. Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para consciência histórica e cultura, uma vez que pode abranger a totalidade do passado, num determinado corte temporal. (DIEHL, 2002, p. 116)

Essa noção está transpassada por um universo simbólico dos mais significativos, já que ela constitui, através de um processo de

representação, onde são criados referentes para sua cristalização nas consciências, quer individual quer coletivas, aproximando-a em muito, da noção de identidade. A noção de memória, portanto, se dá perante:

A situação de estetização simbólica ou, em outras palavras, a ornamentação de signos e significados de determinados grupos sociais étnicos privilegia uma re-colonização das experiências do cotidiano, especialmente levando-se em conta a profunda crise atual dos valores e seus respectivos projetos de futuro. Aqui, novamente o debate entorno da memória e da identidade poderá ser uma opção de entendimento e compreensão. (DIEHL, 2002, p. 113)

Entendendo a memória como o encadeamento de elementos que remetem a um passado, real ou fantástico, e que são dados a partir da esfera da consciência individual e, através de um processo de fragmentação e intersubjetivação, construída a partir da esfera coletiva, que é referendada no reconhecimento dos patrimônios culturais, recuperados. A multiplicidade de memórias presentes na vida cotidiana leva a considerar que:

A questão fundamental continua sendo a dos atributos da memória. Todos sabiam que uma memória não se molda necessariamente a uma ordem cronológica, que ela pode ser irruptiva, projetiva, confusa, contraditória [...]. As funções culturais das memórias ditas coletivas não correspondem senão a uma maneira possível, dentre outras, de estabelecer uma ordem dinâmica de traços mnêmicos. [...].

A memória não deixa de brincar com a identidade, embora mantenha um pacto com ela. Para quem quer que seja, o interesse conferido a lembrança só se torna princípio de satisfação na confusão das evocações nesse emaranhado que chama outras lembranças, ainda que a busca da verdade ou da autenticidade seja a sua finalidade aparente. (JEUDY, 1990, p. 19)

Assim, embora seja uma estrutura conceitual polissêmica, a noção de memória apresenta peculiaridades quando relacionada ao universo documental, como pode ser observado pela Museologia, Ciência da Informação e pela Arqueologia. A memória, a partir dessas disciplinas, é considerada uma construção, que através de das relações que o presente estabelece com o passado e com um projeto de futuro, como foi indicado tanto por Bergson (2011) e Ricouer (2007), em fluxo de coisas, forma que foi polemizado por Ingold (2012), em um processo contínuo onde a duração e a interação das coisas se fazem modelar e contratar memórias em um determinado grupamento humano, em tempo e espaços relacionados e específicos. Com isso, as referências de memória, os documentos, reconfiguram o real em que os indivíduos de situam e interagem com o mundo e suas coisas (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005).

Em sua relação com os elementos materiais da cultura, encontra-se a questão do fenômeno da memória enquanto processo. Isso foi abordado por Jones (2007, p. 5/6) quando demonstra a relação entre a evolução do homem com os mecanismos de memória.

Donald takes an explicitly evolutionary approach to the cognitive development of the human mind. He proposes a series of evolutionary phases in the development of hominid (or hominin) cognitive abilities which include the episodic, mimetic, linguistic (or mythic), and theoretic. These phases are cumulative, and each is associated with new systems of memory representation. The final

of these phases involves the development of systems of memory storage and retrieval that are external to the person. (...)

(...) Renfrew (1998, 2) has rightly criticised Donald for the abrupt nature of these phases, which jump from the development of language in the Upper Palaeolithic to the earliest writing. To rectify this, he includes the development of symbolic material culture – itself a form of external symbolic storage – during the Neolithic and Bronze Age as an adjunct to Donald’s scheme. Renfrew’s critique is important because it emphasises the fact that most forms of material culture are mnemonic in character.

Mas tratar a memória como uma forma de armazenamento simbólico, acarreta uma postura que isolaria a mente do restante do mundo, quebrando todo fluxo entre o indivíduo e o seu entorno. Voltando-se a Jones (2007) a memória deve ser vista como um canal, “*gateway*”, que estabelece a mediação entre a mente e o real, agregando a própria revisão de experiências já armazenadas na memória, em um processo de semiose.

A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PERMEADO PELA INFORMAÇÃO

Patrimônio é um termo que traz consigo uma polissemia acentuada, com diversos usos e significações, que variam da situação de interlocução em que se emprega. Tal como outros termos, a sua variada empregabilidade pode acarretar certa confusão no entendimento. Além desse aspecto, em algumas situações a expressão patrimônio vem agregada de outros termos que se pretendem específica, mas

trazem consigo uma maior confusão. É o caso da expressão patrimônio cultural, que aglutina dois termos de grande polissemia, o patrimônio e a cultura, enquanto conceitos abrangentes e de limites pouco fixados.

No que tange a Ciência da informação, quando se considera que a informação, objeto de estudo e definidor da disciplina, enquanto produto humano, inscrito em um tempo, espaço e cultura próprios, deve ser considerado como um artefato (PACHECO, 1995). A partir daí, a noção de Patrimônio Cultural aproxima-se da noção de documento, na medida em que:

Para Buckland (1997; 2009), a cultura material e até mesmo performances podem ser consideradas documentos e, portanto, devem ser incluídas entre os objetos de estudo da Ciência da Informação. Para ele, se um documento pode (ou não) ser armazenado é um interesse técnico e processual, mas não é isso que define um documento. Um documento, segundo Buckland (2009), é algo que nos ensina ou informa sobre alguma coisa. De qualquer forma, o autor não rejeita concepções discordantes, pois, segundo ele, “com diferentes definições, podemos alcançar interessantes ideias” (BUCKLAND, 2009), ao contrário do que aconteceria se considerássemos que existe apenas uma visão correta. (SOUZA; CRIPPA, 2010, p.2)

Na busca do processamento da informação acerca do patrimônio cultural, a Ciência da Informação acaba por produzir meta-documentos, no sentido de registros dos atributos dos mais diferentes elementos que compõe o acervo de coisas de um determinado grupo, em um tempo e espaço. Mas esta visão tem se alargado um pouco mais, com o aprofundamento dos estudos memoriais na área, que resultaram na construção de aportes multidisciplinares para entendimento da informação proveniente do patrimônio cultural, nas suas múltiplas apresentações. Isso se trona mais contundente quando do reconhecimento e sistematização dos processos de tratamento

do patrimônio cultural imaterial, este sim fundado na noção de documentação, como foi exposto por Souza; Crippa (2010). Com isso, o “objeto” Patrimônio Cultural vem propiciando um alargamento de fronteiras epistêmicas e metodológica, por meio da busca de instrumentos de análise e tratamento do fenômeno, e forma mais acurada e atendendo a dimensão de complexidade que o fenômeno demanda.

Extrapolando-se a definição legal, constante na Constituição Federal (BRASIL, 1988) a aglutinação entre patrimônio e cultura faz com que o conceito atinja níveis diferentes daqueles observados no texto legal. Considerando a cultura como o conceito antropológico (independente da corrente que se filie), e nessa situação como atributo definidor da espécie humana, no que tange produção, no trato, reconhecimento e significação do simbólico, a categoria patrimônio extrapola a questão de referência, mas sendo considerada como essência do indivíduo em relação ao seu grupo, ligada a esfera do pensamento, já que passa pelo reconhecimento.

Assim, o patrimônio cultural passa de uma estrutura meramente referencial e subordinada, com a hierarquização das sociedades e a consequente hegemonia dos mecanismos de representação, para uma categoria de pensamento. Essa transformação está intimamente vinculada a evidenciação do patrimônio como algo detentor de uma simbolização (imaterialidade) que é inerente a sua natureza, presença e reconhecimento. Neste ponto:

Não poderemos responder qual a melhor opção em termos de política de patrimônio. Mas, apontando para dimensão universal dessa noção iluminar as razões pelas quais os indivíduos e os grupos, em diferentes culturas continuem a usá-la. Mais do que um sinal diacrítico a diferenciar nações, grupos étnicos e outras coletividades, a categoria patrimônio, em suas variadas representações,

parece confundir-se com as diversas formas de autoconsciência cultural. (Gonçalves, 2003, p.28)

Levando-se em conta que essa formação de pensamento é influenciada pelo reconhecimento do patrimônio cultural como um vínculo que norteia a constituição do indivíduo e sua sociabilidade. Dentro dos diferentes grupos a documentação referente à sua identidade não passa por uma categoria histórica determinada, fica muito difícil reconstituir a cotidianidade desses grupos, daí a necessidade de identificarem-se os elementos, materiais ou imateriais, com que essa comunidade de reconhece como um grupo. Para o preenchimento desta lacuna deve-se recorrer a documentos de naturezas diversas aos elencados tradicionalmente, como foi proposto por Le Goff (2003), o que volta a remeter ao caráter simbólico do próprio patrimônio cultural, reforçando a ótica da reflexividade no tratamento destas questões (DUARTE, 2003) o que começa a indicar a necessidade de procedimentos multidualógicos ou simétricos (LATOUR, 1997) que tratem e representem essa questão.

OS OBJETOS/COISAS COMO MEDIADORES DAS RELAÇÕES

Com a divulgação da teoria semiótica de Peirce nas Ciências Sociais/Humanas, as proposições teórico-metodológicas, assentadas em uma postura dualista tem sofrido críticas e revisões, como podem ser visto nos movimentos “pós” das diversas áreas. Esse movimento tem sido reforçado na atualidade pelas posturas que buscam uma maior equivalência entre o universo humano, ou humaniforme, com os demais elementos que compõem o mundo, já que este ser não é o detentor de toda e qualquer potência de designo perante o universo.

Com esse contexto, as noções de memória e patrimônio, enquanto instâncias permeadas e dinamizadas pela informação apresentam-se de forma mais processual e dinâmica, como um movimento de coisas, que podem ser tornar objetos e objetos que podem se tornar coisas (INGOLD, 2012), em um constante fluxo e refluxo. Quando Latour (1994) coloca a questão da simetria, em função de uma série de estudos feitos acerca da antropologia da ciência com outros autores, indica a necessidade de quebra da barreira entre o humano e o não-humano, para o entendimento das dinâmicas e processos de objetivação e subjetivação da realidade. Mas essa postura ainda parte de uma lógica a partir do humano como articulador, centralizador, de uma teia de sentidos, distanciando os elementos do mundo, quer produtos dele quer reconhecido na sua percepção.

A própria noção de cultura material passa a ser vista em uma amplitude que inclui outros elementos além daqueles produtos diretos do homem, como foi indicado por Silveira e Lima Filho (2005). Além dos artefatos, o ambiente, as coisas do mundo assumem uma potência de significação que não era sistematizada, e reconhecendo-se os fluxos existentes no mundo, fora da propulsão humana, independente dela como foi discutido por Ingold (2012). Com isso, percebe-se, a partir das novas formas de relacionamento e ação que podem ser estabelecidas na realidade, que a conceituação tradicional de cultural material restringe as formas de observação e tratamento dos fenômenos culturais, ficando clara a necessidade de se considerara como propulsores de ações tanto os objetos produzidos pelo homem, como também o ambiente, em sua acepção mais ampla, como estruturas que delimitam e influenciam as ações do homem, como coisas, na definição de Ingold (2012). Sendo aí que se vislumbra e pode entender a atuação socializada ou social do patrimônio.

Essa nova forma de encarar os fenômenos humanos e não-humanos de forma relacional pode ser vislumbrada nos dois trabalhos arqueológicos apresentados no Seminário Informação, Patrimônio e

Memória: Diálogos interdisciplinares. O primeiro trabalho procura tratar da relação entre as comunidades, de Joanes em Marajó (PA), com os remanescentes arqueológicos existentes no seu entorno (BEZERRA, 2014). Através da articulação do saber arqueológico com o saber local sobre as coisas do seu mundo é que a comunidade, em ações intersubjetivas constrói as suas referências, incorporando elementos que em uma abordagem cronológica não teriam relação com esses indivíduos, mas eles a constroem. O outro trabalho que parece tomar esse caminho é o de Oliveira (2014), a partir de uma objetivação prática, a demarcação de terras indígenas Kaiowá através de demarcação de seus cemitérios, demonstra a importância e as diferentes formas de incorporação e manutenção no discurso de elementos, coisas que se tornam culturalizados em função das ações que são estabelecidas entre a comunidade indígena, onde o próprio relevo, matas e hidrografia entram como indicativos de dimensões simbólicas para esse grupo, em função de suas interações. Nessa ótica, pode-se observar a ação social do patrimônio arqueológico de forma mais fluída, contínua e de duração (BERGSON, 2011).

Assim, a composição do registro arqueológico, enquanto fonte de informação sobre comportamentos pretéritos, composto pela interação dos artefatos, coisas e os arqueólogos, começa estabelecer outra teia de relações, não mais da comunidade passada produtora com os arqueólogos do “presente”, mas incluindo aqueles atores que tem um outro tipo de relação com as coisas de seu mundo, em dinâmica própria dentro das formas de intersubjetividade que os grupos propõe, inclusive com os próprios arqueólogos. Essas formas ampliadas de inter-relação das coisas com os humanos, podem ser consideradas como uma sobreposição de teias, que vai se compor com o conceito de rizoma de Deleuze; Guatari (1980).

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. **A representação e interpretação de um antigo sistema de informação: Os grafismos rupestres no Brasil**, João Pessoa, Editora UFPB, 2013.
- BERGSON, Henri. **Memória e vida: textos escolhidos**, São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BEZERRA, Marcia. Informação, patrimônio e arqueologia: reflexões a partir da Amazônia, in AZEVEDO NETTO, C. X. A. (Org.). **Informação, Patrimônio e Memória: Diálogos interdisciplinares**, João Pessoa, Editora da UFPB, 2014.
- CLARKE, David L. **Arqueologia analítica**. 2. ed. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1984.
- DELEUZE, Giles & GUATARI, Felix. **Capitalism et Schizophrénie - Mille Plateaux**, Paris, Editions de Minuit, 1980
- DIEHL, Astor A. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 2002.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social. In: CARDOSO, R. C. L. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 69-92.
- DUNNELL, Robert C. **Classificação em arqueologia**. Tradução Astolfo C. Araújo. São Paulo: EDUSP, 2007.
- FUNARI, Pedro P. A. **Arqueologia e patrimônio**. Erechin: Habilis, 2007.
- GARDIN, Jean-Claude. **Code pour l'analyse des formes de poteries**. Paris: Editions du CNRS, 1985.
- _____. Semiotic trends in archaeology. In: GARDIN, J. C.; PEEBLES, C. S. (Ed.). **Representations in archaeology**. Indianapolis: University of Indiana, 1992. p. 87-104.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais, in **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

JONES, Andrew. **Memory and Material Culture**, Cambridge, Cambridge University Press. 2007.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos** - Ensaio de Antropologia Simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Etal. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo A.C. **Museus arqueológicos como banco de dados** - Algumas questões relativas à classificação de material arqueológico em museus, trabalho apresentado ao simpósio Museus de Arqueologia - Problemas e Perspectivas, São Paulo, Instituto de Pré-História da USP, 1989.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. **Memória, Patrimônio e Colonialismo: Contribuições da Etnoarqueologia para a compreensão e preservação de cemitérios indígenas (Kaiowá) em Mato Grosso do Sul**, in AZEVEDO NETTO, C. X. A. (Org.). **Informação, Patrimônio e Memória: Diálogos interdisciplinares**, João Pessoa, Editora da UFPB, 2014.

PACHECO, Leila S. Informação enquanto artefato. **INFORMARE - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 20-24, 1995.

PRICE, Derek J. de Sola. **O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica**. Tradução Simão Mathias. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Archaeology: Theories, methods and practices**, Fourth Editions, London, Thames & Hudson. 2004.

RICOEUR, P. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp, 2007.

SILVEIRA, F.L.A.; LIMA FILHO, M.F. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto, in

Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005

SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial, in **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 241-255, jul./dez. 2011.

SOBRE OS AUTORES

CARLOS XAVIER

Bolsista de Produtividade de Pesquisa do CNPq, nível 2. Possui graduação em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá (1986), mestrado em História e Crítica da Arte - Área de Concentração em Antropologia da Arte - pela Escola de Belas Artes (1994) e doutorado em Ciência da Informação pela Escola de Comunicação/IBICT (2001), ambas da UFRJ, tratando da temática das representações rupestres pré-históricas, tanto o mestrado como no doutorado. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal da Paraíba, no Departamento de Ciência da Informação, atuando como docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI e de Antropologia - PPGA, ambos da UFPB bem como, na qualidade de colaborador, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - PPGCI da UFPE, como coordenador do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR e do PPGCI, e atua, eventualmente, como consultor da Habtec Engenharia Ambiental, participa como revisor e autor das revistas: Revista de Arqueologia, Informação & Sociedade, Ciência da Informação, Habitus, Vivência, Transinformação e Fronteiras. Consultor Ad Hoc do CNPq, CAPES, FAPERN e da UFRN. Tem experiência na área de Arqueologia e Ciência da informação, com ênfase em Arqueologia Pré-Histórica e Informação Memorialística, atuando principalmente nos seguintes temas: memória e patrimônio cultural material, teoria da representação, patrimônio arqueológico, avaliação, arte rupestre, preservação e digitalização do patrimônio arqueológico, interseção patrimônio e informação.

VERA DODEBEI

Professora Associada IV da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro no Programa de Pós-Graduação em Memória Social (mestrado e doutorado). Graduada em Biblioteconomia e Documentação (USU), mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ). Coordenadora brasileira do doutorado internacional "Culture, Patrimoine, Mémoire Sociale". Presidente da ISKO-Brasil (International Society for Knowledge Organization - Capítulo brasileiro). Desenvolve projetos nas áreas de Ciências Sociais, Humanas e Ciência da Informação, com ênfase em cultura digital, memória e patrimônio. Investiga as relações entre informação, memória e virtualidade; organização do conhecimento, linguagens documentárias, tesouros e redes conceituais virtuais; memória e imagem; patrimônio digital e memória social. Pesquisadora do Brazilian Institute for Web Science Research - módulo: Patrimônio Digital e Redes Sociais. Líder dos Grupos de Pesquisa: Memória Nacional e Organização do Conhecimento (Biblioteca Nacional) e Memória Social, Tecnologia e Informação (Unirio)

MARCOS GALINDO

Marcos Galindo (Garanhuns 1962) é graduado em Biblioteconomia (1984), mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1994) e doutor em História pelo Departamento de Línguas e Cultura da América Latina da Leiden University Países Baixos (2004). É Professor do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Coordenador científico do Laboratório de Tecnologia do Conhecimento - Liber onde desenvolve os projetos Rede Memorial de Pernambuco e Preservação da memória digital: um panorama brasileiro. Áreas de Interesse: Teoria da Informação, Memória e Uso de tecnologia em sistemas memoriais. Atualmente é Diretor de Extensão e Cultura da UFPE.

JOSE MAURO

Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1980), Mestrado (1996) e Doutorado (2000) em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e estágio Pós-Doutoral em Antropologia Social (PPGAS/MN/UFRJ). Atualmente é Professor Associado III da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Ciência da Informação atuando principalmente nos temas informação, memória, ciência e cultura material.

MARIA CRISTINA BRUNO

Professora Titular em Museologia DIRETORA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (2014 / 2018) Licenciada em História pela Universidade Católica de Santos (1975), Mestre em História Social / Pré-História pela Universidade de São Paulo (1984) e Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (1995). Fez concurso de Livre-Docência em Museologia no MAE/USP (2001) e concurso para Professor Titular na Área de Museologia no MAE/USP. Realizou projetos de pós-doutoramento em instituições do Brasil e exterior. Coordenou as quatro edições do Curso de Especialização em Museologia (1999 - 2006) e o Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia (2012 - 2014), atua na Linha de Pesquisa - Teoria e Método da Gestão Patrimonial e dos Processos Museológicos;, ministrando disciplinas e realizando orientações de mestrado. Participa ainda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, no âmbito da Linha de Pesquisa - Arqueologia e Sociedade. Nesse Museu desde 2011 coordena o LAPECOMUS - Laboratório de Pesquisas em Comunicação Museológica. É professora convidada da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias / ULHT de Portugal, onde ministra seminários e orienta mestrados e doutoramentos no Centro de Estudos de Sociomuseologia e, desde 2009, coordena o Convênio Acadêmico

entre o MAE / USP e a ULHT. Desde 2014 integra a Escola Doutoral do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeEDI) da mesma universidade. Tem experiência na área de Museologia, com ênfase para Projetos de Planejamento Museológico e Comunicação Museal, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria museológica, historicidade dos processos museológicos, gestão museológica, museologia brasileira e musealização da arqueologia . Desenvolve estudos sobre mentalidades referentes às interfaces entre Patrimônio, Arqueologia, História Cultural Brasileira e Museus. Coordena o Grupo de Pesquisa do CNPQ - Musealização da Arqueologia e foi bolsista CNPQ/Produtividade. (2010 - 2013). É membro do Conselho Internacional de Museus / ICOM e integra o Comitê Consultivo do ICOFOM (Senior Advisor Committee - Committee for Museology) . Participa da Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia / REMAAE e da Rede de Professores de Museologia.

MARIA LUCIA

Possui graduação em Museologia pelo Museu Histórico Nacional - atual Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1976) -, Mestrado (1998) e Doutorado (2003) em Ciência da Informação pelo IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia / UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência nas áreas de Museologia e Ciência da Informação. Atua no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCTI, onde desenvolve pesquisas relacionadas a processos de musealização e é docente permanente do Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia

MARCIA BEZERRA

Bacharel em Arqueologia - Faculdades Integradas Estácio de Sá, Mestre em História Antiga e Medieval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta de Arqueologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/PPGA, da Universidade Federal do Pará e do Departamento de Antropologia da Indiana University, nos Estados Unidos. É atual Presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira. É representante do World Archaeological Congress na América do Sul desde 2008. Desenvolve projetos de arqueologia pública na Ilha do Marajó e projeto sobre o ensino de Arqueologia na Amazônia. Professora colaboradora de cursos de formação de arqueólogos no Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Goiás. Foi consultora e coordenadora de projetos de Educação Patrimonial na Bahia, Goiás, Pará, Rio de Janeiro e Tocantins entre 2004 e 2011. Editora Assistente da Amazônica/UFGA, membro do corpo editorial das revistas *Archaeologies/WAC*, do *International Journal of Cultural Property/Cambridge*, do *History Research* e da *Revista Nanduty*. Foi Vice-Presidente (2011-2013) e Secretária Geral da Sociedade de Arqueologia Brasileira (2005-2009). É membro efetivo da Associação Brasileira de Antropologia. Principais interesses: arqueologia pública, etnografia da arqueologia, etnografia do patrimônio, ensino da arqueologia, estudos de cultura material, colecionamento, memória, patrimônio, arqueologia amazônica e turismo arqueológico. Participa do Grupo de Pesquisa “Arqueologia e o Ensino de História” /Unicamp. É líder do grupo de pesquisa - Arqueologia Pública - com K.Anne Pyburn/Indiana University. Bolsista de Produtividade/CNPq.

JORGE EREMITES DE OLIVEIRA

O pesquisador é licenciado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1991), mestre e doutor em História/Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1995, 2002) e concluiu

estágio de pós-doutoramento em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011). Atualmente é professor associado na Universidade Federal de Pelotas, onde atua como docente do curso de bacharelado em Antropologia e dos programas de pós-graduação em Antropologia e em Memória Social e Patrimônio Cultural. Também é bolsista de produtividade em pesquisa, nível 1D, do CNPq e responde pela coordenação adjunta da área de Antropologia/Arqueologia da CAPES. Tem experiências nas áreas de Arqueologia, Antropologia Social e História, com ênfase em Etnoarqueologia, Etnologia Indígena e Etno-história, bem como na produção de laudos administrativos e judiciais sobre terras indígenas







Diagramado pela Editora da UFPB em 2015.
Impresso em papel Offset 75 g/m² e capa em
papel Supremo 250 g/m².